

UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO

Mestrado em Educação

TAMIRES FREIRE SILVA

**ALICE ATRAVÉS DO ESPELHO: REFLEXÕES SOBRE
REPRESENTAÇÕES DO FEMININO NO LETRAMENTO JURÍDICO
EM UM PROCESSO CRIMINAL DA COMARCA DE BRAGANÇA
PAULISTA (1950)**

Itatiba

2018

TAMIRES FREIRE SILVA – RA: 002201600985

**ALICE ATRAVÉS DO ESPELHO: REFLEXÕES SOBRE
REPRESENTAÇÕES DO FEMININO NO LETRAMENTO JURÍDICO
EM UM PROCESSO CRIMINAL DA COMARCA DE BRAGANÇA
PAULISTA (1950)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade São Francisco como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de Pesquisa: Educação, Sociedade e Processos Formativos

Orientadora: Prof^a Dra. Maria de Fátima Guimarães

Itatiba

2018

37.01
S584a

Silva, Tamires Freire.
Alice através do espelho : reflexões sobre representações do feminino no letramento jurídico em um processo criminal da Comarca de Bragança Paulista (1950) / Tamires Freire Silva. – Itatiba, 2018.
111 p.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade São Francisco.
Orientação de: Maria de Fátima Guimarães.

1. Representação. 2. Letramento Jurídico.
2. Feminino. 3. Educação das Sensibilidades.
I. Guimarães, Maria de Fátima. II. Título.

Sistema de Bibliotecas da Universidade São Francisco - USF

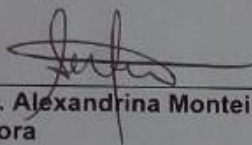
Ficha catalográfica elaborada por: Mayara Cristina Bernardino - CRB-08/9525

UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
EM EDUCAÇÃO

Tamires Freire Silva defendeu a dissertação “ALICE ATRAVÉS DO ESPELHO: REFLEXÕES SOBRE REPRESENTAÇÕES DO FEMININO NO LETRAMENTO JURÍDICO EM UM PROCESSO CRIMINAL DA COMARCA DE BRAGANÇA PAULISTA (1950)” aprovada no Programa de Pós Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade São Francisco em 23 de fevereiro de 2018 pela Banca Examinadora constituída pelos professores:



Profa. Dra. Maria de Fátima Guimarães
Orientadora e Presidente



Profa. Dra. Alexandrina Monteiro
Examinadora



Profa. Dra. Luzia Bueno
Examinadora

AGRADECIMENTOS

Este estudo não poderia ter sido realizado sem o esforço, empenho e colaboração de algumas pessoas. Por isso, gostaria de formalmente agradecê-las.

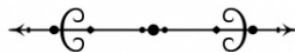
Primeiramente agradeço a minha orientadora e cúmplice, a professora Maria de Fátima Guimarães. Faltam-me palavras para descrever seu carinho, paciência e persistência. Você acreditou em mim desde o começo. Eu não conseguiria sem você. Obrigada por cada palavra de apoio, por cada sugestão, por cada momento que pudemos compartilhar nesta caminhada.

Agradeço imensamente a professora Luzia Bueno, por ter contribuído com sugestões para a pesquisa, antes mesmo do convite para compor a nossa banca. Suas aulas nos serviram de inspiração e tê-la conosco oficialmente é um grande prazer.

Ter também em nossa banca a professora Alexandrina nos é muito significativo! Poder reencontrá-la e poder mostrar-lhe que conseguimos caminhar até aqui é um privilégio. Enche-nos de alegria saber que temos suas contribuições em nosso trabalho!

Faço também um agradecimento especial à amiga Nathália Cardoso. Mais letrada nas práticas jurídicas que eu, dedicou seu tempo e energia para a leitura deste trabalho, para esclarecimentos jurídicos e, nos momentos de crise, nos presenteou com seu amor incondicional.

Vocês são as minhas representações do feminino. Vocês representam parte do que sou. Muito obrigada!



Faço um agradecimento especial à equipe do CDAPH, Centro de Documentação e Apoio À Pesquisa em História da Educação. A gentileza e presteza de todos foram fundamentais à nossa jornada. Com grande respeito e admiração, agradeço por toda a ajuda que me foi concedida.

Agradeço imensamente à CAPES pelo apoio financeiro, sem o qual esta pesquisa não teria acontecido. Ciente da responsabilidade social que tenho como pesquisadora, acredito na força das palavras e das ideias. Espero que este trabalho dê ainda mais força a um movimento em que nos encontramos acerca das relações de poder e gêneros.

Alice, não pode viver a vida para agradar os outros.

A escolha tem que ser sua!

Alice no País das Maravilhas, Lewis Carroll

UM BREVE ESTAR EM RESUMO

Esta dissertação de mestrado tem por objetivo flagrar representações do feminino em um processo criminal de 1950, na comarca de Bragança Paulista. Sob a ótica do letramento jurídico, a pesquisa questiona a legitimação de determinadas práticas e discursos que fazem circular uma única (e desejável) representação de mulher, além de validar e naturalizar a violência doméstica contra as mulheres. Baseamo-nos na perspectiva da história cultural (PESAVENTO, 2008) e aproximamo-nos da educação das sensibilidades no diálogo com as fontes. A abordagem teórica da pesquisa está fundamentada nas obras de Walter Benjamin, cujas ideias serão fundamentais na discussão sobre educação e história, além de Thompson (1998) e Hobsbawn (1984). As teorias de Bakhtin (2009) e Vigotski (2009) nos permitem reconhecer o caráter sócio ideológico da linguagem. Também consideramos as discussões de letramento propostas por Angela Kleiman (1995) e Street (2010; 2014). Citamos, ainda, os autores brasileiros referências nas questões jurídicas e que se interessam pelos processos criminais e suas peculiaridades, como Sidney Chalhoub (2001), Maria de Fátima Guimarães (2013), Mariza Corrêa (1981; 1983) e Margareth Rago (1985; 2008), essas últimas ainda mais comprometidas com as questões das mulheres.

Palavras-chave: representação, feminino, letramento jurídico, educação das sensibilidades.

ABSTRACT

This master's degree dissertation intends to perceive feminine representations in a criminal prosecution from 1950, in Bragança Paulista city. From the perspective of legal literacy, the research questions the legitimization of given practices and speeches which spread an only (and desirable) representation of woman, besides supporting and naturalizing the domestic violence against women. We were based on the cultural history perspective (PESAVENTO, 2008) and we approached the sensitivities education considering the sources. The research's theoretical approach is founded on the works of Walter Benjamin, whose ideas might be vital in the discussion about education and history, besides Thompson (1998) e Hobsbawn (1984). The theories of Bakhtin (2009) and Vigotski (2009) enable us to acknowledge the socio-ideological character of the language. We also consider the discussions on literacy proposed by Angela Kleiman (1995) and Street (2010; 2014). We quote, in addition, the reference Brazilian authors in the legal issues and who are interested in the criminal prosecutions and their peculiarities, such as Sidney Chalhoub (2001), Maria de Fátima Guimarães (2013), Mariza Corrêa (1981; 1983) and Margareth Rago (1985; 2008), the last ones even more committed to women's issues.

Key-words: representation, feminine, legal literacy, sensitivities education.

MUITOS ITENS, MUITAS IMAGENS, UM PORQUÊ

LISTA DE IMAGENS

FIGURA 1 – Memories 2 – Catrin Welz Stein	8
FIGURA 2 – Mama Wolf – Alexandra Dvornikova.....	11
FIGURA 3 – Máquina de escrever – Anna Maeda.....	12
FIGURA 4 – Follow the colours – Alexandra Dvornikova.....	13
FIGURA 5 – Teatime – Catrin Welz Stein.....	22
FIGURA 6 – Feel Again – Catrin Welz Stein.....	28
FIGURA 7 – Moss – Alexandra Dvornikova.....	52
FIGURA 8 – Words – Catrin Welz Stein.....	56
FIGURA 9 – The Emperor – Catrin Welz Stein.....	66
FIGURA 10 – Capa do Processo Criminal (1950). Acervo CDAPH.....	81
FIGURA 11 – Página 4 do Processo Criminal (1950). Acervo CDAPH.....	86
FIGURA 12 – Página 6 do Processo Criminal (1950). Acervo CDAPH.....	87
FIGURA 13 – Página 7 do Processo Criminal (1950). Acervo CDAPH.....	88
FIGURA 14 – Página 10 do Processo Criminal (1950). Acervo CDAPH.....	92
FIGURA 15 – Página 25 do Processo Criminal (1950). Acervo CDAPH.....	94
FIGURA 16 – Cicatriz – Anna Maeda.	100
FIGURA 17 – Perto do coração – Anna Maeda	101

SUMÁRIO

Um eu a partir de memórias	
Memorial	8
Um início sem fim	
Prefácio	13
Alice e a toca do coelho	
Prólogo	22
Educação das sensibilidades	
Capítulo I	28
Palavras e caminhos	
Capítulo II	52
O poder, a lei e o conflito	
Capítulo III	66
Nem todos os jardins têm flores	
Epílogo	100
Considerações finais	
O porvir	101
Referências	105

UM EU A PARTIR DE MEMÓRIAS

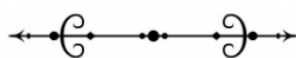
MEMORIAL



FIGURA 1 – Memories 2 – Catrin Welz Stein.

Disponível em: <<http://www.redbubble.com/people/catrinarno/works/11509219-memories-2>>. Acesso em: ago. 2015.

Memórias. Lembranças.
Vitórias. Andanças.
Oblívio. Ausência.
Ruínas. Carência.
Perdas ou ganhos?
Torpor.
Deixa perder pra ganhar.
Deixa passar.
Jornada. Traspasse. Transpasse.



Memorial. Segundo o léxico da Língua Portuguesa, memorial é a “designação da narração de acontecimentos ou pessoas que são inesquecíveis – memoráveis”. Mas que também pode referir-se à “designação de uma lembrança específica que serve para clarificar uma dúvida”, à “anotação ou apontamento que faz referência a uma solicitação que já foi feita” e ainda àquilo que é “merecedor de permanecer na memória; diz-se do que é inesquecível ou memorável.” (LÉXICO. Acesso em: ago. 2015.)

Originalmente do grego “merimna”, carregando o significado de “pensamento” ou “aquilo que causa ansiedade”. Nomeia na mitologia nórdica o gigante que guarda o poço da sabedoria. Memória. Do francês “mémoire”, do latim “memória”. Adquire o significado de “faculdade de lembrar-se” apenas alguns séculos depois nas línguas latinas. (ONLINE ETYMOLOGY DICTIONARY. Acesso em: ago. 2015.)

Atrevo-me a dizer que nos lembramos daquilo que nos constrói. Ou ainda, daquilo que nos desconstrói, carregando em si as possibilidades de deslocamento. Desconstrução essa que se dá nas contradições trazidas pela pluralidade das experiências e lembranças.

Nessa passagem, nos (des) montamos. As respostas que pensávamos ter, já não nos são suficientes. E é no exercício de nos perdermos que acabamos por nos encontrar.

Perder-se é caminhar.

Caminho por entre lembranças.

Como me (des) construí?

Ora, com aquilo que me causava ansiedade e que me faz lembrar.

Minhas primeiras lembranças da infância são da escola. As primeiras e as mais intensas também.

Encontrei na escola quem me ouvisse e me valorizasse: a professora.

Uma mulher que me dava respostas.

Não me importava se estavam certas ou não. O fato é que as dúvidas trazem angústias desde muito cedo. E poder esquecê-las, mesmo que brevemente, me trazia consolo.

Carrego também marcas, impressas pela valorização do meu trabalho. A valorização que eu não acreditava ter em casa, mas que na escola elevava meu ego e minha auto-estima.

Além das marcas, o fardo.

Em casa, por muitas vezes, ouvi que estudar não me levaria a lugar algum.

A luta da vontade me (des) monta.

A vontade de seguir abalou-se muitas vezes pelo medo, pela insegurança, pela solidão.

O livro não a irá levar a lugar algum. As palavras não têm valor.

Não acreditei.

Havia também outros que não acreditavam.

Eu abria meus cadernos e escrevia.

Rimas. Cores. Suando, chorando, tentando esquecer a frieza do mundo. Do meu mundo.

O amor dos mestres me aquecia. Diziam-me todos os dias, a cada dia: “você vai longe. Seu coração e sua mente a guiarão”.

No fundo, o que me guiou foram as palavras de carinho e encorajamento sempre presentes. Sempre.

Lembro-me com zelo de cada um. Cada um, à sua maneira, semeou em mim um terreno fértil para a vontade da busca.

Apesar da paixão pelas palavras e línguas, ouvi tantas vezes que “não dariam dinheiro”, que no momento da entrada na universidade escolhi o curso de comércio exterior.

Embora lidasse com administração, poderia estudar línguas e, principalmente, acreditava que me daria a oportunidade de ir embora. Ir para outro país. Viajar. Caminhar.

A vontade de caminhar sempre esteve ao lado da vontade da busca.

Entendi, muito tempo depois, que havia outras formas de ir embora e que eu precisava delas. Que eu tinha de me perder de outras maneiras.

Foi preciso pouquíssimo trabalho em um escritório para que eu compreendesse que não caminharia por ali. Descobri-me professora.

A possibilidade de ensinar e dar a outros tudo que me foi dado moveu-me. Movia-me. Move-me.

Ingressei em um curso de pós-graduação em Língua Inglesa. Encontrei-me (e perdi-me) nas perguntas e possibilidades de respostas que nem podia imaginar. Era aquilo. Um pedaço de mim era movido pelos significantes e significados.

Foi a paixão pelas palavras e pelos estudos que tornou possível a entrada em uma faculdade pública, mesmo com as limitações em minha trajetória de estudos na escola pública. Através da profissão de professora, pude pagar o meu curso de pós-graduação e, após alguns anos de economia, participar de um programa de intercâmbio na Irlanda.

O discurso que parecia circular ao meu redor era de que todos estes esforços eram absolutamente desnecessários.

Não é preciso diploma para ter um marido e ser uma boa mãe.

Minha mãe teve de abandonar os estudos e o mercado de trabalho ainda bastante jovem para que pudesse cuidar de mim e do meu irmão. Fui assimilando e internalizando algumas ideias: Ser mãe é um fardo. Ser mãe restringe suas possibilidades sociais. Ser mãe é um anular-se para cuidar somente do outro.

Sentia-me um fardo e decidi não querer isso para a minha vida e nem para a vida de outrem. Conhecimento e maternidade pareciam ser fatores excludentes, já que meu pai nunca permitiu que minha mãe retomasse seus estudos, mesmo quando já não dependíamos (meu irmão e eu) dos seus cuidados.



FIGURA 2 – Mama Wolf – Alexandra Dvornikova.

Disponível em: <<http://www.artisticmoods.com/wp-content/uploads/Alexandra-Dvornikova1.jpg>>. Acesso em: abr. 2017.

Minha mãe só pôde retornar ao mercado de trabalho após divorciar-se de meu pai, libertando-se de um relacionamento abusivo, 25 anos após o meu nascimento. Ainda assim, não retomou seus estudos.

Não pretendo vitimizar ou culpar. Acredito que escolhas são sempre feitas e trazem consequências. No entanto, chama-me a atenção que eu tenha internalizado de forma tão intensa um papel social da mulher e tenha lutado tanto para afastar-me dele.

Creio que a pesquisa é, primeiramente e acima de tudo, para nós mesmos.

Eu preciso descobrir que mulher sou. Que mulher quero ser, que mulher ouvi tantas vezes que deveria ser. Que mulher foi construída no meu imaginário e no imaginário de toda uma geração. Que figura é essa que circula nos discursos? Que ganha, paulatinamente, novas roupagens, mas parece trazer sempre uma única essência?

Que mulher é aquela das primeiras lembranças da escola? Aquela que tinha respostas. Aquela que tinha autoridade. Onde essa imagem encontra-se com ideias, aparentemente, tão confusas e controversas?!

Repito-me no egoísmo de uma tentativa de reflexão, consciência e reconstrução. Antes de tudo, de mim e para mim mesma.



FIGURA 3 – Máquina de escrever – Anna Maeda.

Disponível em: < <http://projetocuradoria.com/wp-content/uploads/2017/01/annamaeda21.jpg>>. Acesso em: abr. 2017.

UM INÍCIO SEM FIM

PREFÁCIO



FIGURA 4 – Follow the colours – Alexandra Dvornikova.

Disponível em: < http://followthecolours.com.br/wp-content/uploads/2016/09/follow_the_colours_Alexandra_Dvornikova_4.jpg. Acesso em: 22 abril 2017.>. Acesso em: abr. 2017.

Caminhos.

Caminho.

Por entre cores e sensações.

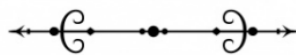
Por veredas onde já estive.

De maneiras distintas.

Com outro ritmo, em outras cores, por outros passos.

Seriam outros caminhos?

Ou seria eu a caminhar diferente?



O início de uma caminhada dá-se muito antes do primeiro passo. Uma sucessão de acontecimentos se faz necessária para que o sujeito dê-se a deslocar-se. A vontade de mover-se é, com certeza, um dos primeiros indícios do trajeto a ser percorrido.

Neste primeiro ímpeto de movimento, mesmo sem saber ao certo aonde chegaremos, somos tomados por desejos e pela consciência sobre a maneira como pretendemos caminhar. Assim o fazemos e adotamos uma determinada postura diante do panorama a ser traçado e seguido.

Deste modo, acolhemos nesta dissertação: a poesia, as cores e os elementos; sabores, cheiros e sensações; um constante jogo de palavras e sensibilidades; digressões e narrativas; flores e frutos; trabalhos artísticos de mulheres que buscam o belo nos mistérios de seu “eu” feminino.

Optamos por utilizar imagens e uma linguagem acadêmica imbricada com a linguagem poética. Aqui falamos de metapoesia, pois utilizamo-nos da poesia, da fruição estética obtida pelo jogo de palavras não com o propósito estático de explicar as sensações que as obras nos causam, mas de suspender o leitor da mesma maneira como nos suspendemos.

As imagens são citações: trazem vozes e pensamentos que compõem o nosso texto. Assumimos o caráter mais amplo da linguagem, não apenas no sentido verbal. Assim, “a produção de imagens também pode ser vista como linguagem e como posicionamento dos sujeitos num espaço coletivo.” (KAMINSKI, 2012, p. 232)

Teceremos ao longo desta dissertação um diálogo com as imagens e autoras aqui apresentadas. As obras não cumprem função de ilustrar o texto, mas compõem o próprio texto, carregado de uma constante preocupação estética, tal qual o trabalho de Walter Benjamin, que, no diálogo com pinturas e obras literárias, flagrava as representações a circular (ou a romper) num determinado tempo e espaço.

Nosso trabalho inscreve-se na perspectiva histórico-cultural, e, portanto, entendemos que “[o] historiador é obrigado a explicar de uma ou outra maneira os episódios com que lida, e não pode absolutamente contentar-se em representá-los como modelos da história do mundo”. (BENJAMIN, 1985, p. 209)

O pensamento de Benjamin nos obriga a reconhecer a transitoriedade, a pluralidade e a mobilidade da história, enquanto construção social. Um conceito fechado e pronto de história, única, cronológica e imutável, não nos permitiria “ouvir” outras vozes nas e pelas imagens.

[...] a afirmação da história como fala autorizada sobre o passado permitiu que o texto avançasse sobre a oralidade, a garantir a permanência de um acontecimento no tempo. Neste mundo dominado pelo texto, até bem recentemente, para os historiadores a imagem correspondia a um uso meramente ilustrativo dos fatos, personagens ou espaços mencionados pela narrativa. (PESAVENTO, 2008, p. 17)

À luz das teorias e discussões sobre letramento, abordaremos a legitimação de discursos e oficialização de “uma história” a partir de determinadas práticas de letramento. As imagens, porém, nos ancoram e dão vigor às outras histórias a serem trazidas.

As artistas escolhidas para compor nosso texto são mulheres que representam o universo feminino a partir de um olhar sensível, explorando os limites entre o real e o fantástico.

A designer gráfica sueca Catrin Welz Stein utiliza-se de técnicas de colagem e sobreposição digitais de obras renascentistas para criar suas obras. Alexandra Dvornikova, artista russa, cria ilustrações de mulheres sempre envoltas em elementos místicos e simbólicos. Anna Maeda, também conhecida como Anna Charlie, é uma ilustradora brasileira que traz em suas ilustrações um jogo de traços e cores que criam pequenas histórias e poesias.

Todas se utilizam do suporte digital para divulgar suas obras. Por este motivo, acreditamos que a visualização das mesmas (e a leitura delas em nosso trabalho) seja mais fiel se lida em meio digital ou em impressão de alta qualidade.

Reiteramos que a visão trazida por estas artistas compõe nosso texto e nos dão subsídio para nossas reflexões, já que elas trazem os desejos, as preocupações e as sensibilidades de uma geração de mulheres engajadas socialmente.

As imagens são fruto de ação humana, que interpreta e recria o mundo como representação, exercendo grande fascínio. As imagens são visuais, e carregam consigo esta condição especial que se realiza no plano dos sentidos, ao serem captadas e fixadas por um certo tempo na retina de quem vê. Imagens são, pois, traços de uma experiência sensorial e emotiva. Mas para além da instância das sensações que produzem o efeito visual, as imagens são mentais, pois são fruto de uma percepção, o que nos remete aos processos da esfera cognitiva de reconhecimento, identificação, classificação e atribuição de significados. As imagens apreendidas pela vista são postas em relação com nosso museu imaginário interior, no arquivo de memória que cada um carrega consigo. E, nesse processo, elas recebem uma carga de sentido que as permite perdurar na memória, podendo ser recuperadas pelo pensamento. (PESAVENTO, 2008, p. 18)

Além da interlocução com as imagens, assumimos ao longo deste trabalho um franco diálogo com pensadores cujas produções extrapolam o pensamento positivista, numa tentativa de problematizar a educação.

Educação não enquanto conceito fechado e atrelado apenas às práticas escolares, mas uma educação das sensibilidades, dos discursos, do social, tecida e marcada no e pelo coletivo, moldada por tensões e conflitos.

Por educação dos sentidos e sensibilidades tomamos o pensamento de Oliveira (2012) e Pesavento (2008). Para Oliveira:

[...] se, de alguma maneira, os objetos nos tocam de modo a permitir que sobre eles estabeleçamos as mais diversas simbologias, ainda assim a apreensão do mundo se dá pela via dos nossos sentidos primevos: tato, olfato, paladar, visão e audição. [...] Cheiros, gostos, toques, olhares, cores, ruídos, dor, medo, raiva e prazer configuram um verdadeiro índice das possibilidades de definição de novas sensibilidades na história. Esse corpo, que não é o outro da natureza, mas antes o fundamento que permite até mesmo a sua elaboração simbólica, é o ponto de partida para compreendermos as maneiras como os sentidos e as sensibilidades mudaram ao longo da história, sobretudo, a partir de um conjunto de estratégias de formação desenvolvido pela modernidade ocidental. (2012, p. 08-09)

Entendemos que as sensibilidades são “processos de subjetivação que emergem da experiência com o mundo dos objetos. Esta experiência é estética porque se refere a formas e percepções.” (BRAGHINI; MUNAKATA; OLIVEIRA, 2017, p. 07)

No corpo e pelo corpo apreendemos o mundo e aprendemos sobre ele. Reconhecemos, interagimos e significamos todas as coisas a partir dos sentidos.

Daí “educação dos sentidos” e não “educação pelos sentidos” como muita gente já sugeriu. Certamente a educação se faz, nessa proposta, pelos sentidos, mas para isso é fundamental a preparação das capacidades de observação. Convém advertir que não se trata de educar os sentidos preliminarmente para depois efetuar a educação pelos sentidos: a educação dos sentidos é a ocasião em que se processa a educação pelos sentidos e vice-versa. (BRAGHINI; MUNAKATA; OLIVEIRA, 2017, p. 13)

Nosso aparato sensitivo nos permite interpelar a realidade, configurando-se, assim, como nossa possibilidade de criação, a partir da experimentação.

Esta noção de educação das sensibilidades

[...] se baseia em uma viragem nas maneiras de conceber a formação, com deslocamento de uma perspectiva que deita raízes no platonismo – com a

preponderância da *ideia* sobre o mundo físico – para outra que se funda na recuperação das ideias de Aristóteles sobre o mundo *sensível*, no qual as *coisas* são de vital importância para o pleno desenvolvimento de todas as capacidades do homem. (BRAGHINI; MUNAKATA; OLIVEIRA, 2017, p. 20)

Benjamin (1985) traz em suas obras indícios de que os sujeitos da modernidade ocidental têm seus corpos e sentidos moldados por novos hábitos.

A alma, o olho e a mão estão assim inscritos no mesmo campo. Interagindo, eles definem uma prática. Essa prática deixou de nos ser familiar. O papel da mão no trabalho produtivo tornou-se mais modesto, e o lugar que ela ocupava durante a narração está agora vazio. (p. 220)

As novas técnicas de produção e os novos modos de produzir conhecimento, ambos imersos em uma racionalidade completa, tendem a tirar dos sujeitos os espaços dos sentidos e das sensibilidades, sob o pretexto errôneo de que não são válidos, legítimos ou úteis.

Ou seja, da ciência e da crítica que dela se fez surgirem elementos para a compreensão da dimensão sensível como uma das dimensões fundamentais da vida, ao ponto de se advogar que os sentidos poderiam e deveriam ser educados, pois, a sensibilidade como resultado das impressões dos sentidos poderia estimular respostas emotivas particulares, não intelectualistas, mas nem por isso menos racionais. (OLIVEIRA, 2012, p. 11)

Por isso, acreditamos e justificamos a escolha de nosso repertório de ideias, imagens e palavras a partir de uma perspectiva de educação mais complexa, sob nossa perspectiva, capaz de abrigar sentidos, sensibilidades, olhares plurais que nos permitem promover uma discussão sob um enfoque mais sensível. Nossa discussão poderia ser atrelada às práticas escolares através de um projeto pedagógico, mas não nos propusemos a fazer isto neste trabalho.

Como Oliveira (2012, p. 12), pensamos que “ao historiador interessa perceber esse tempo de mudanças como causa e expressão do afloramento de novas formas de sensibilidade e de novos anseios pela educação dos sentidos.”

Sob a ótica do letramento jurídico, buscamos verificar como a propagação de determinadas práticas e discursos, autorizados em detrimento de outros, faz circular uma única (e desejável) representação de mulher, que pressupõe determinadas sensibilidades acerca do universo feminino.

O objetivo da pesquisa, portanto, é problematizar a figura feminina em um processo jurídico da década de 1950, da comarca de Bragança Paulista. Teceremos algumas discussões a partir do olhar atento aos registros do processo criminal.

Os autos do processo se compõem de referências a um ordenamento jurídico que se encontra textualizado, sob este gênero textual. Os depoimentos nele contidos trazem as marcas da oralidade, posto que são colhidos pelo escrivão e textualizados no momento em que os depoentes falam.

Conforme Munakata (BRAGHINI; MUNAKATA; OLIVEIRA, 2017, p. 10), neste tipo de texto, suas marcas da oralidade não podem ser ignoradas. Ao contrário, requerem uma análise sensível e uma percepção intuitiva das coisas, pois são “unidades de conteúdo que se fecham em si mesmas”.

O trato com a materialidade do processo é essencial à nossa análise e nos permite transpor a “invisibilidade” deste documento. (BRAGHINI; MUNAKATA; OLIVEIRA, 2017, p. 14) O processo criminal é mais do que apenas um suporte ou o residual de um desenrolar de ações na esfera jurídica, mas caracteriza-se como “mediador de práticas”, neste caso, jurídicas.

Nossa pesquisa de mestrado, situada na Linha de Pesquisa Educação, Sociedade e Processos Formativos, se dá no envolvimento com o acervo do CDAPH – Centro de Documentação e Apoio À Pesquisa em História da Educação, localizado no campus da Universidade São Francisco em Bragança Paulista e vinculado ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da instituição.

A seção do acervo com a qual lidamos é o Fundo do Poder Judiciário da Comarca de Bragança Paulista, composto por todos os processos jurídicos desde o início de suas atividades, em 1798, até 1980.

Estivemos também em franca interação com as pesquisas e atividades do Grupo de Pesquisa Rastros: História, Memória e Educação. Tal Grupo busca compreender as conexões entre história, memória e linguagem no diálogo com a educação, concebidos enquanto processos culturais, polissêmicos e que são atravessados por tensões, disputas e conflitos entre diferentes grupos sociais. Tais processos são matizados por visões de mundo, sociabilidades e sensibilidades plurais, no imbricamento de experiências singulares, e cujas percepções pressupõem dimensões simbólicas e políticas historicamente construídas.

Num primeiro momento de nosso mestrado, voltamos nosso olhar para as primeiras décadas do século XX. Num diálogo com Walter Benjamin, pretendíamos analisar as mudanças por ele observadas nas cidades europeias à transformação das cidades brasileiras

após a virada do século, porque nosso objeto de estudo era a Estrada de Ferro Santos a Jundiaí. Buscávamos flagrar como as mudanças tecnológicas da virada do século XIX, representadas na construção das ferrovias, constituíam-se como marco de desenvolvimento das cidades.

Ao adentrarmos nos processos, buscando rastros da emergência das novas relações com a cidade, a figura da mulher nos assalta e nos (a)parece carregada de significações e imagens, ainda hoje presentes em nosso sistema jurídico, em discursos recorrentes e vozes historicamente marcadas.

Fizemos a leitura das primeiras páginas de todos os processos (civis e criminais) das décadas de 1940 e 1950 da cidade de Bragança Paulista, disponíveis no acervo do CDAPH. Voltamos nosso olhar para este período, dado o nosso interesse pelas mudanças nas configurações urbanas nesta época e buscávamos mais informações sobre as relações com as ferrovias.

Líamos a capa do processo (contendo nomes da vítima, réu, juiz e breve descrição do processo), além das primeiras páginas, pois, nos processos criminais, interessava-nos a leitura dos boletins de ocorrência, onde se registra a queixa inicial levada à delegacia de polícia que se caracteriza como o primeiro passo do processo jurídico e antecede o inquérito policial.

A leitura nos causava espanto, não pela peculiaridade das queixas, mas pela familiaridade das mesmas. Pareciam-nos relatos tão atuais quanto às notícias que lemos diariamente nos jornais e periódicos.

Ouvimos todos os dias relatos da violência cotidiana contra mulheres. O Mapa da Violência 2015 – Homicídio de Mulheres no Brasil revela que em 2015, mais da metade dos casos registrados de agressão contra mulheres entre 18 e 59 anos de idade tinham o parceiro ou ex-parceiro como principal agressor.

A violência doméstica contra as mulheres é apresentada pelos dados como sistemática e repetitiva. No entanto, continua a acontecer e parece não ter gerado mecanismos de prevenção.

O que nos chama a atenção não é tão somente o fato da reincidência deste tipo de crime contra mulheres e de uma persistência em um discurso que legitima esse tipo de atitude, mas também a presença de um repertório jurídico, intensificado por desigualdades marcadas e autorizadas nas e pelas leis e reforçadas por todo um sistema jurídico.

O processo criminal para a discussão a ser apresentada nesta pesquisa foi escolhido por trazer um caso onde a violência é naturalizada e ganha outros nomes e formas, que não

violência, descaracterizando, assim, o crime e o réu como culpado. Foi escolhido um processo que parece legitimar um discurso sobre a mulher e sobre a violência.

Escolhemos apenas um processo, para que pudéssemos dedicar a nossa atenção e concentrar nossos esforços e tempo, bastante reduzidos, somente nele. Neste processo criminal a vítima vai à delegacia por ter sofrido agressões e ao longo dele muda seu depoimento.

Com o intuito de problematizar a imagem de mulher que circula no discurso jurídico e, mais especificamente, nos processos criminais escolhidos que pudessem oferecer subsídio à nossa dissertação, assumimos as discussões de letramento propostas por Angela Kleiman (1995) e Street (2010; 2014), que se atentam ao social como elemento chave para a compreensão dos diferentes letramentos e como diferentes sujeitos estabelecem diferentes relações com diferentes textos.

A abordagem teórica da pesquisa será fundamentada a partir de alguns autores, como Walter Benjamin: teórico cujas ideias serão fundamentais na discussão sobre educação e história e que tem “o corpo e a sensibilidade no centro de suas reflexões”. (BRAGHINI; MUNAKATA; OLIVEIRA, 2017, p. 18). Além de Thompson (1998) e Hobsbawn (1984).

Levantaremos também questões sobre a significação, a partir das obras de Bakhtin e Vigotski, verificando o caráter criativo, social e ideológico da linguagem. E por toda a escrita, justificamos nosso modo de escrever, poesia e apresentação imagens e ideias a partir do pensamento de Gaston Bachelard (1989, 1990, 1994, 1996).

Consideramos também os autores brasileiros que nos oferecem referências nas questões jurídicas e que se interessam pelos processos criminais e suas peculiaridades, como Sidney Chalhoub (2001), Maria de Fátima Guimarães (2013), Mariza Corrêa (1981; 1983) e Margareth Rago (2008), essas duas últimas ainda mais comprometidas com as questões das mulheres.

A luta das mulheres por voz, por direitos, por respeito precisa ser objeto de nossas pesquisas. Uma violência naturalizada no cotidiano, nas falas, nas vozes. Validada, ratificada, revigorada, consolidada e legitimada pelo letramento jurídico.

O processo escolhido nos atesta a necessidade de falarmos sobre estas mulheres. E sobre as tantas outras deixadas para trás nas entrelinhas de nossas leis e nas falas de juízes, advogados, promotores, policiais, réus e vítimas que continuam sistematicamente e repetidamente atenuando e naturalizando a violência contra as mulheres.

Buscamos refletir sobre “o corpo e suas manifestações – a corporalidade – como consequências causais de tecnologias de poder.” (BRAGHINI; MUNAKATA; OLIVEIRA,

2017, p. 18) Assim como estes autores, buscamos “compreender as sutilezas mobilizadas na educação dos corpos.”

ALICE E A TOCA DO COELHO

PRÓLOGO



FIGURA 5 – Teatime – Catrin Welz Stein.

Disponível em: <https://scontent.fcgh11-1.fna.fbcdn.net/v/t1.0-9/12993334_968314853283416_6355010536831189441_n.jpg?oh=80eb3cb65a25019fc2054ad20e06ce0f&oe=5A73685E>. Acesso em: out. 2017.

Deitada sob uma árvore, tento me concentrar.

A leitura de um livro sem figuras é tediosa.

Envolta em uma névoa de tédio e sono,

tenho certa dificuldade em distinguir o sonho e o real.

Refém de meus próprios pensamentos, sou assaltada por alguém que corre.

Um coelho.

Senhor do tempo.

Escravo do relógio.

Sempre atrasado, sempre dando saltos maiores que os ponteiros.

Tempo carrasco. Tempo sem misericórdia.

Ele tenta me apressar.

Recuso-me.

Vou em meu tempo.

Ao tentar segui-lo, perco-me ainda mais.

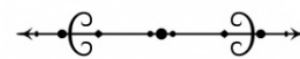
Sigo rastros, vou a lugares onde não queria ir.

Ao final da trilha, sou outra.

Vi, senti, ouvi tanto que não posso mais ser a mesma.

Frente à metamorfose, resta-me apenas uma pergunta:

“Quem és tu?”



Reconhecemos Alice em Alice.

Quem é Alice?

Uma garota que perde-se em si mesma,

caminha por entre um mundo de estranhos seres

e percebe que estava apenas dormindo?

Ou uma garota que se permite perder-se em si mesma?

Tão confusa e indecifrável.

Sua constância encontra-se na dúvida.

Assim é também Alice.

Quem se permite apontar a loucura do outro?

Quem se permite expressar o que consigo passou?

Alice vai à público.

Alice denuncia a violência e a loucura.

Mas Alice cala-se.

Termina suas andanças e afirma para os outros e para si mesma que tudo não passou
de um sonho.

Um sonho? Um delírio?

Como?

Tudo foi tão real.

As lágrimas que quase a fizeram afogar-se em seu próprio sofrimento.

O sangue que lhe escorria pela boca é também um delírio?

Todos aqui são loucos, disse o Chapeleiro, sendo ele próprio o mais louco de todos.

Apesar de ouvir Alice e os outros que contigo estavam, parece esquecer-se.

Esquecer-se das contradições.

Quem se importa?

Alice nem sabe quem és.

Alice é só mais uma Alice.

Porém Alice, antes de acordar, faz uma travessia.

Vai além do que outras foram.

Recusa-se a permanecer embaixo da árvore

e apenas continuar a ler seu livro sem figuras.

Recusa-se a calar-se diante da petulância do outro.

Ao ser assaltada, Alice corre.

Alice sente.

Alice desperta.

Mas perde-se em sua travessia.

Tudo é um sonho.

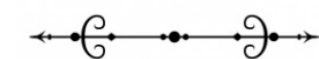
O imaginário, o nervosismo, a criatividade preencheram suas palavras.

Alice cala-se.

Seu delírio, porém, está registrado.

Num conto, num papel.

Colocamo-nos a ler.



Tocadas por um processo criminal de 1950, arquivado no acervo do CDAPH – Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa em História da Educação, vinculado ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade São Francisco, colocamo-nos a pensar. O nome da vítima é Alice. Que agridoce coincidência!

Tão confusa quanto àquela personagem que passeia Através do Espelho e pelo País das Maravilhas, assim é Alice.

As obras de Lewis Carroll¹, que já nos despertavam um interesse pessoal, pareceram nos fornecer um perfeito dispositivo metafórico para a nossa escrita.

Uma garota que, assim como Alice, parece fazer uma jornada e perde-se. Termina seu caminho convencida (ou motivada a convencer-se) de que estava apenas delirando.

Alice B., com dezenove anos de idade, solteira, de prendas domesticas, natural desta cidade e nela residente, sabendo ler e escrever. Inquirida pelo MM. Juiz, respondeu: Que foi namorada cerca de dois anos, do acusado; que antes do fato, trinta dias, mais ou menos, havia sido desfeito esse namoro; que no dia do fato, estava a declarante assistindo uma fita ao lado de seu namorado João de M., quando o acusado apareceu ao seu lado com estupidez e dizendo cousas que não lembra; que, nesse momento, ficou nervosa e deu com a boca na cadeira da frente e disso resultou sangue.

(Transcrição da página 25 do Processo)

Alice é a personagem principal de um processo criminal em que vai de vítima à suposta vítima.

¹ Lewis Carroll, pseudônimo de Charles Lutwidge Dodgson (1832-1898), foi um escritor e matemático inglês. Nasceu em Daresbury, Inglaterra. Em 1851, passou a dedicar-se a desenhar e fotografar crianças. Passava a maior parte de suas horas livres em companhia das crianças das famílias MacDonald e Liddell. Inventava longas histórias. Em 1862, ao passear de barco com as meninas Alice, Edite e Lorina, da família Liddell, começou a criar a história "Alice no País das Maravilhas", publicada em 1865. Em seguida escreveu "Alice Através do Espelho", publicada em 1872, onde o tema é uma partida de xadrez e os personagens são as peças do jogo.

Foi o livro "Alice no País das Maravilhas", que o consagrou. Ao criar as personagens, baseou-se em pessoas da sociedade e da aristocracia da Inglaterra. Há quem afirme que a rainha de Copas, era a Rainha Vitória.

Adaptado de eBiografia, disponível em <https://www.ebiografia.com/lewis_carroll/>. Acesso em: out. 2017.

[...] porquanto que a suposta vítima disse que não foi agredida. Ninguém melhor que ela pôde afirmar este fato, pois a prova testemunhal bem pode ser suspeita e, em dúvida, a absolvição do réu se impõe.

(Transcrição da página 29 do Processo)

Alice havia se dirigido a uma delegacia de polícia na cidade de Bragança Paulista por ter sido agredida por um ex-namorado.

Declarou que, há dias, rompeu definitivamente o seu namoro com Benedito A. B., de vez incompatibilidade, digo, vez que entre ambos existia grande incompatibilidade de gênio; que Benedito, muito embora o rompimento fosse claro e, como disse, definitivo, não deixou de insistir com a declarante pelo reatamento do namoro; que a declarante, sempre com a maior delicadeza, repelia os propósitos de seu ex-namorado, fazendo-lhe ver os inconvenientes que disso poderiam resultar; que ontem, por volta das dezenove horas, a declarante se encontrava com seu atual namorado, João M., assistindo a uma sessão cinematográfica, no “Cine Central”, à Praça Raul Leme, nesta cidade, quando, inopinadamente, foi agredida a socos por Benedito A. B., que a feriu na boca; que esse fato ocorreu durante a projeção do filme que estava sendo exibido naquela casa de diversões; que foi o próprio Benedito quem cessou a agressão, pois ninguém interveio na ocorrência; que a declarante atribue o fato aos sentimentos de ciúmes de que, na ocasião, estava o agressor tomado; que não é esta a primeira vez que B. a agride e a declarante nunca fez queixa contra o mesmo [...]

(Transcrição da página 5 do Processo)

Ao lado de outros coadjuvantes, Alice passa pelo desenrolar deste processo jurídico. Vai à delegacia acompanhada da amiga Angela P. que

[...] foi procurada por Osvaldo S., que lhe pediu que fosse ela, depoente, ao cine Central Teatro e, dali, tirasse a citada sua amiga, a

qual se encontrava bastante nervosa, visto que, momentos antes, a mesma havia sofrido uma agressão de Benedito; que, incontinenti, se dirigiu a depoente no balcão da citada casa de diversões e, dali, tirou Alice B., que apresentava um ferimento na boca; que a depoente soube, então, que Benedito A. B. havia dado socos em Alice B., ferindo-a; que a depoente atribue a ocorrência ao fato de, na ocasião, a vítima estar sentada junto com outro namorado, o que, certamente, exacerbou os ciúmes do acusado que, então, agrediu Alice. [...]

(Transcrição da página 8 do Processo)

João M. disse que se encontrava

[...] assistindo a sessão cinematográfica com sua namorada Alice B., quando, inopinadamente, ali apareceu Benedito A. B., ex-namorado de Alice e, depois de dizer algumas palavras para esta, desferiu-lhe socos no rosto, ferindo-a; que a cena foi rápida e o depoente não pôde evita-la; que o fato ocorreu durante a projeção do filme, no escuro, portanto; que o depoente julga que o acusado agrediu Alice, por ciúmes, pois a vítima, que fora sua namorada, não quer reatar sua amizade com o mesmo, ou seja, com Benedito, que vive a insistir nisso que, como disse, a agressão foi inopinada e o indiciado agiu mal, agredindo uma pobre honrada moça, só pelo fato desta não querer corresponder aos seus rogos de amôr. [...]

(Transcrição da página 9 do Processo)

O radio técnico Osvaldo S. também prestou o seu depoimento e disse que

[...] é empregado do Cine Central Teatro, desta cidade, que domingo último, dia vinte e sete (27) do corrente mês, por volta das dezenove e meia horas, foi avisado de que, minutos antes, nos balcões da referida casa de diversões, uma moça fora agredida a socos e estava ferida na boca; que, incontinenti, se dirigiu ao local onde se encontra Alice B. sangrando, pelo nariz, que, interrogada, Alice lhe respondeu que seu ex-namorado Benedito A. B. a havia agredido a socos, ali mesmo, no

citado cinema; que a depoente, diante disso, comunicou o fato ao proprietário do cinema, sendo tomadas, em segundos, as providências necessárias; que conhece o acusado e o considera moço de bom comportamento, o mesmo podendo afirmar com relação a vítima; que ignora os motivos que originaram o fato lituoso. [...]

(Transcrição da página 9 do Processo)

Alice, no entanto, em seu último testemunho, revoga todas as acusações feitas.

O que faz Alice acordar?

O que faz Alice adormecer?

Entre o adormecer e o despertar existe uma jornada fantástica.

O prazer encontrado nas histórias de Lewis Carroll dá-se no acompanhar Alice por suas andanças e delírios.

Assim queremos olhar Alice: em sua ambivalência, em suas possibilidades.

Interessa-nos mais seu caminho, que tão somente seu fim.

Talvez sejamos o Gato Risonho.

Munidos de uma loucura doentia não queremos responder, julgar ou ajudar: queremos apenas que mais perguntas sejam feitas.

Queremos apenas criar espaço para mais dúvidas.

Queremos apenas que outros se percam (e sintam-se provocados) como nós.

Em nosso título, *Alice através do espelho: Reflexões sobre representações do feminino no letramento jurídico*, jogamos com as palavras espelho e reflexões, trazemos a Alice literária e a Alice do processo jurídico.

Acreditamos, a partir de nosso referencial e das teorias com as quais dialogamos, que as reflexões são, assim como o espelho, um reflexo de nós mesmos, mesmo que inversos.

Reflito sobre o meu eu.

O meu eu reflete o que sou e aquilo que me compõe.

Como um espelho, refletimos o passado sob o prisma do presente, sobre aquilo que nos toca, sobre aquilo que nos move.

Mas também tomamos o espelho como o espelho por onde Alice passa: não é apenas um reflexo.

Alice atravessa um espelho onde tudo é, na verdade, uma distorção do real, e não apenas o inverso.

Como Alice, atravessamos nosso próprio espelho, perdemos em um mundo onde tudo não é o que parece ser. E (tentamos) não nos deixar levar pela ingenuidade de que o reflexo é fiel à imagem refletida.

(Re) pensamos nossa própria condição, de mulher, e problematizamos o feminino.

Como Alice, olhamos para um espelho que não nos mostra nosso próprio reflexo, mas nos obriga a repensarmos onde estamos, quem somos e o que fazemos.

EDUCAÇÃO DAS SENSIBILIDADES

CAPÍTULO I



FIGURA 6 – Feel Again – Catrin Welz Stein.

Disponível em: <https://br.pinterest.com/t_misu/catrin-welz-stein/>. Acesso em: jul. 2017.

Sentir. Sentido.

A lógica e a definição.

O entendimento e a direção.

O propósito. A perspectiva.

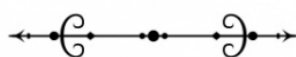
Perder os sentidos. Perder a razão. Perder a consciência.

Consciência pelos sentidos?

Se ando sentido, estou triste ou estou sentindo?

Só cinco sentidos?

Tato. Olfato. Visão. Paladar. Audição.



Pelos sentidos sentimos o mundo. É através deles que nomeamos e achamos propósito, direção. Nossos instintos primeiros nos permitem estabelecer conexões com o mundo. “Desta forma, se, de alguma maneira, os objetos nos tocam de modo a permitir que sobre eles estabeleçamos as mais diversas simbologias, ainda assim a apreensão do mundo se dá pela via dos nossos sentidos primevos: tato, olfato, paladar, visão e audição.” (OLIVEIRA, 2012, p. 08).

Estas conexões, manifestações humanas, são concebidas por meio da linguagem. Linguagem que ocupa-se “ao serviço da transformação da realidade, não da sua mera descrição.” (BENJAMIN, 2012, p. 88)

Pela linguagem construímos o mundo, a partir daquilo que sentimos. (Des)construção constante e transgeracional. Para tanto,

[...] é preciso considerar que a linguagem não se reduz a uma forma de “expressão do pensamento”, mas consiste, isso sim, em maquinaria do próprio pensamento. Noutros termos: é a única forma que temos de acessar o nosso próprio pensamento e o dos outros, e o espaço de experimentalismo estético das linguagens é um local de exercício para a formalização de novos diagramas do pensar. É claro que tomo, aqui, a expressão “linguagem” em sentido amplo, e não apenas verbal. (KAMINSKI, 2012, p. 232)

Vivemos no e pelo corpo. Nossa maneira de conceber o mundo e nos relacionarmos com tudo que há nele se dá por nossos sentidos e nossas criações a partir deles. Assim,

[a] vida é uma experiência histórica que se tem no corpo, incluindo etapas, marcos temporais, de identidades, de gênero e marcas étnicas, também necessidades e funções físicas, que no todo constitui o habitus corporal. Para além dessas dimensões, no e com o corpo se desenvolvem as percepções e sensibilidades (visão, olfato, tato, audição, gustação), os canais culturais de comunicação (movimentos, expressões, gestos, linguagens) seus usos e práticas, e também as sensibilidades (dor, esperança, amor, saudades, etc.), que tornam o corpo âncora de emoções. (MATOS, 2008, p. 243)

Assim como Guimarães (2007, p. 27), tomamos o corpo como um enigma, “como um objeto cultural que traz as marcas de sua origem social e histórica, as quais se desvelam nas sensibilidades, nas posturas, nos gestos, nos olhares, na movimentação e ritmo das suas respostas corporais.”

O corpo – substantivo comum, concreto e singular. Singularidade que se constrói sempre na relação, na interação, na troca com o outro. Relação, interação e troca nem sempre tranquilas, nem sempre desejáveis, nem sempre possíveis. [...] No transcorrer de sua existência, o corpo é vincado

pelo passar do tempo, pelas condições de sua sobrevivência, pelas experiências e pelos significados socioculturais que lhe foram e são atribuídos. (p. 27)

No corpo dá-se a construção daquilo que chamamos sabedoria; tudo o que sabemos e como entendemos o mundo é proveniente de uma maneira de sentir este mesmo mundo. Uma maneira que nos é ensinada coletivamente nos e pelos sentidos.

Aprendemos com e por aquilo que nos faz sentir. A experiência.

A tradição transmitida nas palavras e nos gestos. “Sabia-se muito bem o que era experiência: as pessoas mais velhas passavam-na sempre aos mais novos.” (BENJAMIN, 2012, p. 85)

As mãos entrelaçavam os fios, enquanto as vozes teciam os saberes.

O ouvido atento ao conselho do mais velho, que nada mais desejava fazer do que falar.

O olhar não era superestimado. Havia espaço para sentir os cheiros, os sabores, os sons. Compreender os sinais da natureza e do corpo, sem que tivessem sua essência reduzida a uma fórmula ou número.

As experiências (re) significam as palavras e são dotadas pelas dimensões da incerteza e das possibilidades. As experiências distinguem-se das abstrações conceituais, também por sua substância elementar: a sensibilidade.

Não ignoramos as dicotomias – assumimos as duas partes contraditórias, inseparáveis e complementares dos conceitos. A sabedoria vinda da experiência opõe-se e relaciona-se com o conhecimento. Aquilo que se sabe e não se passa.

A experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca. Não o que se passa, não o que acontece, ou o que toca. [...] Nunca se passaram tantas coisas, mas a experiência é cada vez mais rara. Em primeiro lugar pelo excesso de informação. A informação não é experiência. E mais, a informação não deixa lugar para a experiência, quase uma antiexperiência. (LARROSA, 2002, p. 21)

É preciso diferenciar a sabedoria e a experiência da informação e do conhecimento. O processamento e a exposição à muitas informações não criam as condições para a sabedoria. A sabedoria vem da experiência e a experiência vem das sensibilidades. Do sentir.

Atualmente, o conhecimento é essencialmente a ciência e a tecnologia, algo essencialmente infinito, que somente pode crescer; algo universal e objetivo, de alguma forma impessoal; algo que está aí, fora de nós, como algo de que podemos nos apropriar e que podemos utilizar; e algo que tem que ver fundamentalmente com o útil no seu sentido mais estritamente pragmático,

num sentido estritamente instrumental. O conhecimento é basicamente mercadoria e, estritamente, dinheiro; tão neutro e intercambiável, tão sujeito à rentabilidade e à circulação acelerada como o dinheiro. Recordem-se as teorias do capital humano ou essas retóricas contemporâneas sobre a sociedade do conhecimento, a sociedade da aprendizagem, ou a sociedade da informação. (LARROSA, 2002, p. 27)

A sabedoria, diferentemente do conhecimento, não tem a pretensão da certeza.

É um permitir-se questionar. Um admitir da singularidade, da fragilidade e da finitude do corpo.

Saberes e práticas, inscritos no corpo.

Inscrição inconsciente. Individualmente entalhada por um meio social e coletivo.

Subjetivação através do ato de narrar.

Voltemo-nos às dicotomias: narrar não é contar. Narrar prevê aquele que ouve.

Um ouvinte sensível. Uma interlocução que dá-se na alteridade e na reciprocidade.

O narrador narra para que alguém o ouça e transmita aquilo que ouve. “A experiência que passa de pessoa a pessoa é a fonte a que recorreram todos os narradores.” (1985, p. 198)

As experiências se transmitem e se re-significam nas narrativas.

“O narrador retira da experiência o que ele conta: sua própria experiência ou a relatada pelos outros. E incorpora as coisas narradas à experiência dos seus ouvintes.” (BENJAMIN, 1985, p. 201)

O conceito de experiência é muitíssimo caro aos pensadores com quem dialogamos. Além das contribuições de Benjamin e Larrosa, que perpassam por toda a nossa escrita, Marcus Tabor da (2008) nos subsidia refletindo sobre o pensamento de Edward Palmer Thompson para o campo da educação, sendo a experiência um dos pilares de suas ideias.

Talvez aí resida uma das contribuições mais significativas de Edward Thompson para a história da educação. Entre a determinação e a apropriação, entre a estrutura e o processo, entre a singularidade e a generalização, medeia a experiência. [...] O elemento mediador, aquilo que pode estabelecer a conexão entre processo histórico e ação humana individual, por exemplo, Thompson certamente radicaria na experiência. (TABORDA, 2008, p. 156-157)

A leitura de Tabor da das obras de Thompson e suas reflexões para o campo da educação ampliam ainda mais a nossa compreensão dos conceitos de experiência, educação e cultura, sendo fundamentais à nossa observação.

[...] a questão que temos imediatamente à nossa frente não é dos limites da experiência, mas a maneira de alcançá-la, ou produzi-la. A experiência surge espontaneamente no ser social, mas não surge sem pensamento. Surge porque homens e mulheres (e não apenas filósofos) são racionais, e refletem sobre o que acontece a eles e ao seu mundo. Se tivermos de empregar a (difícil) noção de que o ser social determina a consciência social, como iremos supor que isso se dá? Certamente não iremos supor que o “ser” está aqui, como uma materialidade grosseira da qual toda idealidade foi abstraída, e que a “consciência” (como idealidade abstrata) está ali. Pois não podemos conceber nenhuma forma de ser social independentemente de seus conceitos e expectativas organizadores, nem poderia o ser social reproduzir-se por um único dia sem o pensamento. O que queremos dizer é que ocorrem mudanças no ser social que dão origem à experiência modificada: e essa experiência é determinante, no sentido de que exerce pressões sobre a consciência social existente, propõe novas questões e proporciona grande parte do material sobre o qual se desenvolvem os exercícios intelectuais mais elaborados. A experiência, ao que se supõe, constitui uma parte da matéria prima oferecida aos processos do discurso científico da demonstração. E mesmo alguns intelectuais atuantes sofreram, eles próprios, experiências [Thompson, 1981, p. 16]. (cf. TABORDA, 2008, p. 153)

Assim, ao pensar na produção das experiências no campo da educação, podemos imaginar quão ricas são suas aplicações em termos curriculares. Aos sujeitos da modernidade é dado um dito “conhecimento”: encaixotado, rotulado, pasteurizado e que em nada se assemelha com a vida e com as relações interpessoais.

Os sujeitos escolarizados e formados pela educação escolar compulsória, ao invés de serem estimulados a sentir e compreender o mundo, têm cerceada toda a sua criatividade e potencialidades.

Este resultado é fruto de um longo processo de individualização e pasteurização da educação, das sensações e dos corpos no espaço que foi tornando-se urbano. Para Sennet (2001), temos um “[...] problema contemporâneo: a privação sensorial a que aparentemente estamos condenados pelos projetos arquitetônicos dos mais modernos edifícios; a passividade, a monotonia e o cerceamento tátil que aflige o ambiente urbano.” (p. 15)

Os corpos transitam pelas cidades, e na experiência de tempo acelerado e velocidade de locomoção, “tornam-se gradualmente desligados dos lugares em que se movem e das pessoas com quem convivem nesses espaços, desvalorizando-os através da locomoção e perdendo a noção de destino compartilhado.” (SENNET, 2001, p. 264)

Individualismo e velocidade entorpecem o corpo no espaço urbano. São-lhes extirpadas as sensações, os vínculos e, principal e fundamentalmente, as experiências sensíveis.

Benjamin também flagra na modernidade o declínio da arte de narrar e a decadência da experiência. “Se a arte da narrativa é hoje rara, a difusão da informação é decisivamente responsável por esse declínio.” (BENJAMIN, 1985, p. 203)

A revolução tecnológica no início do século XX e a invenção da prensa consolidaram um novo modo de leitura e um novo tipo de leitor. Já que o livro torna-se mercadoria, nasce um mercado editorial e uma nova produção literária voltada à esse público.

Textos curtos, novelas, periódicos, almanaques, jornais, guias, revistas e anuários surgem e estabelecem-se sob as novas necessidades de informação deste novo leitor, sujeito da modernidade.

Uma leitura rápida, no ritmo da máquina, e individual, como a vida burguesa.

[...] verificamos que com a consolidação da burguesia – da qual a imprensa, no alto capitalismo, é um dos instrumentos mais importantes – destacou-se uma forma de comunicação que, por mais antigas que fosse suas origens, nunca havia influenciado decisivamente a forma épica. Agora ela exerce essa influência. Ela é tão estranha à narrativa como o romance, mas é mais ameaçadora e, de resto, provoca uma crise no próprio romance. Essa nova forma de comunicação é a informação. (BENJAMIN, 1985, p.202)

Informação e abstração conceitual em oposição à experiência sensível. O sujeito da modernidade tende a não pensar no “coletivo”. Embebeda-se do individualismo, desinteressase do mundo e lhe atrofiam os sentidos.

E se não há lugar para a transmissão e a reciprocidade dos ensinamentos que orientavam, o lugar para a experiência se estreita rapidamente. A tradição perdeu espaço na vivência de tempo acelerado, que contemporaneamente, é associada ao “ultrapassado”.

A perda da experiência acarreta um outro desaparecimento, o das formas tradicionais de narrativa, de narração, que têm sua fonte nessa comunidade e nessa transmissibilidade. [...] Nesse diagnóstico, Benjamin reúne reflexões oriundas de duas proveniências: uma reflexão sobre o desenvolvimento das forças produtivas e da técnica (em particular sua aceleração a serviço da organização capitalista da sociedade) e uma reflexão convergente sobre a memória traumática, sobre a experiência do choque (conceito-chave das análises benjaminianas da lírica de Baudelaire), portanto, sobre a impossibilidade, para a linguagem cotidiana e para a narração tradicional, de assimilar o choque, o trauma, diz Freud na mesma época, porque este, por definição, fere, separa, corta ao sujeito o acesso ao simbólico, em particular à linguagem.

É precisamente esta impossibilidade de uma resposta simbólica clássica que pode nos ajudar a compreender por que Benjamin desenvolve consequências tão diferentes nos dois textos em questão, apesar da identidade do ponto de partida — a constatação da perda da experiência e da narração tradicional. (GAGNEBIN, 2006, p. 49-50)

A tradição compartilhada oralmente por práticas coletivas de produção ou através de manifestações culturais tendem a ter minimizado seu vigor e caráter de transmissibilidade que dava-se, assim como nas relações de trabalhos rudimentares e manuais, de maneira contínua, quase como se fosse tecida ao longo do tempo que seguia um outro ritmo.

Eric Hobsbawm, em sua obra *A invenção das tradições* (1984), distingue os costumes e as tradições antigas daquilo que ele chama de “tradições inventadas”.

Pode-se observar uma nítida diferença entre as práticas antigas e as inventadas. As primeiras eram práticas sociais específicas e altamente coercivas, enquanto as últimas tendiam a ser bastante gerais e vagas quanto à natureza dos valores, direitos e obrigações que procuravam inculcar nos membros de um determinado grupo [...]. (HOBBSAWM, 1984, p. 19)

O autor, convocando historiadores a problematizar a importância das tradições na compreensão histórica, nos aponta uma mudança no caráter perene e simbólico das tradições no contexto após a Revolução Tecnológica.

Podemos também observar que, obviamente, apesar de todas as invenções, as novas tradições não preencheram mais do que uma pequena parte do espaço cedido pela decadência secular das velhas tradições e antigos costumes; aliás, isso já poderia ser esperado em sociedades nas quais o passado torna-se cada vez menos importante como modelo ou precedente para a maioria das formas de comportamento humano. Mesmo as tradições inventadas dos séculos XIX e XX ocupavam ou ocupam um espaço muito menor nas vidas particulares da maioria das pessoas e nas vidas autônomas de pequenos grupos subculturais do que as velhas tradições ocupam na vida das sociedades agrárias, por exemplo. (HOBBSAWM, 1984, p. 19-20)

A tradição que tende a perder importância é aquela marcada pela oralidade, aquela compartilhada, gerada nas e pelas relações coletivas, de maneira comunitária. O ensinamento transmitido pela narrativa, pela “contação”, pela explicação, pela construção coletiva, pelo conselho. “O conselho tecido na substância viva da existência tem um nome: sabedoria.” (BENJAMIN, 1985, p. 200) Tecido tramado no ritmo de trabalho manual.

No entanto, “essa rede se desfaz hoje por todos os lados, depois de ter sido tecida, há milênios, em torno das mais antigas formas de trabalho manual.” (BENJAMIN, 1985, p. 204) O ritmo de trabalho do homem cede (ou é impelido a ceder) lugar ao ritmo da máquina.

Na realidade, esse processo, que expulsa gradualmente a narrativa da esfera do discurso vivo e ao mesmo tempo dá uma nova beleza ao que está

desaparecendo, tem se desenvolvido concomitantemente com toda uma evolução secular das forças produtivas. (BENJAMIN, 1985, p. 201)

O ritmo da máquina invade a percepção do tempo do homem na sua relação com a natureza. Com a tecnologia vieram as possibilidades de menos trabalho e mais tempo livre. Porém, o homem não sabe o que fazer com o tempo livre. Esforça-se por preenchê-lo na mesma velocidade com que a máquina trabalha.

Ociosa e desconexa, a humanidade vê-se frente a um novo tipo de ausência, uma carência descrita por Benjamin como pobreza: a pobreza de experiência.

Aqui se mostra, da forma mais evidente, como a nossa pobreza de experiência é apenas uma parte da grande pobreza que ganhou um novo rosto - com a nitidez e o recorte exato do mendigo medieval. Na verdade, de que nos serve toda a cultura se não houver uma experiência que nos ligue a ela? A detestável mistura de estilos e de visões do mundo do século passado mostrou-nos tão claramente aonde leva o uso hipócrita e simulado da experiência, que é uma questão de honra confessar hoje a nossa pobreza. Temos de admiti-lo: essa pobreza de experiência não se manifesta apenas no plano privado, mas no de toda a humanidade. Transforma-se, assim numa nova espécie de barbárie. (BENJAMIN, 2012, p. 86)

Pobreza que priva os homens de conexões significativas, da sabedoria e do senso de comunidade: onde os saberes são compartilhados e o corpo social se funda.

“Quando a significação de cada coisa passa a ser fixada pelo preço [... E há a] desarticulação das relações espaçotemporais, intrínseca à modernidade [...]” (D’ANGELO, 2006, p. 237), perde-se a noção de coletivo. E, retornando às palavras de Benjamin (2012, p. 86), perde-se o sentido da cultura se não há experiência que nos ligue a ela.

É somente por meio da experiência sensível, aquela relacionada aos processos dialógicos culturais e sociais, que os sujeitos permitem-se deslocar-se, atribuir sentido ao mundo e construir-se.

Na impossibilidade de experiências sensíveis, sobram-se apenas vivências, ricas de informação, mas pobres de significado, já que não perpassam o sujeito e este não é capaz de incorporá-las.

A vida humana se fez pobre e necessitada, e o conhecimento moderno já não é o saber ativo que alimentava, iluminava e guiava a existência dos homens, mas algo que flutua no ar, estéril e desligado dessa vida que já não pode encarnar-se. (LARROSA, 2002, p. 28)

A impossibilidade do sentir, do intercambiar e da experiência. Passamos por um constante estado presente, carente de conexões e sensibilidades. “A perda da experiência pelo bombardeio da informação, pela mecanização e divisão do trabalho industrial se traduz em automatização”. (D’ANGELO, 2006, p. 248)

A narrativa é marcada pela construção do sujeito no coletivo. O homem, ser social, traz em suas narrativas as marcas e possibilidades da transmissibilidade e das sensibilidades. Mas Benjamin, em *Experiência e Pobreza* (2012, p. 86) questiona: “Para onde foi tudo isso? Onde é que se encontram ainda pessoas capazes de contar uma história como se deve ser?”. E responde em *O Narrador*:

O primeiro indício da evolução que vai culminar na morte da narrativa é o surgimento do romance no início do período moderno. O que separa o romance da narrativa [...] é que ele está essencialmente vinculado ao livro. (1985, p. 201)

O livro como mercadoria. O livro como produto, tão marcado em sua apresentação física quanto em seu conteúdo. A partir da invenção da imprensa e da concepção de livro como hoje o temos, houve uma mudança significativa no conteúdo daquilo que compunha o livro.

Tradicionalmente, os livros foram tomados como suporte de narrativas, ideias, ideologias, valores, ou seja, como conteúdos. Não se percebia a obviedade, apontada por Chartier, de que eles são também coisas, têm materialidade. Como coisas, eles foram produzidos num processo mais ou menos complexo, que, na sociedade capitalista, é também o da produção de mercadoria. (BRAGHINI; MUNAKATA; OLIVEIRA, 2017, p. 14)

O romance traz as marcas do ritmo da máquina. Linear, intencional e que se baseia e funciona a partir do indivíduo isolado. “Com efeito, o homem conseguiu abreviar até a narrativa.” (BENJAMIN, 1985, p. 206)

Benjamin fala de uma literatura capaz de preencher e suprir um mercado de leitores que têm pressa, que são “informados”, que lêem sozinhos, que não necessitam compartilhar sua leitura, tampouco, aquilo que apreendem dela (se apreendem). “Quem escuta uma história está em companhia do narrador; mesmo quem a lê partilha dessa companhia. Mas o leitor de um romance é solitário.” (BENJAMIN, 1985, p. 213)

O autor critica duramente a nova literatura que surge: com começo, meio e fim definidos e com quase nenhum espaço para a digressão, para a dúvida e para a reflexão. Ao evocar as obras de Baudelaire e Brecht, Benjamin nos alerta e nos convida à leitura atenta da

literatura que traz o cotidiano e que traz as experiências daquele que narra. Uma leitura que não pode ser ingênua, dado o seu conteúdo.

O livro traz uma versão, uma história, uma certeza. A escrita garante a permanência desta versão dos fatos. Uma versão que não surge ao acaso: é produto de conflitos e tensões, trazendo nele as suas marcas e rastros.

Podemos ver no que está escrito o que não está escrito. Não é implícito: está na materialidade do texto. Não é “o que o autor quis dizer.” É que ao dizer algo, o autor escolhe não dizer outra coisa. Garantir o registro de uma verdade pressupõe ocultar e silenciar outras possibilidades. Para lembrar é preciso esquecer.

Se a memória costuma ser automaticamente correlacionada a mecanismos de retenção, depósito e armazenamento, é preciso apontá-la também como dependente de mecanismos de seleção e descarte. Ela pode, assim, ser vista como um sistema de esquecimento programado. Sem o esquecimento, a memória humana é impossível. (MENESES, 1992, p. 16)

A história pressupõe possibilidades de narrativa, estando nelas contidas as potencialidades das memórias - múltiplas, inconstantes, atemporais e dialógicas.

[...] nem a memória pode ser confundida com seus vetores e referências objetivas, nem há como considerar que sua substância é redutível a um pacote de recordações, já previsto e acabado. Ao inverso, ela é um processo permanente de construção e reconstrução, um *trabalho*, como aponta Ecléa Bosi. O esforço ingente com que costumam investir grupos e sociedades, para fixá-la e assegurar-lhe estabilidade, é por si, indício de seu caráter fluido e mutável. (MENESES, 1992, p. 10)

Para Benjamin, a memória configurar-se em duas dimensões: a reminiscência e a rememoração. A reminiscência traz em si a emoção, é evocada por estímulos diversos, é fugaz, criativa e plural e origina-se na tradição oral.

A reminiscência funda a cadeia da tradição, que transmite os acontecimentos de geração em geração. [...] Ela tece a rede que em última instância todas as histórias constituem entre si. (BENJAMIN, 1985, p. 211)

Já a rememoração dá-se por uma demanda, uma intencionalidade. “O romance [...] não pode dar um único passo além daquele limite em que, escrevendo a parte inferior da página a palavra *fim*, convida o leitor a refletir sobre o sentido de uma vida.” (BENJAMIN, 1985, p. 213)

As reminiscências também são produtos de uma intencionalidade, mas elas associam-se à transmissibilidade. O desejo da transmissão e da troca de experiências. O saber que é compartilhado e multiplica-se.

As reminiscências podem ser frutos do acaso, das coincidências: um gatilho diz para lembrar e independe da vontade. Lembramo-nos, em muitas situações, de coisas que não queríamos lembrar, trazendo a dor, a tristeza, o ódio, o medo. Lembramo-nos outras vezes de coisas que nem lembrávamos que lembrávamos, que nos marejam os olhos, trazem saudade, amor, conforto, inspiração.

Um cheiro me traz uma lembrança e coloco-me a falar. Um som me lembra de um momento de minha vida e meus olhos se enchem de lágrimas. Um sabor lembra-me de alguém que amei. Um som me enche de medo, pois me recorda de um acidente.

A essência da reminiscência está na sensibilidade.

Sensibilidade pelas sensibilidades. Os sentidos que, mobilizados, podem nos evocar emoções.

O tato, o olfato, o paladar, a audição e a visão.

Fazem-nos lembrar, fazem-nos sorrir, fazem-nos chorar.

As lembranças têm cor, cheiro, sabor, textura, tom, ritmo.

Elas nos preenchem de uma maneira bastante distinta daquelas lembranças que nos esforçamos para “lembrar”.

Quando um evento passado é conscientemente evocado, falamos da dimensão da memória que Benjamin chama de rememoração. O romance, o livro, a crônica e os registros da história oficial pautam-se, sobretudo, por esta dimensão, às vezes extremamente marcada por demandas de mercado. Igualmente plural e criativa.

Peça-me para contar-lhe sobre um evento. Hoje te darei um relato. Amanhã se me fizer a mesma solicitação, produzirei uma versão diferente. Memórias não são imutáveis. Não é porque eu lembro que sempre lembro como é. A criatividade garante o preenchimento das lembranças: sempre em aberto. As narrativas orais também acolhem a criatividade.

A memória dá-se no esquecimento. No entanto, rememoração e reminiscência distinguem-se e produzem formas distintas de lembrar e esquecer; produzindo também formas diferentes de transmissão.

Transmissão que pauta-se na tradição e na manutenção de saberes (reminiscência) e transmissão que pauta-se na reprodução do que foi contado, mas não necessariamente identificação e subjetivação. As informações apenas passam, não nos passam. Escuto, mas não ouço. Vejo, mas não olho.

O sujeito da informação sabe muitas coisas, passa seu tempo buscando informação, o que mais preocupa é não ter bastante informação; cada vez mais, cada vez está melhor informado, porém, com essa obsessão pela informação e pelo saber (mas saber não no sentido de “sabedoria”, mas no sentido de “estar informado”), o que consegue é que nada lhe aconteça. (LARROSA, 2002, p. 22)

Como produto de um desencadear de fatos, parece-nos que “a alma, o olho e mão estão inscritos no mesmo campo. Interagindo, eles definem uma prática. Essa prática deixou de nos ser familiar.” (BENJAMIN, 1985, p. 220) Um fazer intencionado que pressupõe a experiência e o saber, a tradição.

Práticas que se davam nas relações de trabalho: manuais e coletivas, cujo tempo era o tempo do trabalho. O tempo do trabalho não é, necessariamente, o tempo fabril.

A fábrica tem um cronograma, um prazo, um limite, um método. Sabe-se o tempo da produção para produzir mais. O tempo do corpo precisa acompanhar o ritmo da máquina. Não há pausas: apenas trocam-se os corpos, trocam-se os turnos.

O tempo do trabalho segue o ritmo do corpo que segue o tempo da natureza. A espera pelo tempo de plantar. A espera pelo tempo de colher. O tempo para descansar. O tempo para tecer. O tempo para a secagem. O tempo coletivo.

Da mesma forma que o trabalho passou a ter novas dimensões, bem como as noções de tempo por ele estabelecidas, tende-se a perder a imaginação criadora e a faculdade de intercambiar experiências.

Para Benjamin (1985, p. 220), a narração não é produto exclusivo da voz e reflete toda uma forma de conceber o mundo, “há o reconhecimento de que a linguagem humana é inseparável da dicotomia conhecimento/vida.” (PIRES, 2014)

Quando Benjamin fala dos produtos da modernidade, no texto *Experiência e Pobreza* (2012, p.88), trata de como estes influenciam os homens, que passam a ser “novas criaturas” que “já falam uma língua totalmente nova”. Ou seja, que implicam uma nova concepção de mundo.

Toda maneira de conceber o mundo – ética, gera uma maneira de representar o mundo – estética. O romance vem como produto dessa sociedade onde a “escolarização compulsória, erradicando o analfabetismo, [tem um mote que amplia] as possibilidades do mercado editorial.” (D’ANGELO, 2006, p. 244)

Nessa sociedade onde tudo é mercadoria, até o tempo, é difícil “determinar concretamente o lugar da fantasia na vida dos indivíduos e nas diferentes formações

socioculturais” (MACHADO, 2008, p. 208) e de que maneira ela se apresenta – se, apresenta – no romance.

Sem a fantasia e a criatividade, não se sabe o que fazer com o tempo.

Com a difusão dos relógios a partir de 1850, disseminou-se a ideia de pontualidade como “virtude”. A dependência do tempo matemático, no início imposta apenas aos pobres, se estendeu a todas as classes sociais; quem não se ajustava a esse ritmo enfrentava a hostilidade social e a ruína econômica. (D’ANGELO, 2006, p. 244)

Uma noção de tempo que não condiz com o tempo da natureza e nem do corpo, mas que segue e dita um novo modo de viver. Um novo modo de difundirem-se informações, onde se restringe o espaço para sensibilidades. Um tempo em que valorizamos coisas e usamos pessoas. “São bastante antigas as imagens elisabetanas do tempo como devorador, desfigurador, tirano sangrento, ceifeiro, mas há um novo senso de imediatismo e insistência.” (THOMPSON, 1998, p. 268)

Thompson, em *Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial* (1998), expõe historicamente a relação entre tempo e trabalho e questiona:

[...] até que ponto, e de que maneira, essa mudança no senso de tempo afetou a disciplina de trabalho, e até que ponto influenciou a percepção interna de tempo dos trabalhadores? Se a transição para a sociedade industrial madura acarretou uma reestruturação rigorosa dos hábitos de trabalho – novas disciplinas, novos estímulos, e uma nova natureza humana em que esses estímulos atuassem efetivamente – até que ponto tudo isso se relaciona com mudanças na notação interna do tempo? (p. 269)

Para o autor, internalizamos “diferentes notações do tempo [que são] geradas por diferentes situações de trabalho” (p. 270). Assim, se considerarmos que historicamente o tempo tem sua medição baseada nos ciclos de trabalho, novos modos de trabalho desvelam novas relações com o tempo.

O valor do tempo e o valor do trabalho equiparam-se em uma mesma moeda: tempo é dinheiro. “[...] O que predomina não é a tarefa, mas o valor do tempo quase reduzido a dinheiro. O tempo agora é moeda: ninguém passa o tempo, e sim o gasta.” (p. 272)

Porém, Benjamin traz em suas obras reflexões valiosas que possam contribuir para um “recomeço radical”, carregadas com a esperança de uma nova barbárie. “Desde que cada indivíduo de vez em quando ceda um pouco de humanidade àquelas massas que um dia lhe devolverão com juros acrescidos.” (BENJAMIN, 2012, p. 90)

Convocadas por incertezas acerca de nosso tempo e mobilizadas pelo pensamento benjaminiano, colocamo-nos a questionar sobre a educação.

Inseridas em um programa de Pós-Graduação em Educação, perguntamo-nos: Que educação?

Apesar de reconhecermos a urgência e a necessidade de projetos e currículos concebidos a partir da educação das sensibilidades, capaz de propiciar uma escola mais humana, consciente, plural e sensível, não abordamos a escola. Tampouco a educação escolar ou práticas escolares.

Acreditamos que há

[...] algumas formas de produção da história da educação do corpo também fora da escola, ou seja, em outros tempos e espaços sociais não necessariamente afeitos à cultura escolar, mas que soem ter pontos de contato com aquela cultura pelo potencial formativo que encerram. (TABORDA, 2008, p. 162)

Tratamos de processos formativos. De educação enquanto conceito amplo e complexo, que não desconsidera as experiências e narrativas. Entendemos a educação por um processo sociocultural que perpassa, coletivamente, todas as esferas individuais.

Nesse sentido, noções como conflito, resistência, cultura, economia, moral, costume e formação assumem no âmbito da história da educação uma centralidade inaudita [...]. O mesmo pode ser dito dos procedimentos de pesquisa, tão em evidência hoje, para os quais podemos recorrer às noções de possibilidade histórica, lógica histórica, verdade histórica, experiência e cotidiano, tão caros à pesquisa recente em história da educação. (TABORDA, 2008, p. 151)

E mobilizadas pelas experiências sensíveis, aquelas ambivalentes, que permitem-nos estarmos em suspensão, sentimo-nos convocadas pela consciência dessas sensibilidades e sensitividades.

O que subsidia a nossa pesquisa é a busca pela nova barbárie.

Conforme as ideias dos pensadores da escola de Frankfurt (Benjamin, Adorno, Horkheimer), há momentos de barbárie: “um fundo originário e sangrento de brutalidade” (GAGNEBIN, 2006, p. 63). Porém, estes são momentos de recomeço. São momentos em que violentamente floresce o novo: um recomeço radical.

A partir de nossas experiências e daquilo que nos toca, buscamos uma pesquisa significativa para nós e para a área da Educação, na qual se inscreve a nossa pesquisa.

Voltemos a falar de nosso tempo: um tempo em que as coisas têm seu valor a partir de sua utilidade e não de seu uso. Tudo é mercadoria e o “valor de uso da mercadoria passa para segundo plano.” (BENJAMIN, 1989, p. 35)

O remédio cura a dor. O carro me leva ao trabalho.

E a pesquisa?

A pesquisa tem a sua utilidade fora de si.

Procuramos uma resposta ou uma discussão?

Por que abordar as imagens e sensibilidades femininas em um programa de pós-graduação em Educação?

Porque problematizamos a partir da educação das sensibilidades. Porque não procuramos respostas. Porque vemos nos rastros algo dinâmico, muito além da inércia e imobilidade do documento que um incauto observador pode imaginar existir.

A experiência, a possibilidade de que algo nos aconteça ou nos toque, requer um gesto de interrupção, um gesto que é quase impossível nos tempos que correm: requer parar para pensar, parar para olhar, parar para escutar, pensar mais devagar, olhar mais devagar, e escutar mais devagar; parar para sentir, sentir mais devagar, demorar-se nos detalhes, suspender a opinião, suspender o juízo, suspender a vontade, suspender o automatismo da ação, cultivar a atenção e a delicadeza, abrir os olhos e os ouvidos, falar sobre o que nos acontece, aprender a lentidão, escutar aos outros, cultivar a arte do encontro, calar muito, ter paciência e dar-se tempo e espaço. (LARROSA, 2002, p. 24)

Voltamo-nos a uma educação sensível em um tempo em que a arte de sentir já não nos é mais familiar. Sentir e sensibilizar-se pelos sentidos. Reconhecer os sentidos e permitir-se suspender-se nas sensibilidades.

Buscamos as possibilidades de diálogos. Diálogos no plural e diálogos plurais, a partir da mobilização de fontes.

Buscamos as possibilidades de deslocamentos. Pensar nos documentos, pelos documentos, com os documentos. Promover a tensão nas e pelas fontes.

Voltando-nos novamente às palavras de Larrosa (2002, p. 28), entendemos que:

[s]e o experimento é preditível e previsível, a experiência tem sempre uma dimensão de incerteza que não pode ser reduzida. Além disso, posto que não se pode antecipar o resultado, a experiência não é o caminho até um objetivo previsto, até uma meta que se conhece de antemão, mas é uma abertura para o desconhecido, para o que não se pode antecipar nem “pré-ver” nem “pré-dizer”.

E se nos interessam os diálogos e as possibilidades, o que o processo criminal de Alice (1950), objeto da nossa pesquisa, nos subsidia que outros processos não subsidiariam?

Entendemos que uma leitura pautada nas possibilidades de diálogos a partir da noção de educação das sensibilidades sempre será rica, nos dará pistas sobre o passado bem como sobre o presente. Acreditamos que os processos do judiciário são inesgotáveis fontes de perspectivas e entendimentos.

Nos pautamos nos estudos sobre História Cultural de Sandra Pesavento (2008).

Em termos gerais, pode-se dizer que a proposta da História Cultural seria, pois, decifrar a realidade do passado por meio das suas representações, tentando chegar àquelas formas, discursivas e imagéticas, pelas quais os homens expressaram-se a si próprios e o mundo. (p. 44)

Porém, para Peter Burke, “[a] tentação a que o historiador cultural não deve sucumbir é a de tratar os textos e as imagens de um certo período como espelhos, reflexos não problemáticos de seu tempo.” (2005, p. 32-33)

O trato com as fontes e a pesquisa em arquivos nos revela “muito além do que aquilo que [está] expresso e mostrado nos registros materiais.” (PESAVENTO, 2008, p. 24) A ambivalência faz-se presente a todo o momento: o que está escrito revela o que não está escrito.

É um trabalho árduo o do historiador que se coloca a dialogar com as fontes. Diálogo pressupõe escuta. Uma escuta sensível, um olhar atento.

Ora, se as sensibilidades, como foram definidas, são a tradução sensível das emoções, sensações e experiências dos indivíduos, cabe ao historiador, para poder apreender tais percepções de mundo, buscar as evidências. Ou seja, as fontes que traduzam tais sensibilidades, o que exige uma leitura excepcionalmente fina. (PESAVENTO, 2008, p. 118-119)

A escolha pelo trabalho com o acervo de documentos jurídicos, mais especificamente com processos criminais, nos dá pistas sobre as representações de outro tempo. Mais do que isso, os processos criminais pautam-se em regras sociais e definem quais indivíduos estão aptos a circular por determinadas esferas sociais e quais não estão.

Outra vertente de enorme significação na pesquisa, e que se vem desenvolvendo, é a da amnésia na história dos excluídos, dos escravos, mulheres, crianças, operários, minorias raciais e sociais, loucos, oprimidos de todo tipo. Contudo, não é suficiente apenas dar voz aos silenciados. É

imperioso detectar e entender as multiformes gradações e significações do silêncio e do esquecimento e suas regras e jogos. (MENESES, 1992, p. 18)

É fundamental ao historiador observar as possibilidades e impossibilidades de comunicação, as ambivalências e as condições sociais em que se dão, de forma tensa e conflituosa, o esquecimento.

No plano ainda da documentação oficial, certos tipos de fontes, como processos criminais, registros policiais, livros de entrada da Casa de Correção, do Hospício ou da Santa Casa aparecem diante do historiador como muito riscos para a análise, se se tratar da análise das representações construídas a partir da exclusão social. (PESAVENTO, 2008, p. 97)

Cabe aqui uma importante discussão metodológica: o que é representação?

Ainda pautando-nos na obra de Pesavento (2008), que apresenta como o conceito assume diferentes e complementares definições, entendemos que as contribuições de diferentes autores colaboram para a ampliação da nossa compreensão do que são imagens e representações.

[...] o conceito de representação é, formal e claramente assumido por todos? A resposta mais justa seria não. Entretanto, entendemos que, de uma forma geral, todos trabalham com a mesma ideia do resgate de sentidos conferidos ao mundo, e que se manifestam em palavras, discursos, imagens, coisas, práticas. (PESAVENTO, 2008, p. 17)

Pesavento revela o início do uso do conceito de representação no início do século XX, sendo uma categoria conceitual fundamental à História Cultural. As formulações de Mauss e Durkheim indicam a força das representações, que mobilizam e produzem reconhecimento e legitimidade social.

As representações construídas sobre o mundo não só se colocam no lugar desse mundo, como fazem com que os homens percebam a realidade e pautem a sua existência. São matrizes geradoras de condutas e práticas sociais, dotadas de força integradora e coesiva, bem como explicativa do real. Indivíduos e grupos dão sentido ao mundo por meio das representações que constroem sobre a realidade. (PESAVENTO, 2008, p. 39)

Conceito ambíguo, pois implica ambivalência. “A representação envolve processos de percepção, identificação, reconhecimento, classificação, legitimação e exclusão.” (PESAVENTO, 2008, p. 40)

Conexo ao conceito de representação está o imaginário.

Le Goff afirma que “tudo aquilo que o homem considera como sendo a realidade é o próprio imaginário”. (cf. PESAVENTO, 2008, p. 42) O autor ainda articula a capacidade criativa às narrativas e a importância e relevância dos escritos literários enquanto contribuição histórica. (LE GOFF, 1990)

Face aos defensores da história positivista que julgam poder banir toda a imaginação e, até, toda a "idéia" do trabalho histórico, muitos historiadores e teóricos da história reivindicaram e continuam a reivindicar o direito à imaginação. (LE GOFF, 1990, p. 39)

Citando Fustel, Le Goff (1990, p. 106) reforça a importância do imaginário na observação e construção histórica.

A história deve prescrutar as fábulas, os mitos, os sonhos da imaginação, todas essas velhas falsidades sob as quais ela deve descobrir alguma coisa de muito real, as crenças humanas. Onde o homem passou e deixou alguma marca da sua vida e inteligência, aí está a história.

Já Bachelard (1989, 1990, 1994, 1996) descreve o imaginário sob duas forças: novidade e arcaico. A novidade é a dimensão pautada na possibilidade do futuro, no porvir, no devir. O arcaísmo baseia-se no primitivismo, dimensão da memória social e humana.

Para ele, o imaginário é um campo de criação a partir da novidade e do arcaico, impulsionando às possibilidades de gênese. Sua constituição é formal e material – formal deriva de forma, o que será feito com os elementos, e material são os elementos da imaginação, os sonhos e pavores, constituídos pelos 4 elementos.

A água, a terra, o fogo, o ar. Gaston Bachelard explora as atividades intelectuais humanas a partir dos elementos que, em um processo de (des) continuidade, revela a poesia como fonte e solo fértil onde suas ideias possam florescer. Inspirado nas filosofias tradicionais e cosmologias antigas, acredita ser:

(...) possível estabelecer, no reino da imaginação, uma *lei dos quatro elementos*, que classifica as diversas imaginações materiais conforme elas se associem ao fogo, ao ar, à água ou à terra. E, se é verdade, como acreditamos, que toda poética deve receber componentes – por fracos que sejam – de essência material, é ainda essa classificação pelos elementos materiais fundamentais que deve aliar mais fortemente as almas poéticas. Para que um devaneio tenha prosseguimento com bastante constância para resultar em uma obra escrita, para que não seja simplesmente a disponibilidade de uma hora fugaz, é preciso que ele encontre sua *matéria*, é preciso que um elemento material lhe dê sua própria substância, sua própria regra, sua poética específica. (BACHELARD, 1989, p. 4)

A obra de Bachelard é um conjunto de fragmentos, organizados de modo a possibilitar leituras múltiplas, a partir do pensamento poético e filosófico. Sua leitura, para além do conhecimento objetivo, nos sensibiliza, amplia e corrobora para nossa perspectiva acerca do imaginário.

A sensibilidade humana emerge das percepções. Suas produções tampouco são isentas do elementar natural à poética tecida em sua matéria. “O homem é uma criação do desejo, não uma criação da necessidade.” (BACHELARD, 1994, p. 25)

As folhas secas que caem prenunciam as flores do devir. A mudança e a trans/forma/ção. Na lógica da contradição, a imagem a ser construída se materializa no porvir.

Mas “(a)s imagens não são conceitos. Não se isolam em sua significação. Tendem precisamente a ultrapassar sua significação.” (BACHELARD, 1990b, p. 02) São propulsoras da criação, a partir da leitura dos sentidos. O imaginário como campo da criação. “A imagem é uma planta que necessita de terra e de céu, de substância e de forma.” (BACHELARD, 1989, p. 03)

Ao relativizar o diálogo com a obra de Bachelard, mobilizamos possibilidades entre estética, imaginação criativa e o despertar de novas sensibilidades. Perder-se ao poético é mais que uma fuga, mas a percepção de novos sentidos pelos sentidos. “Aumentar a linguagem, criar linguagem, valorizar a linguagem, amar a linguagem – tudo isso são atividades em que aumenta a consciência de falar.” (BACHELARD, 1996, p. 05)

Assim, em nosso modesto estudo das mais simples imagens, nossa ambição filosófica é grande: provar que o devaneio nos dá o mundo de uma alma, que uma imagem poética testemunha uma alma que descobre o seu mundo, o mundo onde ela gostaria de viver, onde ela é digna de viver. (1996, p. 15)

Os sentidos e as sensibilidades buscam em seus pares a fonte para a produção do conhecimento: “a faculdade de intercambiar experiências” (BENJAMIN, 1985, p. 198).

Benjamin flagra em suas obras o contexto tecnicista em que a experiência e a sensibilidade cedem lugar aos ritmos fabris e às verdades incontestáveis. Um momento em que se coloca a refletir sobre como passamos a lidar com nossos anseios e desejos ou a falta deles.

Será necessário que o objeto da *nossa experiência* seja sempre triste, que não possamos fundar a coragem e o sentido senão naquilo que não pode ser

experimentado? [...] A experiência é carente de sentido e espírito apenas para aquele já desprovido de espírito. (BENJAMIN, 2002, p. 23)

Ser desprovido de espírito não seria ser desprovido de sensibilidade?

Ser desprovido de sensibilidade não seria ser desprovido de poesia?

Perder o elementar da sensibilidade humana.

Para tanto, deve haver espaço para as sensibilidades e noções ampliadas de memória e de educação, bem como sobre os espaços onde elas se (des) constroem. O rompimento de concepções e noções tão solidamente enraizadas dá-se no momento do questionamento: o que, de fato, significa cultura? Ou história? Ou isso? Ou aquilo?

É no momento da dúvida que a concretude das ideias se desfaz. Mas não apenas se desfaz para ceder lugar à frustração da crença em algo fantasmagórico, ela dá lugar à barbárie. À busca. À dúvida que move. Que perpassa como um pássaro, seguido de tantos outros pássaros. Uns maiores, outros menores. Uns mais sutis, outros um tanto mais agressivos.

Nessa passagem, nos (des) montamos. As respostas que pensávamos ter, já não nos são suficientes. E é no exercício de nos perdermos que acabamos por nos encontrar. “A imaginação não é, como sugere a etimologia, a faculdade de criar imagens da realidade; é a faculdade de formar imagens que ultrapassam a realidade, que *cantam* a realidade.” (BACHELARD, 1989, p. 18)

Retornando à obra de Pesavento, “entende-se por imaginário um sistema de ideias e imagens de representação coletiva que os homens, em todas as épocas, construíram para si, dando sentido ao mundo.” (PESAVENTO, 2008, p. 43).

As imagens estabelecem uma mediação entre o mundo do espectador e o do produtor, tendo como referente a realidade, tal como, no caso do discurso, o texto é mediador entre o mundo da leitura e o da escrita. Afinal, palavras e imagens são formas de representação do mundo que constituem o imaginário. (PESAVENTO, 2008, p. 86)

Neste momento nos atentamos a fazer uma distinção entre imagem enquanto ilustração e imagem enquanto representação. “A imagem possui uma função epistêmica, de dar a conhecer algo, uma função simbólica, de dar acesso a um significado, e uma estética, de produzir sensações e emoções no espectador.” (PESAVENTO, 2008, p. 87)

Benjamin irá chamar de imagem as representações, aproximando-se do conceito já apresentado, porém atribuindo-lhe outra terminologia.

[...] nossa imagem da felicidade é totalmente marcada pela época que nos foi atribuída pelo curso da nossa existência. A felicidade capaz de suscitar nossa inveja esta toda, inteira, no ar que já respiramos, nos homens com os quais poderíamos ter conversado, nas mulheres que poderíamos ter possuído. Em outras palavras, a imagem da felicidade está indissolúvelmente ligada à da salvação. O mesmo ocorre com a imagem do passado, que a história transforma em coisa sua. (1994, p. 223)

Imagens dialéticas, que se baseiam em um repertório sociocultural, ambíguas e polivalentes. Além do conceito de imagens, Benjamin ainda traz as alegorias, fisiologias e fantasmagorias: recursos e dispositivos conceituais que embasam sua obra.

Dadas tais considerações, destacamos que desde o início da nossa pesquisa e na elaboração deste texto adotamos os termos representação e imagem. Consideramos todas as reflexões dos autores com quem dialogamos, sem, no entanto, confundir esses termos com os conceitos de história e memória.

A memória, como construção social, é formação de imagem necessária para os processos de constituição e reforço da identidade individual, coletiva e nacional. Não se confunde com a História, que é forma intelectual de conhecimento, operação cognitiva. A memória, ao invés, é operação ideológica, processo psico-social de representação de si próprio, que reorganiza simbolicamente o universo das pessoas, das coisas, imagens e relações, pelas legitimações que produz. (MENESES, 1992, p. 22)

As fontes, portanto, revelam-se como representações do passado. “Para cobrir a problemática social da memória é necessário considerar não somente o sistema (os mecanismos, os suportes/vetores/referenciais), os conteúdos (as representações), mas também incluir os agentes e suas práticas.” (MENESES, 1992, p. 19)

Deste modo, se os processos do judiciário são inesgotáveis fontes para explorar e problematizar representações de outros tempos, então por que Alice?

Porque Alice nos evoca uma sensibilidade distinta de violência contra a mulher. Porque a agressão sofrida por Alice recebe outros nomes e descaracteriza-se. Porque Alice é plural e controversa. Porque em Alice temos mais perguntas do que respostas.

Almejamos produzir um texto capaz de abrigar a pluralidade e as ambivalências.

Almejamos produzir um texto que parta de um mundo para além de códigos binários.

Um ou zero.

Certo ou errado.

Mulher ou homem.

Vítima ou culpado.

Alice é contestável, Alice é discutível.

Assim como o mundo: múltiplo em suas múltiplas representações.

Alice pode ser muitas mulheres. A voz de Alice traz silêncios. O silêncio de Alice nos traz imagens e nos diz muito.

Por isso nos interessa o processo de Alice.

Por isso acreditamos que sua leitura possibilita uma ampliação da análise histórica da imagem feminina.

E é isso o que buscamos: transgressão.

Para transgredir é preciso perceber que alguns passos não são óbvios, tampouco certos.

Joana Maria Pedro (2008) traz em seus estudos uma retrospectiva do feminismo no Brasil a partir dos estudos dos grupos de reflexão: grupos de consciência feminina formados e organizados por mulheres nas décadas de 1960, 1970 e 1980.

Estes grupos buscavam consolidar uma identidade feminina.

Creio que fica evidente, aqui, a constituição de uma identidade, ou seja, a identidade de “Mulher”. E o objetivo era fugir da identidade de “outro”, como já havia denunciado, em 1949, Simone de Beauvoir, ao lembrar que, na sociedade ocidental capitalista, “O homem é o sujeito, o absoluto, ela [a mulher] é o outro”. [...] Ora, o que esses grupos estavam fazendo, ao tomar consciência de que o que viviam era coletivo, era criar uma nova “imagem de si”, diferente da que a cultura, que as havia transformado em “outro”, havia constituído. (p. 418)

Para estas mulheres, a reflexão e a consciência coletiva era um primeiro e importante passo na consolidação de uma identidade feminina para além daquela culturalmente consolidada e de exclusão.

Lembramos, novamente, que o que essas mulheres estavam constituindo era a identidade de mulher. Esta era constituída pelo reconhecimento de traços comuns entre as mulheres, que extrapolavam o corpo, mas que eram apoiados nele. Também se definia em contraposição a um novo “outro”, o homem. Este, como o sentido de “mulher”, era pensado de maneira universal. O que elas consideravam era que no corpo, no genital, estava o que consideravam como “feminilidade”, e que as definia. Entendiam que, por serem mulheres, poderiam fazer atuar uma nova “sonoridade”, uma união, pois afinal, diziam, tinham – independentemente de classe, geração, raça/etnia – uma mesma subordinação. Afirmavam, então, que o que tinha acontecido com elas, individualmente, era comum a todas as demais e concluía que – como tinha dito Simone Beauvoir – era a cultura, dominada pelos homens, que as tinha tornado submissas e com tão baixa autoestima. Esta era, realmente, uma perspectiva separatista. (p. 426-427)

O movimento feminista, baseado principalmente nas ideias trazidas dos Estados Unidos e França, era liderado por mulheres que haviam tido contato com estes ideais, letradas e politicamente engajadas.

Apesar de perceberem e assumirem a multiplicidade necessária à representação feminina, estas mulheres encontravam na exclusão e na opressão o ponto chave do movimento.

Todo esse debate fez muitas pessoas perceberem que não havia a “mulher”, mas sim as mais diversas “mulheres”, e que o que formava a pauta de reivindicações de umas, não necessariamente formaria a pauta de outras. Afinal, as sociedades possuem as mais diversas formas de opressão, e o fato de ser uma mulher não a torna igual a todas as demais. Assim, a identidade de sexo não era suficiente para juntar as mulheres em torno de uma mesma luta. Isso fez com que a categoria “Mulher” passasse a ser substituída, em várias reivindicações, pela categoria “Mulheres”, respeitando, assim, o pressuposto das múltiplas diferenças que se observavam dentro da diferença. E mais: que a explicação para a subordinação não era a mesma para todas as mulheres, e nem aceita por todas. Mesmo assim, era preciso não esquecer que, mesmo prestando atenção nas diferenças entre as mulheres, não era possível esquecer as desigualdades e as relações de poder entre os sexos. (p. 427-428)

O que parecia ser o devir das décadas pós-emersão do movimento feminista era uma efetiva equalização dos direitos das mulheres. No entanto, isso não ocorreu.

Apesar da obtenção do direito de votar e eleger-se e de uma aparente igualdade constitucional, as fontes nos revelam uma repetição e fossilização de representações do feminino.

Ao longo do século XX,

o discurso e as estruturas estavam estreitamente ligados ao poder, ao passo que o corpo estava lado a lado das categorias oprimidas e marginalizadas: as minorias de raça, de classe ou de gênero pensavam ter apenas o próprio corpo para opor ao discurso do poder, à linguagem como instrumento para impor o silêncio aos corpos. [...] E é disso que o corpo foi investido no contexto das lutas travadas pelos direitos das minorias no decorrer da década de 1970: um lugar importante de repressão, um instrumento crucial de libertação, a promessa de uma revolução. [...] Passou o sonho. Mas ainda se vê como as lutas políticas, as aspirações individuais colocaram o corpo no coração dos debates culturais, transformaram profundamente a sua existência como objeto de pensamento. Ele carrega, desde então, as marcas de gênero, de classe ou de origem, e estas não podem mais ser apagadas. (CORBIN, 2008, p. 09)

Estas marcas representam a resistência. Uma vez iniciado o debate, não há como retomar ao ponto anterior. Assim, apesar de percebermos permanências em determinadas representações, é pelo antagonismo e determinação que damos às representações novas nuances.

Nesta pesquisa, localizamos Alice num momento anterior ao movimento descrito por Joana Maria Pedro. E localizamo-nos num momento posterior à ebulição da emersão dos movimentos feministas no Brasil.

A impressão, porém, é que o momento em que localizamos Alice e o momento presente pouco se distingue. Parecem pontos distantes num mesmo tempo. Um tempo em que a violência contra as mulheres ainda é ratificada pelas leis.

A potência de nossa pesquisa encontra-se na tensão e na mobilização de uma temática que transpassa diferentes esferas.

Olhamos para Alice antes de o feminismo consolidar-se e falamos de um tempo em que já devia ter se consolidado.

(Trans) passando tempos e questionamentos, perguntamo-nos: quem é Alice?

Quando acordei hoje de manhã, eu sabia quem eu era, mas acho que já mudei muitas vezes desde então.

Alice, Alice no País das Maravilhas, Lewis Carroll

PALAVRAS E CAMINHOS

CAPÍTULO II



FIGURA 7 – Moss – Alexandra Dvornikova.

Disponível em: <<https://ballpitmag.com/portfolio/allyouneediswall/>>. Acesso em: jul. 2017.

Documento. Comprovante. Atestado. Evidência. Confirmação.

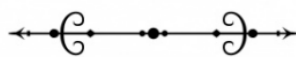
Registro. Transcrição. Certidão.

Vi-me em um mundo de papéis.

Em um amontoado de palavras.

Oficiais. Atestados de fatos. Registros da verdade.

Qual verdade? Que lei?



Nós, mais curiosos que historiadores, acostumamo-nos com as intempéries da pesquisa com documentos de outrora. Se quisermos ver o que aqueles papéis guardam, devemos antes ceder ao ritual.

Primeiro vêm as luvas de látex, que impedem que nosso suor acelere o processo de degradação da papelada. Depois vem a máscara, já como um aviso dos perigos que uma bactéria mal intencionada de outra década (ou século!) pode nos causar. Não mais perigosa do que uma leitura fútil e anacrônica ou uma certeza cega sobre o passado ali transcrito.

O avental é opcional. Queres se sujar?

A poeira prestes a levantar revela outro tempo no nosso tempo.

A leitura do passado diz mais sobre o passado ou sobre o presente que marca e possibilita esta leitura?

Sem saber a resposta, colocamo-nos a trabalhar.

Caixa por caixa, pasta por pasta, as palavras se revelam.

O Fundo do Poder Judiciário da Comarca de Bragança Paulista, composto por todos os processos jurídicos desde o início das atividades desta comarca (em 1798) até a década de 1980, faz parte do acervo do CDAPH – Centro de Documentação e Apoio À Pesquisa em História da Educação. Vinculado ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade São Francisco, o acervo subsidia as pesquisas na própria instituição e demais voltadas à pesquisa, bem como é aberto ao público interessado.

Separados em ordem cronológica, os processos são organizados em caixas, dadas as décadas em que foram registrados. O número de processos em cada caixa varia de acordo com o número com que o processo veio identificado pelo cartório do distribuidor do fórum da comarca.

Sem saber ao certo o que perguntar ao acervo, esperávamos que ele nos dissesse algo. Os processos falam mesmo no silêncio. As palavras escritas nos sinalizavam uma direção, que inconscientemente encontravam conexões em nossas experiências pessoais e socioculturais.

Ao abrir cada caixa, todo cuidado era pouco.

Os papéis, amarelados e fragilizados pelo tempo, pareciam querer se desfazer. Com paciência, os retirávamos das caixas e começava uma relação de familiarização. Apenas com o conhecimento do senso comum nas questões jurídicas, percebemos as características daquele gênero textual.

Uma capa, mais espessa que os outros papéis em seu interior, trazia uma moldura com o brasão da República e a então nomenclatura de “República dos Estados Unidos do Brasil”. As informações da comarca e do cartório vinham na sequência, já impressas.

Datilografada está a natureza do processo, se cível, criminal ou trabalhista, as partes do processo (autor e réu) e a autuação (uma breve descrição dos fatos que geraram o processo).

No caso do processo criminal, as páginas subsequentes contêm o requerimento feito pelo promotor público quanto ao caso, o boletim de ocorrência, o exame de corpo de delito (quando há agressão física) e toda a documentação que caracteriza o desenrolar do processo. Cada etapa é inventariada no registro textual do processo, bem como as análises e documentos a serem vinculados a ele.

Assim como Corrêa (1983), colocamo-nos a analisar os momentos do processo e a flagrar o desenrolar do mesmo que levará ao “enquadramento final do crime, pelo juiz”, que “reintegrará o acusado à sociedade ou o separará dela”. (CORRÊA, 1983, p. 34)

Ao investigarmos um processo jurídico, vamos ao encontro das proposições de análise do gênero textual propostas por Bakhtin. Entendemos que “[...] cada época e cada grupo social têm seu repertório de formas discurso na comunicação socioideológica. A cada grupo de formas pertencentes ao mesmo gênero, isto é, a cada forma de discurso social corresponde a um grupo de temas.” (BAKHTIN, 2010, p. 44)

Observamos os elementos constituintes do gênero para Bakhtin (cf. LIMA, GRANDE, 2013, p. 48): o tema, a estrutura composicional e o estilo. Além de explorarmos a situação comunicativa e a esfera de atividade humana em que foram elaborados estes documentos (processos jurídicos).

Não pretendemos prover uma exclusiva e exaustiva análise do gênero textual, porém, acreditamos que o diálogo com a obra de Bakhtin amplia as possibilidades da proposta de nossa problematização e expande nosso quadro teórico-metodológico, pois viabiliza e mediatiza nossa discussão sobre o caráter sócio ideológico da linguagem.

As representações do feminino, que já nos sensibilizam e nos mobilizam como um interesse pessoal, nos sugerem uma possibilidade sobre o caminho a ser trilhado na pesquisa. Decidimos seguir esta possibilidade.

Os processos criminais pareciam nos fornecer mais pistas sobre quem era essa mulher que aparecia sob várias mulheres. Uma mulher envolta em palavras, cujas palavras calavam-se. Nessa perspectiva mobilizamos e trazemos para nossa análise do processo criminal os diferentes sujeitos que foram chamados a compor a narrativa processual: o juiz, o promotor, as testemunhas, o réu e, por fim, a vítima em franca relação com as dúvidas, questões e reflexões que se constituíram no transcorrer de nossa pesquisa.

Pontuando que se o processo criminal se apresenta na forma textual, ele tem suas origens e formatação em procedimentos legais juridicamente normatizados e pré-estabelecidos, contudo os depoimentos das partes envolvidas trazem as marcas da oralidade.

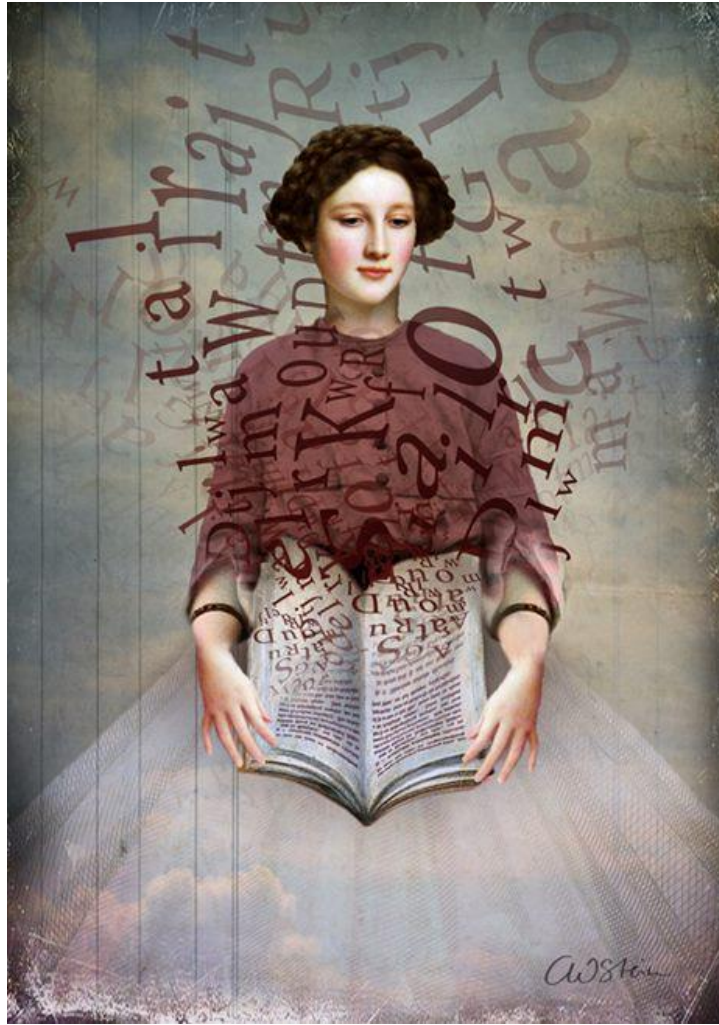


FIGURA 8 – Words – Catrin Welz Stein

Disponível em: <<http://elusivemu.se/catrin-welz-stein-digital-artist/>>. Acesso em: dez. 2016.

Palavras.

Tecidas na e pela substância viva do ser.

O sujeito é tela e é tinta.

É som e é música.

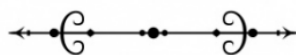
É instrumento e é obra.

É corpo e é movimento.

Movimento bidirecional.

Ambivalente, porém.

Imagem corporal também pressupõe um repertório de significados e mobiliza gestos, ritmos simbolicamente produzidos.



O eu tece a palavra.

Nomeio.

Quase que numa tentativa de acalmar a alma.

O coração se aquieta se sabe o que é. Se acha saber.

Talvez nem saiba. Mas tem nome.

O nome acalma. A palavra traz paz. Traz certeza.

Uma fala cheia de verdades e certezas.

Não dura.

Já que o mesmo movimento que vem, acaba também por ir.

A palavra que vem; pronta, certa, precisa; traz consigo um mar de outras palavras.

E tantas palavras certas trazem a incerteza.

A incerteza tece o eu.

As palavras tecem os “eus”.

As palavras que, descubro, não são minhas.

Pertencem-me por *usucapio*, mas têm outros donos.

Foram elas mesmas tecidas por outros “eus”. E esses outros “eus” formam o meu eu.

[É] na trama social, com base no trabalho e nas ideias dos outros, nomeados ou anônimos, que se pode criar e produzir o novo. Não se cria do nada. A particularidade da criação no âmbito individual implica, sempre, um modo de apropriação e participação na cultura e na história. (SMOLKA, 2009, p. 10)

Assim, os outros “eus” formam-me.

As palavras circulam e carregam tantos “eus” quanto o eu por onde passo.

Ao circular, ideias são tomadas como próprias, individuais e inéditas, quando, de fato, são vozes de outros sujeitos como eu, igualmente dotados de “eus”. Vozes coletivas produzidas no e pelo coletivo.

A mesma palavra que me permite conhecer outros “eus” sugere-me a quantidade de “eus” por quem, quando e onde passei.

Apesar de explorar em suas teorias a capacidade humana para a criação e reconhecer nos sujeitos a possibilidade de combinação e reelaboração daquilo que vivenciam, Vigotski

entende que essa capacidade de criação é limitada exatamente pela quantidade de experiências e relações que possuem.

Quanto mais rica a experiência da pessoa, mais material está disponível para a imaginação dela. Eis por que a imaginação da criança é mais pobre do que a do adulto, o que se explica pela maior pobreza de sua experiência (2009, p. 22)

Contraditória ao pensamento de Vigotski é a realidade de nosso tempo presente, em que o adulto é formatado de modo a ter a sua criatividade e imaginação podada. Não há espaço para experiências sensíveis na vivência de tempo acelerado.

O que Walter Benjamin chama de experiência sensível, Larrosa nos diz ser a experiência que perpassa. “A experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca.” (LARROSA, 2002, p. 21)

Pensadores que, embora falem de escolas e tempos distintos, contribuem para ampliação dos conceitos aqui apresentados e possibilitam a nossa análise. Percepções que extrapolam o positivismo² e nos advertem sobre uma suposta neutralidade.

As experiências, as relações e as palavras atacam-se constantemente num jogo de forças. Engalfinham-se em um meio social, em um espaço e em temporalidades, matizadas por histórias e memórias plurais. Constituímo-nos nessa amálgama de tensões e violência.

Vigotski (2009, p. 42) reafirma as condições sociais para o desenvolvimento individual:

Qualquer inventor, mesmo um gênio, é sempre um fruto de seu tempo e de seu meio. Sua criação surge de necessidades que foram criadas antes dele e, igualmente, apóia-se em possibilidades que existem além dele. Eis por que percebemos uma coerência rigorosa no desenvolvimento histórico da técnica e da ciência. Nenhuma invenção ou descoberta científica pode emergir antes

² Positivismo é uma corrente de pensamento filosófico, sociológico e político que surgiu em meados do século XIX na França. A principal ideia do positivismo era a de que o conhecimento científico devia ser reconhecido como o único conhecimento verdadeiro. O principal idealizador do movimento positivista foi o pensador francês Auguste Comte (1798-1857), ganhando destaque internacional entre metade do século XIX e começo do XX. Segundo o positivismo, as superstições, religiões e demais ensinamentos teológicos devem ser ignorados, pois não colaboram para o desenvolvimento da humanidade. O positivismo acredita que uma teoria só pode ser tida como verdadeira se for comprovada a partir de técnicas científicas válidas. Outra característica do pensamento positivista é a ideia de ciência cumulativa, ou seja, que é transcultural, atingindo toda a humanidade, não importando em qual cultura surgiu ou se desenvolveu.

Adaptado de Significados, disponível em < <https://www.significados.com.br/positivismo/>>. Acesso em: out. 2017.

que aconteçam as condições materiais e psicológicas necessárias para seu surgimento. A criação é um processo de herança histórica em que cada forma que sucede é determinada pelas anteriores.

Romper com a aceitação de “palavras” prontas e abstrações conceituais requer grande desprendimento e consciência. Consciência da natureza social e múltipla da palavra. Consciência do papel individual que atua coletivamente e pode romper com significantes. Consciência dos limites. Consciência das permanências e das temporalidades. Consciência de que os significantes indicam uma luta ideológica.

As palavras com que nomeamos o que somos, o que fazemos, o que pensamos, o que percebemos ou o que sentimos são mais do que simplesmente palavras. E, por isso, as lutas pelas palavras, pelo significado e pelo controle das palavras, pela imposição de certas palavras e pelo silenciamento ou desativação de outras palavras são lutas em que se joga algo mais do que simplesmente palavras, algo mais que somente palavras. (LARROSA, 2002, p. 21)

Os conceitos assumidos em todas as esferas da vida de um indivíduo dão-se pelas palavras, segundo Vigotski.

O conceito é impossível sem palavras, o pensamento em conceitos é impossível fora do pensamento verbal; em todo esse processo, o momento central, que tem todos os fundamentos para ser considerado causa decorrente do amadurecimento de conceitos, é o emprego específico da palavra, o emprego funcional do signo como meio de formação de conceitos. (2001, p. 170)

As palavras por si só nada são. Concretizam-se como imagens acústicas que nada representam. “Da mesma maneira que, se nós perdemos de vista a significação da palavra, perdemos a própria palavra, que fica, assim, reduzida à sua realidade física, acompanhada do processo fisiológico de sua produção. O que faz da palavra uma palavra é sua significação.” (BAKHTIN, 2010, p. 49)

Significação que acontece na alteridade, socialmente nas relações com o outro. “Relação, interação e troca nem sempre tranquilas, nem sempre desejáveis, nem sempre possíveis.” (GUIMARÃES, 2007, p. 26)

Significados mutáveis, que se movem ou estagnam-se em um meio social. Nas vozes, nos gêneros e nos discursos, implicam nas diferentes relações dos indivíduos com seu meio, espaço e temporalidades.

A palavra é palco de conflitos. Os signos trazem as representações de um grupo social marcado e datado historicamente. Para Bakhtin (2010, p. 58):

O indivíduo enquanto detentor dos conteúdos de sua consciência, enquanto autor dos seus pensamentos, enquanto personalidade responsável por seus pensamentos e por seus desejos, apresenta-se como um fenômeno puramente sócio-ideológico.

Quando trazemos o conceito de ideologia, não tratamos de “um ideário qualquer ou qualquer conjunto encadeado de ideias”. Conforme Chauí (2008, p. 07), assumimos “que a ideologia é um ideário histórico, social e político que oculta a realidade, e que esse ocultamento é uma forma de assegurar e manter a exploração econômica, a desigualdade social e a dominação política.”

A história é práxis [...]. Nessa perspectiva, a história é o real, e o real é o movimento incessante pelo qual os homens, em condições que nem sempre foram escolhidas por eles, instauram um modo de sociabilidade e procuram fixá-lo em instituições determinadas (família, condições de trabalho, relações políticas, instituições religiosas, tipos de educação, formas de arte, transmissão dos costumes, língua etc.). Além de procurar fixar seu modo de sociabilidade através de instituições determinadas, os homens produzem ideias ou representações pelas quais procuram explicar e compreender sua própria vida individual, social, suas relações com a natureza e com o sobrenatural. Em sociedades divididas em classes (e também em castas), nas quais uma das classes explora e domina as outras, essas explicações ou essas ideias e representações serão produzidas e difundidas pela classe dominante para legitimar e assegurar seu poder econômico, social e político. Por esse motivo, essas ideias ou representações tenderão a esconder dos homens o modo real como suas relações sociais foram produzidas e a origem das formas sociais de exploração econômica e de dominação política. Esse ocultamento da realidade social chama-se ideologia. Por seu intermédio, os dominantes legitimam as condições sociais de exploração e dominação, fazendo com que pareçam verdadeiras e justas. (CHAUÍ, 2008, p. 23-24)

Bakhtin nos provoca a pensar os indivíduos enquanto fenômenos sócio ideológicos, bem como suas produções. Nas palavras e nos discursos, ocultam-se (e revelam-se) as relações de poder, os conflitos, as dimensões simbólicas e as tensões.

Relações que não são estáticas e perenes: podem ser invalidadas e anuladas pela percepção, pela consciência, pela mudança de paradigmas, pela revolução. Chauí (2008) nos mostra que como os burgueses, na virada do século XIX, derrubaram o sistema aristocrático, uma virada de pensamento é capaz de transformar a sociedade.

Nos signos, marcam-se as experiências individuais pelo coletivo. As diferentes esferas sociais delimitam caminhos discursivos. Desta forma, as práticas da leitura e escrita são

concebidas como “sistemas simbólicos enraizados na prática social, inseparáveis de valores sociais e culturais, e não como habilidades descontextualizadas e neutras, voltadas para a codificação e decodificação de símbolos gráficos.” (ZAVALA, 2010, p. 73)

Intrínsecas às práticas sociais, as práticas de escrita e leitura assumem diversas dimensões e, suas diferentes esferas, recebem também diferentes valorizações, sendo algumas supervalorizadas e legitimadas em detrimento de outras. Para Pesavento (2008, p. 17), “[...] a afirmação da história como fala autorizada sobre o passado permitiu que o texto avançasse sobre a oralidade, a garantir a permanência de um acontecimento no tempo.”

O texto enquanto produto de um grupo social, um meio, um espaço e um tempo. Ideologicamente carregando as marcas do contexto de sua produção, da práxis social que o ocasiona.

Por compreendermos que os textos são formas discursivas que exercem uma função na sociedade, concebemos que são objetos que fazem parte das práticas sociais e devem ser, portanto, assumidos não apenas como objeto linguístico, mas sobretudo como objeto social. (TORRES, 2009, p. 49)

A associação das práticas sociais nas e pelas práticas de leitura e escrita conceituam-se como práticas de letramento. As diferentes esferas sociais caracterizam-se por diferentes práticas de letramento, que definem quais sujeitos estarão aptos a “circular” por essas esferas, sendo letrados nestas práticas.

Para além do poder circular em determinadas esferas, o circular por elas é socialmente e historicamente construído de modo a estabelecer superioridade, prestígio e legitimidade a determinados letramentos e inferioridade, preconceito e rejeição a outros.

Após a virada do século XIX para o XX, com o estabelecimento da burguesia e da configuração da sociedade capitalista, acentuam-se intencionalmente hierarquias de poder.

A divisão social do trabalho não é uma simples divisão de tarefas, mas a manifestação de algo fundamental na existência histórica: a existência de diferentes formas da propriedade, isto é, a divisão entre as condições e instrumentos ou meios do trabalho e o próprio trabalho, incidindo, por sua vez, na desigual distribuição do produto do trabalho. Numa palavra: a divisão social do trabalho engendra e é engendrada pela desigualdade social ou pela forma da propriedade. (CHAUÍ, 2008, p. 59)

Torres (2009, p. 23), citando Gee (1999, 2000, 2005), afirma que “tanto os significados como as práticas de letramento refletirão sempre ideologias, valores e visões de

mundo individuais, levando-nos a compreender que práticas sociais dominantes apontam para a marginalização de outras”.

Assumimos a posição de Street (2014), pois tomamos a noção de letramentos, ao invés de letramento. Múltiplos como as diferentes esferas e práticas sociais que os ocasionam.

No entanto, para a nossa discussão traremos apenas e mais especificamente o letramento jurídico. Os registros da esfera e repertório jurídicos concretizados sob a forma do processo - fonte história e documental, registro oficial do desenrolar de práticas sociais nesta esfera: o boletim de ocorrência, registrado pelos policiais e escrivão, as falas dos advogados, juízes e promotores, suas considerações e sentença final.

Notemos que optamos por “falas” dos agentes jurídicos ao invés de “diálogos”.

Entendemos que um “diálogo” pressupõe o reconhecimento de um interlocutor e uma interação entre as partes que dialogam. “Diálogo” nos remete à comunicação, ao intercâmbio de ideias, à negociação de significados.

A “fala” nos parece mais estática, solitária, anacrônica.

Ao dizermos “falas” dos agentes jurídicos, fazemos uma escolha metodológica e trazemos uma intencionalidade da nossa discussão: evidenciar a ausência de diálogo no letramento jurídico.

Faremos algumas observações e considerações quanto ao processo jurídico, baseando-nos nos conceitos apresentados até aqui.

Nossa primeira observação é quanto aos depoimentos que constituem o processo.

Voltamo-nos as características elementares da memória: inconstante, inacabada, criativa, plural (LE GOFF, 1990). Parece-nos bastante reducionista a tentativa de aprisionar lembranças em um relato a ser escrito por outro: conto o que aconteceu ao policial e ao escrivão, seguindo o roteiro predeterminado de questionamentos, e eles registrarão a minha narrativa.

É preciso lembrar que não existe uma única verdade, mas sim múltiplas representações e versões pessoais da realidade, marcadas pela constituição sócio ideológica de cada indivíduo.

Para além do caráter múltiplo da memória, voltamo-nos também ao elemento temporal: a memória tem sua natureza tão ligada ao presente quanto ao passado. Em diferentes períodos nos lembramos de maneiras distintas de um mesmo evento passado. O componente inédito não é o passado, mas o presente, pois irá ditar o afeto e a maneira como reagimos e nos reportamos àquela lembrança.

Novamente nos ancoramos na obra de Benjamin para situar as duas dimensões da memória por ele descritas: a rememoração e a reminiscência.

Ao responder às perguntas do policial que conduz o procedimento de registro do Boletim de Ocorrência, tratamos da dimensão da memória marcada à intencionalidade: rememoração.

Essa intencionalidade influencia a transmissão desta dada lembrança, além de lhe inviabilizar a substância fundamental à reminiscência: a sensibilidade.

Ao invés de apresentar-se como uma narrativa real, sensível, marcada à transmissibilidade, ao compartilhar e intercambiar de experiências, passa a configurar-se como um mecânico e objetivo processo de perguntas e respostas.

Faz-nos pensar: se as sensibilidades são extirpadas dos processos jurídicos, o que sobra para dizer sobre as relações ali representadas? O que sobra para julgar? O que resta dos sujeitos que deste processo fazem parte?

Sem respostas, prosseguimos para a nossa próxima reflexão: quem são estes sujeitos?

Parece-nos que a burocracia e os pormenores nos procedimentos dos registros do processo jurídico são capazes de transmutar os sujeitos em objetos do conhecimento jurídico.

Uma leitura ingênua e anacrônica do processo nos dá a falsa impressão de que tudo que aconteceu está ali registrado, de que sabemos exatamente como tudo aconteceu e somos capazes de atribuir juízos de valores: quem estava certo e quem estava errado.

Tal leitura não é capaz de incorporar as histórias individuais de cada sujeito, seu contexto social e como são moldados por ele, as sensibilidades, a empatia e o reconhecimento do outro.

Análoga reflexão se faz sobre o registro do processo: quem registra?

Se a relação com o processo de outrora se dá pela leitura, é porque está registrado em forma de texto. Quem escreve?

O escrivão, responsável pelo registro de todas as etapas e procedimentos do processo jurídico, encontra-se em meio a duas forças: ao gênero textual e sua própria formação sócio ideológica.

Abordaremos primeiramente o gênero textual. O tema, a estrutura composicional e o estilo do texto são definidos pela a situação comunicativa. No caso do processo jurídico, o que o escrivão irá escrever limita-se exatamente pelas características deste gênero, que já estão oficialmente definidas.

Em termos gerais, a estrutura de um gênero textual está mais ou menos definida, dadas as situações comunicativas que os geram. Há pouco espaço para alterações, mudanças, adições pessoais e transgressões no gênero processo.

O escrivão precisa ater-se ao roteiro predefinido de orientações para a escrita do processo. Um roteiro que pressupõe uma falsa ideia de objetividade e neutralidade relacionadas ao Estado e às leis.

O Estado não é um poder distinto da sociedade, que a ordena e regula para o interesse geral definido por ele próprio enquanto poder separado e acima das particularidades dos interesses de classe. Ele é a preservação dos interesses particulares da classe que domina a sociedade. Ele exprime na esfera da política as relações de exploração que existem na esfera econômica. [...] Como, porém, o Estado não poderia realizar sua função apaziguadora e reguladora da sociedade (em benefício de uma classe) se aparecesse como realização de interesses particulares, ele precisa aparecer como uma forma muito especial de dominação: uma dominação impessoal e anônima, a dominação exercida através de um mecanismo impessoal que são as leis ou o Direito Civil. (CHAUÍ, 2008, p. 66-67)

Na figura do escrivão ocultam-se o poder e os conflitos de interesses, já que ele seria dotado da dita imparcialidade. Porém, enquanto sujeito culto e letrado nas práticas jurídicas, ele irá, invariavelmente, imprimir no texto que escreve suas próprias impressões, que não são exclusivamente suas, mas da classe à qual pertence, e será influenciado por seu contexto sociocultural.

A esfera jurídica encontra-se dentre aquelas de prestígio, sendo exclusiva a um limitado grupo social e, por caracterizar-se como a efetivação das leis, parece-nos estabelecer e validar um determinado discurso: revela um certo pensar e agir.

Isto posto, buscamos expor algumas questões, sob a ótica do letramento jurídico, acerca de como a propagação de determinadas práticas e discursos, autorizados em detrimento de outros, faz circular uma única (e desejável) representação do feminino. Um discurso que deslegitima e silencia outros discursos.

Por isso, problematizamos a representação do feminino em um processo criminal de 1950, na comarca de Bragança Paulista. Tecemos algumas discussões a partir do olhar atento aos registros do processo. A figura da mulher nos assalta e nos (a) parece carregada de significações e imagens, ainda hoje presentes em nosso sistema jurídico, em discursos recorrentes e vozes historicamente marcadas.

- *Quando eu uso uma palavra - disse Humpty Dumpty num tom escarninho - ela significa exatamente aquilo que eu quero que signifique... Nem mais nem menos.*
 - *A questão - ponderou Alice – é saber se o senhor pode fazer as palavras dizerem coisas diferentes.*
 - *A questão - replicou Humpty Dumpty – é saber quem é que manda. É só isso.*
- Alice no País das Maravilhas, Lewis Carroll*

O PODER, A LEI E O CONFLITO

CAPÍTULO III

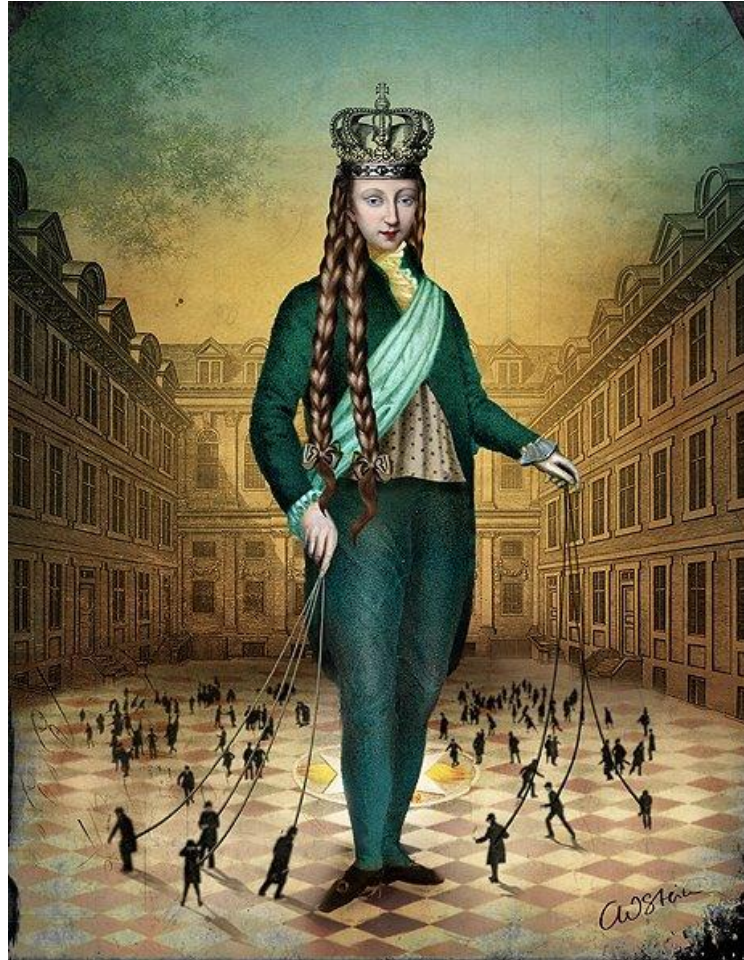


FIGURA 9 – The Emperor – Catrin Welz Stein.

Disponível em: < https://scontent.fcgh11-1.fna.fbcdn.net/v/t1.0-9/19247969_1364526746995556_4071334576448587652_n.jpg?oh=03212ecb36a3f78bed7a799a2cae6582&oe=5A38F157>. Acesso em: ago. 2017.

O Poder Judiciário: o poder, a lei, o conflito.

Palavras e ideias singulares: representações de uma unidade particular. Privada.

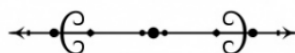
O poder: um sistema de mediação e manutenção dos valores dominantes.

A lei: um código de condutas a reproduzir e garantir valores sociais determinados.

O conflito: uno. Nunca causado por um.

Reitera, regulariza, instrumentaliza, autoriza e legitima certos discursos.

Outros não.



As relações convencionam-se a partir daquilo que lhes foi preestabelecido. As relações, os indivíduos e suas atuações.

Atores sociais em uma grande peça, com roteiro e desfecho mais ou menos definidos. Roteiro escrito e prescrito de forma intencional materializa-se nas leis e delas muitos papéis surgem para compor as cenas e os atos.

Obviamente, aqueles que dominam o texto e puderam memorizar as falas ganharão destaque com papéis mais importantes. Aqueles que não seguem o roteiro tornam-se figurantes e aqueles que não puderem seguir conforme a trama serão convidados a retirar-se do espetáculo.

Há espaço para resistência?

Há espaço para a criatividade?

Na ilusória consistência das leis e do poder esconde-se o espaço para a subversão.

O Poder

As leis, materializadas em sua forma escrita e postas em prática no e pelo Poder Judiciário, definem determinadas práticas sociais previamente e propositalmente estabelecidas, sendo assim uma prática de letramento.

Kleiman (1995, p. 19), retomando os estudos de Scribner e Cole (1981), apresenta o conceito de letramento “como um conjunto de práticas sociais que usam a escrita, enquanto sistema simbólico e enquanto tecnologia, em contextos específicos, para objetivos específicos”.

Uma escrita que emerge das lutas de classes, que não é neutra e que preza por interesses específicos. Afinal, quem domina a escrita? Ou ainda: quem domina o letramento jurídico? A escrita das leis, a interpretação dos códigos, a manipulação do jogo simbólico nas e pelas palavras.

Para Street (cf KLEIMAN, 1995, p. 38) “todas as práticas de letramento são aspectos não apenas da cultura, mas também das estruturas de poder numa sociedade.” E mesmo que tomássemos o termo “cultura” como ponto de partida para os estudos de letramento, nos esbarraríamos nas questões antropológicas propostas por Burke (2005, p. 36), que nos obriga a repensar uma dita homogeneidade cultural e que ignora conflitos.

Assim, “[...] se os diversos contextos sociais em que as práticas de letramento se inserem são objetos de exame, as relações entre poder e discurso ficam menos opacas.” (KLEIMAN, 1995, p. 53)

Gee (cf KLEIMAN, 1995, p. 54) aponta que para a compreensão de um determinado texto:

[...], será primeiro necessário desvendar questões relativas ao discurso em que esse texto faz sentido: quem é o interlocutor previsto, que valores culturais estão nele representados, qual é a relação social que o responsável pelo texto [...] estabelece?

Se refletirmos sobre o letramento jurídico e o discurso em que os processos criminais fazem sentido, perceberemos como, historicamente, o discurso médico-jurídico estabelece regras e possibilita a gestão dos corpos.

A medicalização, encetada em meados do século XIX e apoiada pelos poderes públicos, fez dos médicos os intermediários obrigatórios da gestão dos corpos presos em uma rede de obrigações em concordância com os grandes acontecimentos da socialização: entrada na escola, serviço militar, viagens, escolha de uma profissão. Na França, a Lei de 1902 inaugurou o século tornando obrigatórias a vacinação contra a varíola e a declaração de certas doenças. Para proteger a saúde pública, o Estado estabeleceu uma organização que pode suspender certas liberdades privadas (como no caso da vacinação). Já estamos tão acostumados a isto que não vemos mais imediatamente que aí se dá um caso de coerção sobre o corpo, enquanto repudiamos o conjunto das servidões corporais como indigna herança do passado. (MOULIN, 2008, p. 19)

Embasadas no conhecimento científico dos corpos e no discurso médico, as leis perpassam todas as esferas sociais e têm predominância sobre outros discursos, pois são referências e apresentam-se como “normas universais, que, em qualquer situação, podem nortear os conflitos, independentemente dos significados pessoais e situacionais daqueles neles envolvidos.” (CRISTIANO DE SOUZA, 1999, p. 165)

E, se pensarmos no interlocutor previsto dos textos produzidos na esfera jurídica, podemos reconhecer outros sujeitos igualmente letrados nestas práticas jurídicas. Os processos jurídicos parecem ser escritos de maneira que somente advogados, juízes e promotores sejam capazes de compreendê-los; quando, na verdade, eles são seus próprios interlocutores. Todos os outros sujeitos que aparecem ao longo dos processos tornam-se apenas objetos do conhecimento jurídico.

Assim, reconhecemos as relações entre poder e discurso de maneira mais clara. A partir da abordagem teórica proposta por Kleiman, anteriormente citada, e Street (2010; 2014), retomamos a ênfase que estes autores dão ao modelo ideológico de letramento. Ao analisar práticas sociais específicas de leitura e escrita, Street reconhece “a natureza ideológica e, portanto, culturalmente incrustada dessas práticas.” (2014, p. 44)

[...] a autoconsciência linguística e política se expressa através de formas sutis de construção do discurso e de oratória em que os participantes exprimem a diferença entre mensagem de superfície e o significado profundo de várias maneiras codificadas. (2014, p. 37)

As práticas de letramento as quais um grupo tem acesso passam a determinar o poder e o domínio deste grupo em relação a essas práticas sociais e em relação aos outros grupos iletrados nessas práticas. São significativas práticas políticas (cf. STREET, 2010).

Os estudos sobre letramento(s) contribuem, então, para a nossa pesquisa, de maneira a nos permitir flagrar as relações de poder e o contexto social em que se insere a documentação pesquisada, adensando, assim, o nosso trabalho com as fontes.

Voltamo-nos às questões relativas ao caráter sócio ideológico da linguagem a partir da perspectiva de Bakhtin.

No domínio dos signos, isto é, na esfera ideológica, existem diferenças profundas, pois este domínio é, ao mesmo tempo, o da representação, do símbolo religioso, da fórmula científica e da forma jurídica, etc. Cada campo de criatividade ideológica tem seu próprio modo de orientação para a realidade e refrata a realidade à sua própria maneira. Cada campo dispõe de sua própria função no conjunto da vida social. É seu caráter semiótico que coloca todos os fenômenos ideológicos sob a mesma definição geral. (2010, p. 33)

Os signos constituem-se, então, como fragmentos das realidades, a partir das esferas e práticas sociais por onde perpassam. Enquanto material e suporte ideológico, os signos e a significação dos discursos, dão-se nas e pelas práticas sociais, como expressão semiótica da psicologia social (cf. BAKHTIN, 2010).

Logo, as diferentes esferas sociais abarcam um determinado repertório sócio ideológico. Se observados atentamente, os signos constituem espaço para a ambivalência, para a circularidade e também para a resistência.

Mas aquilo mesmo que torna o signo ideológico vivo e dinâmico faz dele um instrumento de refração e de deformação do ser. A classe dominante tende a conferir ao signo ideológico um caráter intangível e acima das diferenças de

classe, a fim de abafar ou de ocultar a luta dos índices sociais de valor que aí se trava, a fim de tornar o signo monovalente. (2010, p. 48)

A análise do signo, real e tangível, possibilita flagrar a luta de classes, a resistência. Observamos a pluralidade do signo, mesmo quando esta é, aparentemente, ocultada pelo poder e exposta como única verdade e como uma única representação de conceitos.

O que parece ocorrer, de fato, é que a classe trabalhadora é, em certa medida, sujeito de sua própria dominação. Em outras palavras, não basta perceber uma relação de dominação a partir dos mecanismos de controle social mais ou menos conscientemente elaborados pela classe dominante no sentido de reproduzir certo tipo de relações sociais que a beneficia. É necessário pensar também nos elementos da ideologia popular que facilitam a reprodução destas relações sociais, ou seja, existem elementos na visão de mundo da classe trabalhadora que a transformam, em certos aspectos, em agente inconsciente de sua própria dominação. (CHALHOUB, 2001, p. 150)

Ainda como forma de garantir a exclusividade, supremacia e supervalorização de um determinado discurso, nos e pelos signos ideológicos, percebemos que a escrita e alguns saberes escolarizados são socialmente legitimados, “deslegitimando” outros discursos e conceitos.

Para Chauí (1984, p. 176-177), “[...] os argumentos médicos e jurídicos são considerados científicos e, como tais, possuem validade universal”. O discurso médico-jurídico, materializado textualmente nas leis e subsidiando as práticas de letramento estabelecidas na esfera jurídica, constitui-se não como apenas mais um letramento, mas o letramento.

É certo dizer que “nem sempre suas indicações, prescrições ou valores se coadunam com a sociedade particular a que se aplicam [...]. Verifica-se, então, o mais interessante cruzamento de ideologias médicas, ideologias jurídicas e ideologias locais.” (CHAUÍ, 1984, p. 177).

O discurso médico-jurídico estabelece o certo e o errado, sustem determinados valores e regras sociais e o letramento jurídico garante a manutenção e a permanência desses mesmos valores.

À luz das teorias e discussões sobre letramentos, abordaremos a legitimação do discurso médico-jurídico e a oficialização de “uma história” a partir das práticas de letramento jurídicas. A análise das fontes apoiada na perspectiva do letramento jurídico nos permite flagrar a valorização do discurso dos sujeitos letrados e que circulam por esta esfera social, adensando, assim, o nosso trabalho com a documentação histórica.

Sob a ótica do letramento jurídico, buscamos verificar como a propagação de determinadas práticas e discursos, autorizados em detrimento de outros, faz circular uma única (e desejável) representação do feminino, enquanto silencia outras.

A Lei

Destarte, retomamos, então, a reflexão acerca do Poder Judiciário enquanto regulador e propagador de determinados valores sociais. Para Corrêa (1983, p. 109):

As normas relativas ao casamento e a convivência entre pessoas nesta sociedade estão intimamente ligadas na medida em que através delas define-se um comportamento desejável e aceitável dessas pessoas no nível público e privado, penal e civil, social e familiar.

Neste contexto, consolidam-se os papéis sexuais atribuídos ao homem e a mulher em nossa sociedade, sendo definidos a partir de suas “funções” ou “utilidades sociais”.

O que parece estar de fato em julgamento, em termos simbólicos, cada vez que um homem ou uma mulher senta no banco dos réus, é a imagem ideal que nossa sociedade atribui a homens e mulheres: o homem é reconhecido por sua atividade pública, sua utilidade social, seu trabalho; a mulher por sua atividade doméstica, sua fidelidade, não só ao companheiro e pai de seus filhos mas também à imagem social construída e reforçada em todos estes julgamentos. (CORRÊA, 1981, p. 82)

Por isso assumimos novamente o caráter singular para a palavra mulher: representação socialmente construída que pasteuriza os comportamentos femininos e implica em perdas de direitos, caso desvie-se dessa norma.

A ênfase na apresentação da mulher é colocada em seu comportamento privado, doméstico, que se reflete no âmbito público. [...] A mulher é basicamente apresentada e julgada como esposa e mãe, a sua inadequação pública sendo derivada de uma inadequação doméstica. (CORRÊA, 1983, p. 292 – 293)

Esta concepção é intensamente corroborada pelo discurso médico-jurídico. A partir do século XX, o corpo torna-se objeto da ciência e do direito. “Até então, somente o Código Penal abordava o corpo como tal. O Código Civil ignorava-o e não conhecia senão a pessoa abstrata. A partir de agora, a individualidade da pessoa se acha ligada à integridade de um corpo que o direito procura definir, regulamentar e proteger.” (MOULIN, 2008, p. 53)

Esta nova percepção do corpo irá acentuar “dois tipo de desigualdade: a desigualdade dos sexos e a desigualdade social.” (MOULIN, 2008, p. 27). Em uma sociedade cientificamente e judicialmente autoproclamada procriativa, onde o espaço para o sexo é de cunho exclusivamente reprodutor, a “noção de mulher honesta associou-se intrinsecamente à noção de mãe ideal.” (ESTEVEVES, 1989, p. 52)

Posto que a “mulher” abarca uma concepção positiva e almejada para as figuras do sexo feminino, por outro lado, há também uma imagem criada e posta como o mais baixo nível social desejado: a prostituta.

Construído no século XIX a partir de uma referência médico-policia, o conceito da prostituição não pode ser projetado retroativamente para nomear práticas de comercialização sexual do corpo feminino em outras formações sociais, sem realizar um aplainamento violento da singularidade dos acontecimentos. Fenômeno essencialmente urbano, inscreve-se numa economia específica do desejo, característica de uma sociedade em que predominam as relações de troca, e em que todo um sistema de codificações morais, que valoriza a união sexual monogâmica, a família nuclear, a virgindade, a fidelidade feminina, destina um lugar específico às sexualidades insubmissas. (RAGO, 2008, p. 26)

Para Rago (2008, p. 22), há um enquadramento das mulheres nestas duas categorias conceituais: “rainha do lar” ou “mulher da vida”. Essas duas imagens, antagônicas entre si são estabelecidas, no espaço urbano, com a emersão das cidades e a consolidação de novas práticas sociais.

Novas práticas e discursos originados em uma sociedade caracterizada ainda por algumas ideias do positivismo, eugenismo, higienismo e um rígido controle moral (RAGO, 1985). Esses discursos, produzidos por classes intelectuais e culturalmente dominantes, legitimam-se nas e pelas leis, assim como circulam por entre os diferentes segmentos sociais dominados.

Em uma sociedade onde pretendia-se

[...] conservar as mulheres fora da força de trabalho e da competição pela herança paterna, há uma verdadeira *naturalização* do feminino: tudo, na mulher, vem da natureza e é por natureza que está destinada a ser mãe. Seu espaço é a casa.

A figura masculina, em contrapartida, encontra-se inteiramente do lado da Cultura. Afora a virilidade, que é um dado natural, os demais atributos masculinos são sociais: responsabilidade, autoridade, austeridade. Provedor da casa, seu espaço próprio é o público: o mercado e a política. (CHAUI, 1984, p. 135)

A representação desejável do feminino tem na figura da mãe todas as características necessárias à permanência e naturalização de uma sutil forma de repressão: possui uma justificativa cientificamente validada, a partir da noção de que biologicamente este é o propósito da existência da mulher.

Com a urbanização das cidades, um curioso resultado da repressão sobre as mulheres foi a necessidade da alfabetização delas.

Reconhecimento de uma inteligência feminina? Reconhecimento dos direitos femininos de participação cultural? De modo algum. As mulheres, iletradas, possuíam uma cultura própria ou uma “cultura feminina”. Ora, eram elas encarregadas da educação dos filhos [...]. Tornava-se essencial que transmitissem aos filhos não suas próprias ideias, mas as do universo masculino letrado que, por ser letrado, era eclesiástico. Assim, a leitura continuava a obra do confessor e apagava, pouco a pouco, o risco de uma hegemonia feminina, através da educação. (CHAUI, 1984, p. 99)

A escola é responsável, mesmo que involuntariamente, pela perpetuação destes valores. Ainda que de maneira tênue, a produção intelectual masculinista (aquela a fabricar teorias que defendiam a desigualdade sexual e demonstravam a inferioridade feminina) vinha de todos os campos do saber,

[...] num combate para instaurar ou re-instaurar uma “verdade”, lembrando aqui o Foucault da *Arqueologia do saber*. O cruzamento das várias formas discursivas, das ciências biológicas, da filosofia, da psicologia, da sociologia, das artes e da literatura de ficção, mostra-nos que não se trata de opor ciência e ideologia, mas de perceber a relação da vontade de saber com o poder. Dispersos enunciados sobre a diferença dos sexos, na sua unidade, produziram “verdades fundadoras”, biológicas, filosóficas, psicológicas, sociológicas e políticas, da diferença, da identidade de gênero e do domínio masculino na condução política da sociedade. (FLORES, 2007, p. 269)

Verdades fundadoras onde as leis encontram seu material elementar. As leis que simbolicamente “educam”. Integram, segregam, sancionam, repreendem e, acima de tudo, tendem a manter e reproduzir um determinado sistema de valores.

E para além das leis, a sua “interpretação”. Percebemos na leitura do processo criminal, caracterizado como o registro material e documental resultante de uma cadeia de eventos na esfera jurídica, que os sujeitos sociais desta esfera são responsáveis por atribuir significados e convencer-nos, como “homens da lei”, da veracidade de seus argumentos e do apelo a valores já a circular por outras esferas.

Parece-nos que um determinado discurso acerca da figura feminina circula do senso comum às leis, das leis às falas de advogados, juízes e promotores e retornam à sociedade, ainda mais fortalecidos, por terem sua legitimidade validada em uma esfera social de prestígio, relevância e influência frente aos demais segmentos da sociedade.

Assim, o objeto desta pesquisa é um processo criminal de 1950 da comarca de Bragança Paulista, no interior de São Paulo, que subsidia nossa problematização. Sentimo-nos convocadas, então, a pensar o momento e o espaço onde o desenrolar deste processo se dá.

É preciso ressaltar que o Brasil passara por diversas transformações que culminaram no contexto sócio-político da década de 1950, tal qual foi. O país “[...] ia saindo do Estado Novo profundamente mestiçado em suas crenças e costumes, mas internalizando um racismo mal disfarçado e uma hierarquia social arraigada na intimidade que pareciam prescindir da lei para se afirmar.” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 386)

Getúlio Vargas assumiu a presidência da República em 1930, “personificando uma linha de ação muito diversa da política oligárquica.” (FAUSTO, 2001, p. 185)

No início dos anos 30, o Governo Provisório tratava de se firmar em meio a muitas incertezas. A crise mundial trazia como consequência uma produção agrícola sem mercado, a ruína de fazendeiros, o desemprego nas grandes cidades. As dificuldades financeiras cresciam: caía a receita das exportações e a moeda conversível se evaporava. (FAUSTO, 2001, p. 185)

Em meio ao tumultuado cenário e atendendo às pressões políticas, o governo promulga o novo Código Eleitoral em 1932.

[...] o Governo Provisório dispôs-se a atender às pressões contra o prolongamento da ditadura, que vinham não só de São Paulo como do Rio Grande do Sul e de Minas, promulgando o Código Eleitoral. O Código trouxe algumas importantes inovações. Estabeleceu a obrigatoriedade do voto e seu caráter secreto, abrangendo ambos os sexos. Pela primeira vez, reconhecia-se o direito ao voto das mulheres. (FAUSTO, 2001, p. 191)

Na sequência, em 1934, foi promulgada uma nova Constituição, que se

[...] assemelhava à de 1891, ao estabelecer uma República Federativa, mas apresentava vários aspectos novos, como reflexo das mudanças ocorridas no país. [...] Três títulos inexistentes nas Constituições anteriores tratavam da ordem econômica e social, da família, educação e cultura e da segurança nacional. [...] Os dispositivos de caráter social asseguravam a pluralidade e a autonomia dos sindicatos, dispendo também sobre a legislação trabalhista. Esta deveria prever no mínimo: proibição de diferença de salários para um mesmo trabalho por motivo de idade, sexo, nacionalidade ou estado civil;

salário mínimo; regulamentação do trabalho das mulheres e dos menores; descanso semanal; férias remuneradas; indenização na despedida sem justa causa. (FAUSTO, 2001, p. 193)

Embora de grande importância e já representando uma mudança no papel político dos cidadãos brasileiros, é preciso salientar “a fragilidade da experiência democrática nesse período: a exclusão do direito ao voto aos analfabetos [...]”. (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 397)

No fim de janeiro de 1946, Dutra tomou posse e começaram os trabalhos da Constituinte. Em setembro era promulgada a nova Constituição brasileira. [...] O Brasil foi definido como uma República federativa, com um sistema de governo presidencialista. [...] No capítulo referente à cidadania, o direito e a obrigação de votar foram conferidos aos brasileiros alfabetizados, maiores de 18 anos, de ambos os sexos. Completou-se assim, no plano dos direitos políticos, a igualdade entre homens e mulheres. A Constituição de 1934 determinava a obrigatoriedade do voto apenas para as mulheres que exercessem função pública remunerada. (FAUSTO, 2001, p. 220-221)

A suposta “igualdade” entre os sexos no plano dos direitos políticos representa, sim, um avanço na luta pelos direitos das mulheres. Porém, pela legislação consolidam-se também valores sobre a composição daquilo que a sociedade definirá por família e os papéis sexuais do homem e da mulher.

O capítulo sobre a família deu origem a longos e acalorados debates entre partidários e adversários do divórcio. Prevaleceu, afinal, a pressão da Igreja Católica e a opinião dos mais conservadores. Ficou definido que a família se constituía pelo casamento, de vínculo indissolúvel. (FAUSTO, 2001, p. 221)

Novamente, pelas leis se revigoram e legitimam as representações, intencionais e marcadas aos interesses de determinados grupos sociais.

Embora não insistam na valorização do casamento, como o faz a Igreja, os poderes públicos estimulam o casal monogâmico. Na verdade, tanto a Igreja com o seu projeto moralizador, quanto as Câmaras, com seu projeto de organização social, natalista, esbarram em dificuldades que independem das normas que buscam estabelecer. (PRIORE, 1989, p. 43)

Ao analisar processos de divórcio entre os anos 1890 e 1930, Maria Cecília Cristiano de Souza (1999) nos alerta que

[o] Código Civil de 1916 assinala que a manutenção da família é dever de ambos os cônjuges – mas cabe ao marido autorizar o trabalho da mulher e

esta deve contribuir com os rendimentos de seus bens, qualquer que seja o regime do casamento. Cabe ao marido o direito de fixar o domicílio conjugal e autorizar a residência da mulher fora do lar. Os processos de divórcio levam a perceber que sua esfera de poder era mais ampla do que aquela definida pela lei: cabem-lhe as decisões mais importantes da família e o controle sobre a maior parte do comportamento da mulher e dos filhos, a apropriação e a distribuição dos recursos materiais e simbólicos no interior da família e o uso da violência considerada legítima. Tal violência tinha seus limites apenas vagamente contornados por aquilo que se considerava excessivo. (CRISTIANO DE SOUZA, 1999, p. 33)

O “uso pedagógico” da violência doméstica parece ser um meio para estabelecer a hierarquia familiar, tanto em relação aos filhos, quanto à mãe. A representação da mulher assemelha-se com a da criança: infantil, incapaz, precisa obedecer, carente de atenção e frágil.

A mulher, cada vez mais, ingressa no mercado de trabalho no início do século XX, principalmente nas classes populares onde a renda é mais limitada. As cidades oferecem as oportunidades de trabalho e, acompanhando o modelo da Europa, o Brasil passa por um processo de intensa urbanização das cidades. A relação dos indivíduos com a cidade e os recém-adquiridos ritmos de trabalho é responsável pela consolidação de novos estilos de vida.

As primeiras décadas deste século, época de transição de valores, assistem à passagem da estrutura patriarcal para uma nova ordem econômica e social, onde as ideologias de cunho individualista marcam sua presença.

Essa mudança de perspectiva e visão de mundo atinge instituições como família e casamento que procuram amoldar suas estruturas aos novos valores sem, contudo desfazer-se dos velhos costumes. Ao indivíduo cabe harmonizar papéis, muitas vezes antagônicos e conflitantes em suas vivências e representações. (TRIGO, 1989, p. 88)

“No início da década de 1950, o governo promoveu várias medidas destinadas a incentivar o desenvolvimento econômico, com ênfase na industrialização.” (FAUSTO, 2001, p. 225) O presidente Getúlio Vargas retorna à presidência em 1951 e, em meio a uma crise política, suicida-se em 1954.

Juscelino Kubitschek assume a presidência em 1956.

Em comparação com o governo Vargas e os meses que se seguiram ao suicídio do presidente, os anos JK podem ser considerados de estabilidade política. Mais do que isso, foram anos de otimismo, embalados por altos índices de crescimento econômico, pelo sonho realizado da construção de Brasília. Os “cinquenta anos em cinco” da propaganda oficial repercutiram em amplas camadas da população. (FAUSTO, 2001, p. 233)

Após as mudanças políticas e a outorga da nova Constituição, o país ainda seguia transformando-se. “Se o Brasil andava mais democrático, o mundo estava mais maniqueísta, intolerante e polarizado. Os anos seguintes ao fim da Segunda Guerra sepultaram impérios, redesenharam o mapa-múndi e criaram um novo enredo para orientar as relações políticas mundiais – a Guerra Fria.” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 397)

As transformações e incertezas políticas interpõem-se também nas esferas sociais. Progressivamente, consolida-se uma sociedade marcada ao individualismo, ao consumo e à experiência de tempo acelerado: a cidade parece-se com a fábrica.

Mais do que o discernimento pelo olhar analítico e classificador de médicos, higienistas, criminologistas e inspetores públicos, é o desejo de eliminação da diferença, de normalização do Outro, que se coloca como motivação primeira das investidas do poder sobre a classe operária fora das fábricas. Na empresa de construção de um mundo à sua imagem, a domesticação do novo operariado implicou a imposição do modelo imaginário de família criado pela sociedade burguesa.

Instituir hábitos moralizados, costumes regrados, em contraposição às práticas populares promiscuas e anti-higiênicas observadas no interior da habitação operária, na lógica do poder significava revelar ao pobre o modelo de organização familiar a seguir. (RAGO, 1985, p. 61)

Este modelo de organização familiar, baseado em valores patriarcais a circular pela sociedade, ganha ainda mais força na consolidação das leis relativas à família e às representações do feminino.

Assim, parece haver uma acomodação do amor às expectativas da sociedade e, de certa forma, fundem-se as exigências do patriarcalismo e cânones amorosos. Nessa fusão o papel da mulher é o mais atingido e, em nome do amor, uma série de deveres lhe são impostos, cabendo-lhe desempenhar o papel e cumprir o dever que a sociedade e a condição de amar e ser amada exigem: praticar a renúncia, a dedicação e a submissão. Esses gestos de abdicção do desejo são considerados como provas de amor e a submissão vai ser acompanhada de gratificações reais ou simbólicas. (TRIGO, 1989, p. 90)

O papel social da mulher é de “esposa dona-de-casa-mãe-de-família” que, juntamente com “[...] uma preocupação especial com a infância, percebida como riqueza em potencial da nação, constituíram as peças mestras deste jogo de agenciamento das relações intrafamiliares.” (RAGO, 1985, p. 62)

Frágil e soberana, abnegada e vigilante, um novo modelo normativo de mulher, elaborado desde meados do século XIX, prega novas formas de

comportamento e de etiqueta, inicialmente às moças das famílias mais abastadas e paulatinamente às das classes trabalhadoras, exaltando as virtudes burguesas da laboriosidade, da castidade e do esforço individual. Por caminhos sofisticados e sinuosos se forja uma representação simbólica da mulher, a esposa-mãe-dona-de-casa, afetiva mas assexuada, no momento mesmo em que as novas exigências da crescente urbanização e do desenvolvimento comercial e industrial que ocorrem nos principais centros urbanos do país solicitam sua presença no espaço público das ruas, das praças, dos acontecimentos da vida social, nos teatros, cafés, e exigem sua participação ativa no mundo do trabalho. (RAGO, 1985, p. 62)

Desta forma, a mulher compõe o espaço urbano, mas sob determinadas regras e comportamentos pré-definidos. Ainda seguindo os moldes europeus, a mulher foi inserida nos ambientes escolares e profissionais, ampliou seus contatos sociais e passou a ir ao teatro e ao cinema, ler revistas, teve contato com a literatura, mas tudo que fosse socialmente considerado como atividade “decente”.

A mulher poderia ler, mas não qualquer livro. Poderia ver filmes, mas não aqueles impróprios. Poderia circular pela cidade, mas não desacompanhada. “A mulher que apresentasse esse tipo de comportamento era, por princípio, “marginalizável” e não mereceria a proteção da Justiça.” (p. 47)

A propósito, refere-se à (não) proteção da Justiça o objeto de estudo desta pesquisa: um processo jurídico da década de 1950, da comarca de Bragança Paulista.

Dado, brevemente, o panorama nacional desta época, é preciso também refletir sobre a cidade de Bragança Paulista da época.

Localizada no interior do estado de São Paulo, tem sua origem relacionada a Igreja católica, “um povoado que começa a se constituir ao redor da capela de Nossa Senhora da Conceição, em 1763. Em 1856, torna-se cidade e no ano de 1944, o município passa a denominar-se Bragança Paulista.” (SOUZA cf. HAYAKAWA, 2017, p. 52).

“A partir da metade do século XIX, é possível observar, em Bragança, o desenvolvimento da economia cafeeira e, no seu rastro, a modernização da cidade, na qual são adotados novos padrões estéticos de construção.” (BAPTISTA, 2017, p. 61)

Conforme Hayakawa (2017, p. 53), “na década de 1950, de acordo com o Censo, a população de Bragança era composta por 51.623 habitantes, dos quais 66% residiam na zona rural. Nesse período, desenvolve-se na região a produção oleira (telhas, blocos, tijolos)”.

Observamos que a configuração urbana das cidades nesta época se dá de maneira muito semelhante, seguindo sempre os padrões europeus. Deste modo, dialogamos com a obra de Ana Maria de Melo Negrão (2013), que descreve a cidade de Campinas entre as décadas de 1930 e 1970.

Na tentativa de entender que sociedade era essa a circular por estas cidades, buscamos na obra de Negrão traços deste contexto. A autora flagra comportamentos da juventude e, principalmente, da representação do feminino neste espaço-tempo.

Na provinciana Campinas, os rapazes e meninas frequentavam as “matinês” dos cinemas, organizavam bailinhos familiares, ficavam na saída da missa dominical das onze horas da Matriz do Carmo para paquerar, burlavam a vigilância dos colégios para verem as meninas de calções na aula de ginástica, participavam de times de futebol do colégio ou dos clubes sociais,...

O namoro era cercado de vigilância dos pais. De acordo com os códigos sociais, tudo era muito lento. Pegar na mão da namorada exigia pelo menos um mês de namoro. O primeiro beijo demorava um bom tempo para acontecer, principalmente, para as meninas sérias, aquelas para casar. Havia hora marcada para namorar e para recolher-se. Sair sozinha de carro com o namorado era impossível. Sempre alguém “segurava vela”, isto é, acompanhava os namorados nos bailes, passeios e cinema.

Se uma jovem beijasse o namorado em público, fumasse, usasse roupas chamativas, ou engravidasse solteira, ficava “falada e marcada”, proibida de se aproximar das amigas. Vigorava o mote: “dize-me com quem andas e dir-te-ei quem és.” (NEGRÃO, 2013, p. 32)

O cenário de Campinas da primeira metade do século XX é descrito como um “caleidoscópio [que] movimenta-se com matizes variados, cores, formas, fatos permitidos ou vedados, a instigar a curiosidade de pontuar como era a cidade daquelas décadas.” (NEGRÃO, 2013, p. 33)

Baptista (2017, p. 127) flagra elementos muito parecidos na cidade de Bragança Paulista nas décadas de 1930-1940. Os jovens frequentavam o cinema da cidade (Cine Central 63), jogavam *snoocker*, pingue-pongue, damas, bilhar e xadrez em estabelecimentos que ficavam na praça Raul Leme. A juventude passeava pelos jardins da praça e se deliciava com frapê ou geleia de mocotó.

Situada em frente da Catedral, encontra-se a praça Raul de Aguiar Leme, habitualmente, chamada de Raul Leme. É um local ataviado por árvores, bancos de ferro ornamentados, um amplo pergolado, um antigo chafariz, [...], e vários outros canteiros de plantas diversas, existentes/encontrados em toda a extensão da praça, ladeando o passeio público. (BAPTISTA, 2017, p. 21)

É neste local que se passa o episódio narrado no processo jurídico apresentado nesta pesquisa. A praça e o cinema são os cenários da vida social da juventude da década de 1950. Ana Maria de Melo Negrão (2013) narra os mesmos comportamentos na cidade de Campinas.

Aos domingos esperava-se, com ansiedade, a matinê. [...] A moçada enfrentava as filas, mas era preciso chegar logo, para conseguir sentar-se ao lado de uma menina, que “guardava” a cadeira ao lado com uma bolsa ou um agasalho a fim de cedê-la a um paquera que fazia *footing* dentro do próprio cinema. Daí, as mãos se entrelaçavam, à vezes, um beijo furtado, ou gestos mais ousados, sempre com muito cuidado para não ser flagrado pelo lanterninha, a correr o risco de ser convidado a se retirar do recinto. As meninas mais sérias e reservadas alojavam-se entre duas amigas, para impedir que algum rapaz ousasse ficar a seu lado. (NEGRÃO, 2013, p. 37-38)

Parece-nos que na representação do feminino, embora matizada pelas diferentes temporalidades e contextos, há uma constância de submissão e inferioridade da mulher em relação ao homem.

A mulher que não se encaixa nesta representação, acaba por se inscrever “no campo da anormalidade, do pecado e do crime.” (RAGO, 1985, p. 79) A criminalização, a marginalização e a extirpação de determinados comportamentos, dá-se, sobretudo, nas leis.

O Conflito

Alice, moça de 19 anos, natural e residente da cidade de Bragança Paulista, vai ao cinema da cidade acompanhada de sua amiga e de seu namorado. Durante a exibição do filme, é abordada e agredida por seu ex-namorado, que não aceita que esteja em companhia de outro rapaz. Ele dá-lhe empurrões e socos no rosto, causando-lhe sangramento na boca.

A moça vai à delegacia de polícia da cidade prestar queixa sobre a agressão que sofreu, acompanhada de três testemunhas do ocorrido: o namorado atual que estava assistindo ao filme com ela, a amiga que estava presente na sessão e um funcionário do cinema. Dá-se início a um inquérito policial e a moça é submetida ao exame de corpo de delito, para que se possa atestar a natureza dos ferimentos em seu rosto.

Esta descrição nos é comum. Ouvimos todos os dias relatos da violência cotidiana contra mulheres. Apesar de sistemática e repetitiva, continua a acontecer e parece não ter gerado mecanismos de prevenção.

O processo criminal de onde foi extraído o supracitado relato da agressão de Alice não compõe os dados estatísticos atuais sobre a violência contra as mulheres. Ele data de 1950 e, ainda assim, nos parece tão atual.

O que nos chama a atenção não é tão somente o fato da reincidência deste tipo de crime contra mulheres e de uma persistência em um discurso que legitima esse tipo de atitude,

mas também a presença de um repertório jurídico, intensificado por desigualdades marcadas e autorizadas nas e pelas leis e reforçadas por todo um sistema jurídico.

Absolvido.

ID 50 R

29

2

República dos Estados Unidos do Brasil

Comarca de Bragança Paulista Estado de São Paulo

RUA DR. CANDIDO RODRIGUES, 70 TELEFONE N. 3-0-0

CARTÓRIO DO 1.º OFÍCIO
BENEDITO JORGE DO AMARAL
 SERVENTÁRIO VITALÍCIO

Autos PROCESSO CRIMINAL.

Entre Partes

A JUSTIÇA..... A.

BENEDITO A. [REDACTED]..... B.

Autuação

Aos onze (11)-----de Setembro-----de mil novecentos e cinquenta (1950), 61ª a n o ----- da República, nesta cidade de Bragança Paulista, do Est. de São Paulo, em meu cartório, autuo a denúncia capando o inquerito policial que adiante segue; e, faço esta autuação. Eu, [REDACTED], oficial maior, dactilografei e subscrevi.

\$6,00

FIGURA 10 – Capa do Processo Criminal (1950). Acervo CDAPH.

O processo analisado é composto de 32 páginas, além da capa; essa está impressa em papel de gramatura mais espessa e contendo a identificação da comarca (neste caso, Bragança Paulista), do cartório, o tipo de processo (este é um processo criminal), as partes e uma breve descrição da autuação.

As partes, que para a esfera jurídica seriam os sujeitos da questão debatida em juízo (VILELA, acesso em: 2018), são: autor e réu. Por ser um processo criminal, é de autoria da Justiça pública. O indiciado, denominado “réu”, é o ex-namorado de Alice.

Grande parte do texto presente tanto na capa quanto nas páginas subseqüentes do processo já está formatado e impresso com lacunas a serem preenchidas (datilografadas). Além dos elementos textuais, há elementos impressos que remetem à importância da esfera jurídica (onde o texto transitará ao longo do processo) como moldura e o brasão da República.

Na primeira página consta a solicitação do promotor público ao juiz da comarca para o julgamento da ação apresentada na documentação que vem a seguir. Esta solicitação constituiu-se de uma breve descrição da acusação geradora do inquérito, bem como o requerimento do interrogatório do réu, da vítima e das testemunhas.

Nas páginas seguintes encontramos o boletim de ocorrência. Quando da ocorrência deste crime, a vítima e as testemunhas dirigiram-se à Delegacia de Polícia de Bragança Paulista, onde se registraram seus relatos.

O escrivão é quem transcreve estes relatos. Ao fim de cada um, lê-se:

Lido e achado conforme, vai devida e legalmente assinado, comigo,
[assinatura do escrivão], escrivão, que o dactilografei e subscrevi.

O texto do relato é redigido como um único e longo parágrafo, onde as orações são separadas por vírgulas, quase que como se a pessoa a ser ouvida tivesse dito todas as afirmações uma após a outra, sem pausas, interrupções ou hesitação.

Não são descritas emoções, alterações no tom de voz ou sinais da linguagem não verbal, apenas marcas da oralidade e uma constante repetição que leva o leitor a acreditar que tudo aquilo ali redigido é de inteira autoria do sujeito declarante (lê-se que “declarou”, “disse”, “falou”, “a depoente atribue”).

Ignora-se complementemente a participação do sujeito que escreve o texto no texto, como se fosse neutro. Não fosse a oração ao final do relato identificando-o, ele quase desapareceria.

No entanto, ao início de alguns relatos lê-se “testemunha compromissada na forma da lei, inquerida, respondeu que”. Porém, não sabemos quais foram as perguntas feitas. Registra-se apenas as respostas, supondo que aquele relato consiga contemplar tudo o que foi dito, e mais, tudo que aconteceu.

Entre os relatos da vítima e das testemunhas, consta o Laudo de Exame de Corpo de Delito, realizado pelos médicos legistas e que atesta os ferimentos da vítima, a materialidade e

prova do crime. É composto de um questionário de perguntas pré-definidas a serem respondidas e complementadas, quando necessário.

De formatação muito parecida com o Boletim de Ocorrência é o Auto de Qualificação e Interrogatório. Nele há o registro do interrogatório do acusado: mas novamente registram-se apenas suas respostas e não as interrogações feitas.

Posteriormente, vem o Relatório, assinado pelo delegado, apresenta-se como um resumo de tudo que lhe foi apresentado até este momento. Uma breve descrição do ocorrido (que o acusado “agrediu e feriu, a socos, sua ex-namorada Alice B.”) e uma posição sobre o que foi revelado ao longo do interrogatório (que o acusado “não néga a autoria do delito que lhe imputado, embora o faça procurando diminuir a gravidade do ato que praticara, agredindo, de maneira inopinada, a uma pobre e indefeza moça, sómente porque ésta, que fora sua namorada, não mais quiz atender aos seus protestos de amor.”)

Faltam-nos os acontecimentos na delegacia. E nos parece que ao longo do processo “as ofendidas vão sendo marginalizadas ou civilizadas”. (ESTEVEES, 1989, p. 104) Nas palavras do delegado, a vítima era uma “pobre e indefeza moça”. Não fosse pobre ou indefesa, deveria receber menos benevolência da justiça ou das outras pessoas que estavam a assistir o filme com ela? Não fosse pobre ou indefesa, poderia receber socos?

A representação do feminino, como frágil e vulnerável, vai sendo reforçada.

Ainda de acordo com o delegado, a atitude do acusado torna-se um “protesto de amor”.

A proposital confusão entre amor e violência dá-se de maneira a justificar atos de agressão. Ao pensar nos ditos “crimes passionais”, Marilena Chauí (1984) no alerta:

Se o assassinato é tido como “crime passionai”, ato de alguém que ficou fora de si e perdeu, momentaneamente, o uso da razão, é porque os acusados assim encaram seus atos. Se analisarmos o que se passa, perceberemos um caso típico de racionalização nessa “perda de razão” momentânea. De fato, os homens afirmam que sua honra foi manchada. O que isso quer dizer? Do lado dos homens da classe dominante, significa não só o surgimento de uma suspeita quanto à sua virilidade (e numa sociedade procriativa, como não valorizar a virilidade?), mas também o medo de perder postos de comando, de autoridade e poder. É isso a desonra. Perda de poder e prestígio. (CHAUI, 1984, p. 78-79)

Assim, ao definir a atitude do ex-namorado como um “protesto de amor”, o delegado contribui para a manutenção e permanência desta representação: há uma hierarquia nos relacionamentos, onde a mulher deve ser submissa. Sua não submissão constitui injúria à honra de seu parceiro e perda de sua autoridade.

Prosseguindo com a enumeração dos documentos que compõem o processo, temos o Interrogatório, conforme a solicitação inicial do promotor público para o interrogatório dos envolvidos. Assim, novamente todos são convocados a comparecer ao Fórum de Bragança Paulista para darem um segundo relato, registrados na mesma formatação do Boletim de Ocorrência.

Logo após, temos a Audiência de Julgamento, onde se lê as considerações finais do juiz, seu veredito e a sentença.

De maneira geral, há pouco espaço para interpretação, partindo dos pressupostos de objetividade e neutralidade dos agentes da justiça. Ao passo que esta formatação preestabelecida transmite ao leitor uma inicial sensação de clareza e transparência, no diálogo com nosso quadro teórico-metodológico e considerando o caráter sócio ideológico da linguagem, essa suposta objetividade nos indica a imposição de silenciamento.

Silenciamento de contradições, contestações e posicionamentos.

Na tentativa de flagrá-los, passemos à leitura de alguns trechos do processo.

Na declaração inicial de Alice, lemos que o ex-namorado insistia para que reatassem o namoro e que já havia sido por ele agredida em outras ocasiões.

Declarou que, há dias, rompeu definitivamente o seu namoro com Benedito A. B., de vez incompatibilidade, digo, vez que entre ambos existia grande incompatibilidade de gênio; que Benedito, muito embora o rompimento fosse claro e, como disse, definitivo, não deixou de insistir com a declarante pelo reatamento do namoro; que a declarante, sempre com a maior delicadeza, repelia os propósitos de seu ex-namorado, fazendo-lhe ver os inconvenientes que disso poderiam resultar; que ontem, por volta das dezenove horas, a declarante se encontrava com seu atual namorado, João M., assistindo a uma sessão cinematográfica, no “Cine Central”, à Praça Raul Leme, nesta cidade, quando, inopinadamente, foi agredida a socos por Benedito A. B., que a feriu na boca; que esse fato ocorreu durante a projeção do filme que estava sendo exibido naquela casa de diversões; que foi o próprio Benedito quem cessou a agressão, pois ninguém interveio na ocorrência; que a declarante atribue o fato aos sentimentos de ciúmes de que, na ocasião, estava o agressor tomado;

que não é esta a primeira vez que B. a agride e a declarante nunca fez queixa contra o mesmo [...]

(Transcrição da página 5 do Processo)

Não está explícito se estas outras agressões são de natureza física ou psicológica, mas nos parece que ao longo do processo as agressões psicológicas têm seu grau de violência atenuado, pois não comprometem a integridade física da vítima.

A insistência do ex-namorado e o fato dele continuar a perseguir a moça para que voltassem a namorar parecem não compor as evidências para o caso. Este tipo de violência psicológica parece ser tratado como mero sintoma de ciúmes do réu e não como ato de violência. Tão somente a agressão física parece ser considerada (e, posteriormente, ignorada).

Além dos diferentes pesos atribuídos aos diferentes tipos de violência, outro fato nos chama a atenção no processo criminal de Alice: ela muda seu depoimento no transcorrer dos autos.

Na primeira vez que comparece à delegacia, no boletim de ocorrência, ela afirma ter recebido socos na boca, que ocasionam o sangramento apresentado, corroborado pela análise no laudo do exame de corpo de delito e pelas declarações das testemunhas.

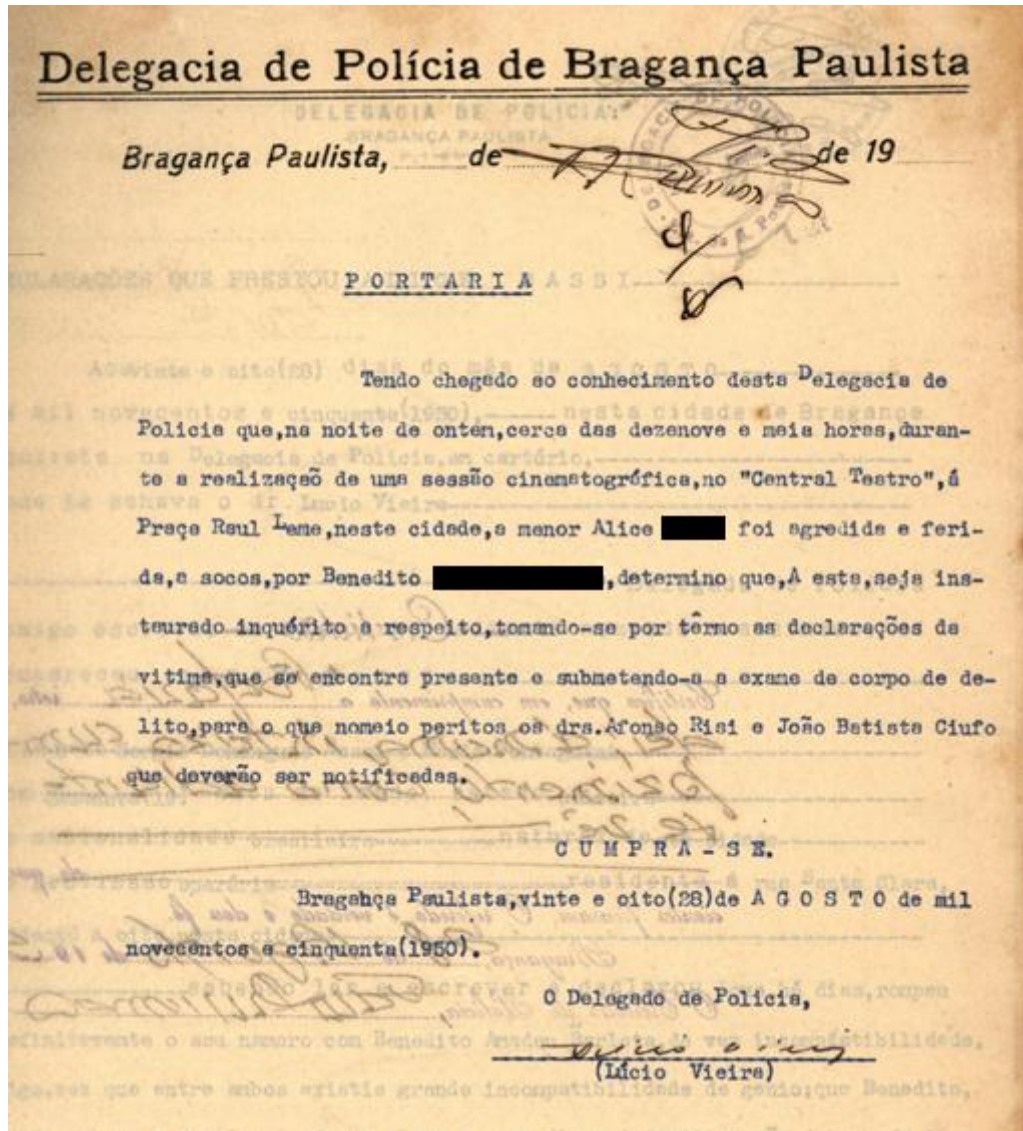



FIGURA 11 – Página 4 do Processo Criminal (1950). Acervo CDAPH.

DELEGACIA DE POLÍCIA DE BRAGANÇA



ESTADO DE SÃO PAULO

CERTIFICO que me foi apresentado hoje, para o respectivo registro, o laudo de exame de corpo de delito que é do teor seguinte:

Laudo de Exame de Corpo de Delito
LESÃO CORPORAL -- B

AOS vinte e oito(28)-----de A G O S T O-----
de mil novecentos e ~~noventa e cinco~~ noventa e cinco(950) nesta cidade de Bragança, afim de atender a requisição do doutor Lucio Vieira,-----
os infra-assinados, doutores Afonso Risi e João Batista Ciuffo, e quem a autoridade deferiu o compromisso legal, que scitaram-----
médicos-legistas, foram designados pelo doutor Lucio Vieira----- Delegado de Policia, deste município para proceder a exame de corpo de delito em A L I C E [REDACTED]-----

e responder aos quesitos seguintes:

Primeiro — Há ofensa à integridade corporal ou à saúde da paciente?
Segundo — Qual o instrumento ou meio que a produziu?
Terceiro — Foi produzida por meio de veneno, fogo, explosivo, asfixia ou tortura, ou por outro meio insidioso ou cruel? (Resposta especificada).
Quarto — Resultará incapacidade para as ocupações habituais por mais de trinta dias; ou perigo de vida; ou debilidade permanente de membro, sentido ou função? (Resposta especificada).
Quinto — Resultou aceleração de parto?
Sexto — Resultará incapacidade permanente para o trabalho; ou enfermidade incurável; ou perda ou inutilização de membro, sentido ou função; ou deformidade permanente? (Resposta especificada).
Sétimo — Resultou aborto?

Realizada a perícia, passaram a oferecer o seguinte laudo:

FIGURA 12 – Página 6 do Processo Criminal (1950). Acervo CDAPH.

laudo - QUALIFICAÇÃO - Alice [REDACTED], brasileira, solteira, branca, com dezoito
 nove anos de idade, natural desta cidade, onde reside, filha de [REDACTED]
 [REDACTED] e [REDACTED]. HISTÓRICO - Referem-nos que, na noite
 de ontem, por volta das dezenove e meia horas, no "Cine Central Teatro",
 à Praça Raul Leme, nesta cidade, a paciente supra qualificada foi agredida
 e ferida, a socos, por seu ex-namorado Benedito [REDACTED], recebendo,
 em consequência, os ferimentos que apresenta. EXAME Examinando,
 hoje, no consultório médico do primeiro dos peritos, a paciente acima referida
 (Alice [REDACTED]), verificamos que a mesma apresenta contusão na face
 (lado esquerdo) com edema neste mesmo lado, em consequência de contusão.
 Ferimento inciso no lábio inferior - todos de natureza leve. Assim, respondemos
 aos quesitos apresentados, pela forma seguinte - ao 1º) sim; ao 2º) Instrumento
 contundente; ao 3º) Não; ao 4º) Não; ao 5º) Prejudicado; ao 6º) Não; ao 7º) Prejudicado.
 É o que em nossas consciências e sob o compromisso prestado, temos a declarar. É, como nada mais houvesse, mandou a autoridade
 lavrar o presente auto, que vai devida e legalmente assinado, Bragança Paulista,
 vinte e oito (28) de A G O S T O de mil novecentos e cinquenta (1950).

[REDACTED]
 [REDACTED]
 [REDACTED]

FIGURA 13 – Página 7 do Processo Criminal (1950). Acervo CDAPH.

O Laudo de Exame de Corpo de Delito pode ser observado, em sua primeira parte, como um questionário onde são descritos sete quesitos, aos quais os médicos legistas deverão responder de acordo com o exame médico realizado na vítima.

De acordo com o Instituto Geral de Perícias (Acesso em: jan. 2018), “não há padronização dos quesitos no Brasil para atender a legislação atual”, porém é sugerida uma lista de quesitos que é idêntica à encontrada no processo analisado.

O Art. 129 do Código Penal brasileiro, cujo capítulo II dispõe sobre lesões corporais, traz uma descrição e classificação das lesões. São consideradas lesões corporais de natureza grave:

§ 1º Se resulta:

- I - Incapacidade para as ocupações habituais, por mais de trinta dias;
 - II - perigo de vida;
 - III - debilidade permanente de membro, sentido ou função;
 - IV - aceleração de parto;
- Pena - reclusão, de um a cinco anos.

§ 2º Se resulta:

- I - Incapacidade permanente para o trabalho;
 - II - enfermidade incurável;
 - III perda ou inutilização do membro, sentido ou função;
 - IV - deformidade permanente;
 - V - aborto;
- Pena - reclusão, de dois a oito anos.
(Código Penal. Acesso em: jan. 2018)

Deste modo, percebemos que, embora não haja uma padronização para os quesitos, eles baseiam-se na classificação das lesões corporais dispostas no Art. 129. Chama-nos a atenção dois itens (presentes tanto nos quesitos, quanto no texto da lei): o item IV do parágrafo 1º (aceleração de parto) e o item V do parágrafo 2º (aborto).

Se considerarmos que a legislação encontra matéria para sua constituição em situações que já aconteceram e em número considerável a ponto de tornar-se lei, conter dois itens que tangem exclusivamente a violência contra as mulheres, nos parece bastante significativo.

Pensamos que este fato nos atesta a naturalização e repetição deste tipo de violência.

Retomando o processo de Alice, podemos ler, em seu segundo relato, que estava nervosa quando do primeiro depoimento. Afirma não se lembrar exatamente do ocorrido e ter se ferido em uma cadeira no cinema.

Declara em seu segundo depoimento

[...] que foi namorada cerca de dois anos, do acusado; que antes do fato, trinta dias, mais ou menos, havia sido desfeito esse namoro; que no dia do fato, estava a declarante assistindo uma fita ao lado de seu namorado João de M., quando o acusado apareceu ao seu lado com estupidez e dizendo cousas que não lembra, que neste momento, ficou nervosa e deu com a boca na cadeira da frente e disso resultou sangue;

que sua amiga Angela P. acudiu a declarante e levou-a para a cabine do cinema para um curativo; que, em sua casa, queixou-se do ocorrido a seu pai e este levou o fato ao conhecimento da policia; que o que consta de suas declarações na policia, na parte que se refere a ter a depoente recebido um soco do acusado, não é verdadeira, pois estava um tanto nervosa e nem se lembra do que assinou, que seu depoimento foi prestado no dia seguinte ao do fato; que esse fato se deu no Cine Central, sito à Praça Raul Leme, desta cidade; que não havia motivo para que o acusado viesse em atitude brutal contra a declarante, pois assistia ao filme ao lado de seu namorado e sem fazer qualquer gesto que justificasse isso; que também não é verdade haja o acusado de outra feita batido na declarante como refere em suas declarações de fls.; que o acusado não chegou a empurrar a depoente no momento do fato.

(Transcrição das páginas 25 e 26 do Processo)

Ela garante que não recebeu socos e nem empurrões, que estava nervosa e não se lembra do que assinou em sua primeira declaração, mesmo quando o próprio acusado e seu advogado assumem que ele a empurrou, embora queira diminuir a gravidade da ação. “Apenas uns empurrões dados na vitima [...]” (Transcrição da página 29 do Processo)

Alice utiliza duas vezes a palavra “nervosa” (“ficou nervosa” / “estava um tanto nervosa”). Novamente retorna a representação infantil da mulher: imatura, inconsequente e desequilibrada.

No trecho transcrito, Alice utiliza a palavra “não” cinco vezes e ainda faz uso de outras marcações negativas (“nem”, “sem”). Essa múltipla negativa nos diz algo.

Ao analisar processos de crimes contra as mulheres, Martha de Abreu Esteves (1989), nos mostra que a postura de Alice não é exclusiva de Alice.

A postura de Emília, Laura, Maria Magdalena e várias outras, desaparecendo no decorrer do processo, perdendo seu ofensor, como Angelina, ou ainda até negando ser o acusado o verdadeiro ofensor, como fez Felizmina, permite aprofundar um pouco mais a postura marginalizadora ou civilizadora de nossos promotores e juizes. (p. 102)

Quando Alice nega, ela denuncia. E a negativa e o silêncio, tornam-se estratégias de sobrevivência. “[...] O silêncio pode ser considerado tanto parte da retórica da dominação (a

da opressão) como de sua contrapartida, a retórica do oprimido (a da resistência)”. (ORLANDI, 2007, p. 29)


Em meio às negativas, é descrito que “não havia motivo para que o acusado viesse em atitude brutal contra a declarante, pois assistia ao filme ao lado de seu namorado e sem fazer qualquer gesto que justificasse isso”. E se houvesse motivo? Neste caso, a violência contra ela seria permitida?

A mulher é sempre posta em dúvida. Quase que como se todo crime cometido contra ela fosse de sua responsabilidade ou justificado por suas ações desviantes.

Vale ressaltar que, nos crimes de amor, as ofendidas se tornavam, mais os que acusados, o centro de análise dos julgamentos. Os juristas avaliavam se mereciam, ou não, sofrer o crime; se os comportamentos e os atos facilitavam e justificavam a ocorrência de uma agressão. A transformação da ofendida em possível culpada correspondia à posição da mulher como principal alvo da política sexual: sua conduta tornou-se objeto de conhecimento científico (médico e jurídico) e construíram-se verdades universais em relação a ela. (ESTEVES, 1989, p. 41)

Repetidamente, a representação da mulher é de alguém cujas ações devem ser vigiadas, demonstram sua incapacidade e, pelo uso da violência pedagógica, punidas para que não voltem a acontecer.

Quando o agressor é convocado a dar o seu depoimento, ele nega ter dado socos em Alice e limita a descrição da agressão a “empurrões”.



Delegacia de Polícia de Bragança Paulista

AUTO DE QUALIFICAÇÃO E INTERROGATÓRIO

10

Aos vinte e oito (28) dias do mês A.G.O.S.T.O. do ano de mil
 ecentos e cinquenta (1950), às quinze horas, nesta cidade de Bragança
 Paulista, na Delegacia de Polícia, em cartório, onde se achava o sr. Doutor
 Lucio Vieira, Delegado respectivo,
 amigo escrivão de seu cargo, ao final nomeado e assinado, aí presente BENEDITO
 [REDACTED] a quem a mesma autoridade fêz as seguintes perguntas:
 perguntando qual o seu nome BENEDITO [REDACTED]
 quem é filho? [REDACTED]
 e idade tinha? vinte e oito anos (31-5-1922)
 qual o seu estado? solteiro
 qual a sua profissão ou modo de vida? escriturário
 qual a sua nacionalidade? brasileiro
 qual o lugar de seu nascimento? Extrema, Minas Gerais
 cor? branca
 onde reside? Bragança Paulista, 4 [REDACTED]
 sabe lê e escrever? sim

Cientificado da acusação que lhe é feita, passou o acusado a ser interrogado
 pela autoridade, respondendo o seguinte: que foi, até há pouco tempo, namorado de Alice
 [REDACTED] e, como ambos não se entendiam bem, disso resultou haverem rompido dito namoro;
 que Alice, todavia, deu a entender a êle, declarante, que ainda havia possibilidades de
 um restamento e, diante disso, no espirito do declarante permaneceu a certeza de que, mais
 dias, menos dias, tudo voltaria às boas; que ontem, pelas dezenove e meia horas, vendo Alice
 se dirigir, sozinha, ao "Cine Central Teatro", 4 Praça Raul Leme, nesta cidade, também se en-
 caminhou àquela casa de diversões e, subindo aos balcões, viu que a referida Alice estava
 sentada com outro rapaz; que, diante do que viu, foi até onde se achava Alice e a esta
 disse estas palavras: eu não esperava que você fizesse isso"; que, em seguida, deu uns em-
 purrões em sua ex-namorada e, logo após, deixou o local; que, depois, veio a saber que Alice
 sofrera um pequeno ferimento nos lábios; que, como não tivesse a intenção de ferir a Ali-
 ce, julga não seja o autor de tal ferimento; que, como o fato ocorresse durante a projeção
 do filme, portanto, no escuro, possivelmente Alice, quando empurrada, houvesse batido com a
 boca em qualquer lugar, ferindo-se. Nada mais disse. Lido e achado conforme, vai assinado
 pela autoridade, pelas testemunhas que assistiram à leitura destas declarações, Lazaro

FIGURA 14 – Página 10 do Processo Criminal (1950). Acervo CDAPH.

O acusado inicia o seu depoimento dizendo que o namoro com Alice havia sido rompido e que “Alice, todavia, deu a entender a êle, declarante, que ainda havia possibilidade de um reatamento”.

Ou seja, foi Alice quem alimentou esperanças de um futuro reatamento de namoro, causando tamanha confusão de sentimentos no rapaz!

Outra vez, no jogo de palavras, percebe-se a intenção de culpar a vítima, como se ela própria houvesse justificado a agressão contra ela praticada.

Ele afirma ter dito a Alice antes de empurrá-la: “Não esperava que você fizesse isso”.

Isso o quê?

É direito constitucional a livre circulação das pessoas, porém não das mulheres.

Ele reforça que ela estava “sozinha”.

Não é de bom tom que uma moça saia desacompanhada. “[... A]s mulheres necessitam de contínua vigilância para que seus instintos não aflorem.” (ESTEVES, 1989, p. 48)

Além de tudo, o acusado não julga ser o autor de tal ferimento, pois não tinha intenção de ferir Alice. Perguntamo-nos que possível intenção tem alguém a empurrar outrem.

As testemunhas (a amiga de Alice, o atual namorado e um funcionário do cinema) são convocadas a dar um segundo depoimento.

TERMO DE ASSENTADA

Aos quatro de dezembro de mil novecentos e cinquenta, nesta cidade de Bragança Paulista, em cartori, digo, no Fórum, às treze horas, presente o MM. Juiz de Direito da comarca, dr. Roberto de Rezende Junqueira, comigo oficial maior adiante declarado, presentes tambemo Promotor Publico, dr. Roberto Caldas, o denunciado Benedito [REDACTED], acompanhado de seu advogadro doutor Euclides [REDACTED], e as testemunhas Angela [REDACTED], João [REDACTED] e Oswaldo [REDACTED] e bem assim a vitima Alice [REDACTED], que foram recolhidas à sala propria. Em seguida passou o MM. Juiz a tomar os depoimentos das testemunhas e declarações da vitima, da forma que a diante segue. E, para constar, lavrei este termo. Eu, [Signature], oficial maior, dactilografei e sunscrevi.

FIGURA 15 – Página 25 do Processo Criminal (1950). Acervo CDAPH.

Angela P., em seu segundo depoimento, diz que

[...] não assistiu aos fatos deste processo; que foi chamada por Osvaldo S. para acudir a vitima que estava muito nervosa e que tinha sofrido uma agressão; que falam que o agressor foi o acusado presente, o qual foi namorado da vitima durante algum tempo; que a vitima é sua vizinha e não lhe contou se foi o acusado que lhe bateu; [...] que a vitima contou-lhe que o acusado não lhe bateu. Apesar de haver dito que o acusado havia ficado muito nervoso, quando a viu com outro rapaz; que a vitima não queria que fizesse processo contra o acusado, porém, ele foi feito por insistência de seu pai; que não sabe se ele já respondeu algum processo; que quando foi acudir a vitima esta estava muito nervosa e segurava a boca com um lenço; que nunca ouviu falar mal do acusado, parecendo-lhe ser um moço direito. (Transcrição da página 26 do Processo)

Da certeza da agressão, Angela parece retirar-se da discussão e corroborar para a inconsistência de Alice. Primeiro diz que Alice não lhe disse se havia sofrido agressão de Benedito. Depois ela afirma que Alice disse que o ex-namorado não lhe bateu.

A contradição é constante e reforçada pelas negativas (a palavra “não” é utilizada cinco vezes no trecho descrito). Também utiliza-se da palavra “nervosa” duas vezes para descrever Alice. Mais uma vez atestando a natureza inconstante feminina e demonstrando o caráter leviano e instável de Alice.

Para além do reforço das inconsistências, nos chama a atenção a necessidade de incluir em seu relato que o réu parece-lhe um “moço direito”. Quase que numa tentativa de provar que ele não seria capaz de agredi-la.

Em diversas obras que analisam processos jurídicos onde as mulheres são vítimas, fica evidente a inserção de comentários acerca do histórico de bons antecedentes do acusado e de sua moral e caráter. Estratégia frequentemente utilizada pelos réus, advogados de defesa e até testemunhas.

Retomando a segunda rodada de relatos, João M., namorado de Alice na ocasião da agressão, diz que

[...] se encontrava no cinema com a vitima, quando ali apareceu o acusado B., que deu um tapa no rosto de Alice; que o declarante se levantou e foi conversar com B. na porta; que B. se aproveitando de um grupo de pessoas que se reuniu ao redor deles dois, voltou de novo ao cinema e deu outro tapa em Alice; que disso resultou um ferimento com sangue na vitima; que o acusado praticou a agressão sem dizer qualquer palavra; que nessa ocasião, o depoente estava de namoro com a vitima, porém, em atitude respeitosa, sem mesmo segurar-lhe a mão; que a vitima foi acudida pelo pessoal encarregado do cinema; que o caso foi levado ao conhecimento da polícia no mesmo momento, porém, esta só tomou providencias no dia seguinte; que não assistiu as declarações feitas pela vitima à polícia; que não é verdade que o ferimento da vitima tenha sido produzido por batida na cadeira, como acabou de declarar a vitima, pois o depoente viu perfeitamente que o acusado lhe deu o soco, estando de frente contra a vitima; que o acusado e a vitima reataram o namoro, daí porque esta agora se

desdiz; que seu namoro com a vitima durou cerca de quinze dias apenas [...].

(Transcrição da página 26 do Processo)

Revoga a inconsistência de Alice, afirma que ela está mentindo, pois ele testemunhou a cena, e que agora a moça defende o réu, já que reatou com ele namoro. Apesar da mudança de palavras (socos ou tapas?), mantém-se constante na afirmação da agressão.

A moral da vítima novamente é alvo das justificativas e fundamentos da discussão. Ele diz que “estava de namoro com a vitima, porém, em atitude respeitosa, sem mesmo segurar-lhe a mão”. E se estivesse segurando a sua mão? E se estivesse a beijando? As explicações são colocadas de maneira que entendemos que neste caso não havia motivo para agressão, mas em outros há.

Alice nega que tenha reatado o namoro com Benedito, segundo as palavras do juiz.

“Ademais, se a suposta vitima houvesse se reconciliado com o denunciado seriam suspeitas as suas declarações, entretanto, diz em seu depoimento que continúa mal com o denunciado. [...].”

(Transcrição da página 29 do Processo)

Oswaldo S. ao retornar para seu segundo depoimento, mantém aquilo que já havia dito,

[...] que não assistiu aos fatos da denuncia; que dele soube quando trabalhava na portaria do cinema do qual é empregado; que lhe contaram haver o acusado dado um soco na boca da vitima; que chegou a ver esta com sangue na boca; que quem lhe contou a agressão foi o próprio João M., o qual, na ocasião, assistia o filme, ao lado da vitima; que conhece o acusado e sabe que o mesmo é boa pessoa e nunca foi processado.

(Transcrição da página 27 do Processo)

Se o acusado é, segundo Oswaldo, “boa pessoa e nunca foi processado”, poderia este fato atenuar a gravidade da agressão? Ou ainda, o fato dele ser uma “boa pessoa” o impede de cometer tal atitude e, por consequência, o desconforto de todo este processo ser causado pela insanidade e inconsequência de Alice?

O advogado de defesa do réu, conhecedor das leis, das palavras e letrado para as práticas jurídicas, afirma na defesa de seu cliente que os atos da natureza dos praticados pelo acusado

[...] merecem toda tolerância e benevolência da justiça, de vez que são praticados quasi automaticamente, impulsionados pela paixão. Apenas uns empurrões dados na vítima mostram um grande autocontrole de Benedito.” (Transcrição da página 29 do Processo)

Ferir e agredir passam a ser “pequenos empurrões”. Atitudes violentas ganham estatuto de amor e paixão, justificando, assim, as ações agressivas de criminosos.

Os advogados de defesa de maridos, noivos, namorados ou amantes, assassinos de suas companheiras, passaram a afirmar então que a paixão era uma espécie de loucura momentânea, tornando irresponsáveis na ocasião do crime os que estavam por ela possuídos. (CORRÊA, 1981, p. 22)

Na audiência de julgamento, para proferir a sentença ao acusado, o juiz assume apenas o novo relato da vítima e parece ignorar as inconsistências. O promotor declara e opina pela condenação do réu, não crendo na nova explicação de Alice. Conforme transcrição do processo:

Não havendo mais provas a produzir o Meretissimo Juiz declarou encerrada a instrução e deu a palavra ao Doutor Promotor, o qual disse que opinava pela condenação do réu no grau mínimo do art. 129 do Cod. Penal à vista das provas produzidas, não sendo de se crer na nova versão que a vítima deu aos fatos, em suas declarações em Juízo. Dada a palavra ao defensor do denunciado, por ele foi dito que pedia a absolvição do denunciado, porquanto que a suposta vítima disse que não foi agredida. Ninguém melhor que ela pôde afirmar este fato, pois a prova testemunhal bem pode ser suspeita e, em dúvida, a absolvição do réu se impõe. Ademais, se a suposta vítima houvesse se reconciliado com o denunciado seriam suspeitas as suas declarações, entretanto, diz em seu depoimento que continua mal com o denunciado. Pelo MM. Juiz foi dito que os autos lhe fossem

conclusos. Nada mais havendo a ser tratado, mandou o Meretissimo Juiz encerrar esta audiência [...].”

(Transcrição da página 29 do Processo)

Assim, o réu é absolvido.

A escolha por problematizar este processo criminal não é ingênua, tampouco nossa visão sobre o desfecho do caso.

Práticas e discursos que ignoram incoerências, principalmente no reforço da culpa referida à vítima. Parece-nos ainda mais evidente quando essas vítimas têm seus direitos abreviados ante um conjunto de normas de conduta estabelecido, responsável pela manutenção dessa interminável violência cotidiana.

Não nos interessa saber qual das versões de Alice aproxima-se mais do ocorrido.

Teria ela realmente reatado o namoro com o acusado?

Teria sido ela obrigada pelo pai a ir à delegacia?

Por que o próprio pai não foi à delegacia?

Teria o acusado coagido a vítima a mudar seu depoimento?

Teria Alice prestado falso testemunho apenas para punir o ex-namorado e inventado uma agressão?

Por que João não revidou a agressão de Benedito?

Por que Alice fala e se cala?

Sem respostas e nem a intenção de obtê-las, o que nos interessa, de fato, é que a fala de Alice perde a validade na mesma velocidade da absolvição do suposto agressor.

[...] Ler processos criminais não significa partir em busca “do que realmente se passou” porque esta seria uma expectativa inocente – da mesma forma como é pura inocência objetar à utilização dos processos criminais porque eles “mentem”. O importante é estar atento às “coisas” que se repetem sistematicamente: versões que se reproduzem muitas vezes, aspectos que ficam mal escondidos, mentiras ou contradições que aparecem com frequência. (CHALHOUB, 2001, p. 41)

Chalhoub (2001) reforça o caráter transitório e mutável no narrar de fatos pelos indivíduos, principalmente ante uma investigação policial. Porém, ele reitera o papel do historiador, enquanto leitor de processos criminais, como o agente capaz de verificar marcas nas divergências, contradições e até incoerências. Para ele:

Estes significados devem ser buscados nas relações que se repetem sistematicamente entre as várias versões, pois as verdades do historiador são

estas relações sistematicamente repetidas. Pretende-se mostrar, portanto, que é possível construir explicações válidas do social exatamente a partir das versões conflitantes apresentadas por diversos agentes sociais, ou talvez, ainda mais enfaticamente, só porque existem versões ou leituras divergentes sobre as “coisas” ou “fatos” é que se torna possível ao historiador ter acesso às lutas e contradições inerentes a qualquer realidade social. E, além disso, é na análise de cada versão no contexto de cada processo, e na observação da repetição das relações entre as versões em diversos processos, que podemos desvendar significados e penetrar nas lutas e contradições sociais que se expressam e, na verdade, produzem-se nessas versões ou leituras. (p. 40 – grifo do autor)

A escolha pela leitura e problematização do processo criminal de Alice foi feita dada as especificidades do caso, onde atos de violência ganham outros nomes que desqualificam a sua natureza criminoso.

Alice representa, na verdade, o que percebemos como uma tendência e um paradigma jurídico a reaparecer também em tantos outros processos e relatos.

Retornamos ao pensamento bakhtiniano e nos parece muito simbólico que a descaracterização do crime e, conseqüentemente, da atitude, da atribuição de culpa e da eventual punição acontece no discurso e pelas palavras.

Ao escolher outra palavra, que não violência, escolhemos também um outro repertório ideológico e, no campo da significação, percebemos que a escolha reflete um pensamento, uma “verdade” e um conceito a circular pela sociedade.

Você não deve viver a vida como outras pessoas esperam que você viva; tem que ser sua escolha, pois quando estiver lutando, você estará sozinha...

Lagarta, Alice no País das Maravilhas, Lewis Carroll

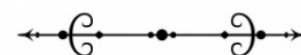
NEM TODOS OS JARDINS TÊM FLORES

EPÍLOGO



FIGURA 16 – Cicatriz – Anna Maeda.
Disponível em: < https://scontent.fcgh11-1.fna.fbcdn.net/v/t1.0-9/17499562_1139639832829976_2964864748805125011_n.jpg?oh=eb5c6e4da281f701ea67d01dbf5cb5bc&oe=5AE26840>. Acesso em: jan. 2018.

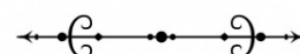
Nem todos os jardins têm flores.
Nem todos os jardins são flores.
Nem todas as flores cantam.
Nem todas as cores têm flores.
Mas todas as dores têm cores. Flores. Nome.



As rosas têm de ser vermelhas.
Não brancas, nem rosas.
Vermelhas.
Assim ordenou a rainha.

Não há espaço para a opinião do outro.
Tampouco para a diferença.

Mas, num espaço tão fechado e controlado,
Percebe-se, sutilmente, a resistência.



A beleza do jogo está na possibilidade.
De ganho ou perda.

Alice aceita jogar *críquete* com a rainha.
Embora com cartas, flamingos e ouriços,
As regras são as mesmas.
São?

Alice aceita jogar.
Ignorante, inocente e alheia de que as regras já haviam sido postas.
Ela pode jogar. Mas irá perder.
Todos já sabem o resultado desde o momento em que os participantes foram definidos.

“Sim, Majestade!”
Ir contra a rainha é perder a cabeça.
Alice volta atrás. Decide perder.
Antes perder a batalha do que a guerra (ou a vida!).

O Gato Risonho, no entanto, flagra a perspicácia de Alice.
Em sua loucura (muito mais incosequente que a de Alice), derruba a rainha.

Cortem a cabeça!
De Alice, é claro.
Ela colocou-se a jogar, que assuma as consequências.

Cortem a cabeça!
O desfecho já é conhecido por todos.

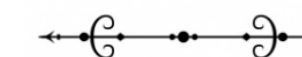
Por insistência do rei, há um julgamento.
A sentença?
Cortem a cabeça!
Se a sentença já está definida, ela obviamente antecede o veredito.

Por insistência do rei, há um julgamento.
A Alice não é dado o direito da fala.
Suas testemunhas nada a ajudam.
(Somente atestam a loucura de todos!).

Alice tem em suas mãos a possibilidade de aumentar ou reduzir o seu tamanho.
Qual será o primeiro?
Alice cresce, fala das injustiças,
aponta seu dedo teimoso para a rainha
(mesmo que simbolicamente, pois está querendo mesmo é denunciar a injustiça!).
Porém...

... vai perdendo...
... seu tamanho...
... e força.

Reduzida ao tamanho de um inseto, é esmagada por todos os lados,
por todos aqueles que poderiam ajuda-la.
Imersa num gigantesco amontoado de cartas, Alice acorda.
Tudo não passou de um sonho.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O PORVIR



FIGURA 17 – Perto do coração – Anna Maeda.

Disponível em: < https://scontent-gru2-2.xx.fbcdn.net/v/t1.0-9/22405513_1317162168411074_5017602925301506485_n.jpg?oh=ff32fb429390ee1141f5c1eb8eaac8f6&oe=5AA0D06C>. Acesso em: ago. 2017.

Em um determinado ponto desta trajetória, encontrei-me.

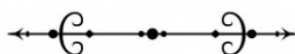
Encontrei aquilo que o coração, ignorado, queria dizer.

Encontrei o feminino. O meu feminino.

Deixando para trás uma outra pesquisa, igualmente rica, mas que não me dizia coisas como esta.

Deixando para trás uma vontade de não ser, para ser.

Encontrando os meus sentidos, o meu sentir, o meu corpo. O que sou.



A luta das mulheres por voz, por direitos, por respeito precisa ser objeto de nossas pesquisas. A (não) conclusão do caso de Alice renova e repete a violência contra a mulher. Uma violência naturalizada no cotidiano, nas falas, nas vozes. Validada, ratificada, revigorada, consolidada e legitimada pelo letramento jurídico.

Corrêa (1983, p. 293) afirma ainda que os processos criminais envolvendo questões de gênero e seu desenvolvimento sugerem “uma relação entre o homem e a mulher feita de constantes atritos” e que essa imagem aparece em todos os casos, direta ou indiretamente, corroborando para a violência doméstica.

Em diversas ocasiões ouvimos de nossas avós e mães que “em briga de marido e mulher não se mete a colher”. Acostumamo-nos com a ideia de que relacionamentos amorosos são perpassados por brigas. E, muitas vezes, ouvimos histórias sobre a violência contra mulheres acompanhadas de um “mas”.

Um “mas” capaz de mudar a culpa de lugar. Capaz de colocar uma vítima no banco dos réus.

Ela foi assassinada, mas traía o marido.

Ela foi assediada, mas usava roupas curtas.

Ela foi estuprada, mas estava andando sozinha na rua.

Ela levou socos na boca, mas porque já estava por aí de namorado novo.

Direitos abreviados, quiçá extintos, sempre que discursivamente aproximamos a mulher da representação da prostituta. Ao fazê-lo, afastamos, intencionalmente, as mulheres de uma representação de independência, para aproximá-las de uma representação indesejável, marginalizada e transgressora.

O processo criminal de Alice nos atesta a necessidade de falarmos sobre Alice. E sobre as tantas Alices deixadas para trás nas entrelinhas de nossas leis e nas falas de juízes, advogados, promotores, policiais, réus e vítimas que continuam sistematicamente e repetidamente atenuando e naturalizando a violência contra as mulheres.

Atitudes criminosas recebem outro status, que não violência. A escolha de um outro repertório de palavras nos revela uma ocultação da violência de gênero, tão enraizada em nossa sociedade como algo “normal”.

E tantas Alices preferem calar-se diante da lei.

Tantas Alices calam-se ante a sociedade.

Acreditando serem culpadas. Acreditando ser melhor “deixar pra lá”.

Acreditando que sofrerão as consequências caso resistam.

A Alice de Lewis Carroll, que, ao sentir-se perdida, chora e chora e chora, lamuria-se: “Eu dou ótimos conselhos a mim mesma, embora nunca os siga”.

A naturalização da violência faz com que muitas Alices culpem-se por serem vítimas. Quando, na verdade, não são. Independente de suas atitudes, posturas ou escolhas.

E é preciso também reconhecer o silêncio de Alice como resistência. Como estratégia, talvez a única, para a sua sobrevivência.

O calar-se não é, necessariamente, o concordar ou o ceder.

Alice, frente à violência, pode dar a impressão de que cede às pressões externas, à imposição dos comportamentos, à influência, ao constrangimento, à ameaça. Porém, em uma leitura a contrapelo, em uma tentativa de reescrever a história dos vencidos, percebemos que Alice resiste.

Ir ao encontro da tirania é estratégia de sobrevivência na resistência.

Os estudos sobre letramentos nos permitiram adensar o trato com as fontes e, ao nos advertirem do caráter sócio ideológico da linguagem, deram uma outra nuance para a nossa análise. Mais profunda, mais social, mais política.

Alice nos abre um leque de potencialidades.

De diálogos, de leituras, de pesquisas.

Acreditamos ser fundamental em uma pesquisa futura adensar o nosso quadro teórico-metodológico com a obra de Simone de Beauvoir. Seu pensamento, sem dúvidas, irá nos permitir ir além na investigação das representações do feminino.

Também pretendemos dialogar com a obra de Gille Lipovetsky, que dando-nos rastros sobre a sociedade pós-moralista, nos autoriza a aprofundar o estudo das ambivalências que mobilizam as conexões entre sociedade e legislação.

Além disso, entendemos a importância de ampliar a discussão acerca da educação das sensibilidades a partir de uma perspectiva escolar. Em meio a este tempo em que tudo se naturaliza e nada é sentido, é imprescindível sentir.

Para além de importante, a faculdade de sentir é imperativa e urgente em nossas práticas escolares. A renovação da compreensão e da possibilidade do intercâmbio de experiências, da solidariedade e da empatia são cruciais para o estabelecimento de uma sociedade mais justa.

Curricularmente, é necessário pensar e trazer para os projetos educacionais a educação das sensibilidades, transversalmente, atravessando todas as áreas do conhecimento, de modo a atribuir significado àquilo que é ensinado e aprendido, a reinventar as relações dos sujeitos com o corpo e a evitar o empobrecimento das experiências.

Ao longo desta pesquisa, identificamos a permanência de um discurso médico-jurídico do que é o feminino, seguido de normas e padrões a serem seguidos. No entanto, cada vez que discussões como esta são evocadas, as tensões adquirem novos matizes.

Os conflitos já possuem novas dinâmicas, singulares ao século XXI, e têm possibilitado novos debates que já apresentam outras conformações e novos paradigmas que encontraram força em uma geração que diz “não”, que se posiciona e que se permite mudar.

Questões ainda em aberto e que transcendem o tempo, como o feminismo, o racismo e a homossexualidade, têm encontrado na discussão e no respeito, solo fértil para novas posturas e novas compreensões.

Por isso precisamos falar de Alice. Trazê-la a academia e levá-la novamente ao tribunal. Com outra intenção e sob outra prática de letramento.

Pois acreditamos na força das palavras.

Que nos dizem e nos conformam.

Embora exija um alto grau de consciência, acreditamos na busca de outras palavras.

Outras que nos definam melhor e que não deixe nenhuma de nós para trás.

Palavras que construímos juntas.

E (re) significamos a palavra “violência”.

Violência não contra a mulher, contra AS MULHERES, tantas quais quiserem ser e como quiserem ser. Códigos pasteurizados e comportamentos unos não serão aceitos. A liberdade e o direito ao respeito são para todos. Não porque somos mulheres, mas porque somos seres humanos.

REFERÊNCIAS

BACHELARD, G. **A Água e os Sonhos**: Ensaio sobre a imaginação da matéria. São Paulo, Martins Fontes, 1989.

_____. **O ar e os sonhos**: ensaio sobre a imaginação do movimento. São Paulo: Martins Fontes, 1990a.

_____. **A terra e os devaneios do repouso**: ensaio sobre as imagens da intimidade. São Paulo: Martins Fontes, 1990b.

_____. **A psicanálise do fogo**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

_____. **A poética do devaneio**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

BAPTISTA, W. **Patrimônio e educação das sensibilidades: por entre memórias e processos de significação do espaço urbano nas praças centrais da cidade de Bragança Paulista (2000-2015)** – Itatiba, 2017. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação da Universidade São Francisco. Orientação de: Maria de Fátima Guimarães.

BAKHTIN, M. (VOLOCHÍNOV, V. N.) **Marxismo e filosofia da linguagem**. 14ª ed. - São Paulo: Hucitec, 2010.

BENJAMIN, W. **Experiência e pobreza**. In: O anjo da história; organização e tradução de João Barrento. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012, p. 85- 90.

_____. **O Narrador**. In: Magia e técnica, arte e política – Ensaio sobre literatura e história da cultura; tradução de Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 197-221.

_____. **Paris, capital do século XIX**. In: Walter Benjamin. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. **Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. **Sobre o conceito da história.** In: *Magia e Técnica, Arte e Política*. 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BRAGHINI, K. M. Z.; MUNAKATA, K.; OLIVEIRA, M. A. T. **Como e por que estudar a educação dos sentidos: trajetórias e motivações.** In: _____. *Diálogos sobre a história da educação dos sentidos e das sensibilidades*. Curitiba: Ed. UFPR, 2017.

BURKE, P. **O que é história cultural?**; tradução de Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

CHALHOUB, S. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da *belle époque*.** 2ª Ed. Campinas: Editora da UNICAMP. 2001.

CHAUÍ, M. **O que é ideologia.** 2. Ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.

_____. **Repressão Sexual: essa nossa (des)conhecida.** São Paulo: Brasiliense, 1984.

Código Penal. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/De12848compilado.htm>. Acesso em: jan. 2018.

CORRÊA, M. **Morte em Família:** representações jurídicas de papéis sexuais. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

_____. **Os crimes da paixão.** São Paulo: Brasiliense. 1981.

CORBIN, A.; COURTINE, J.-J.; VIGARELLO, G. (org.). **História do Corpo: As mutações do olhar: O século XX.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

CRISTIANO DE SOUZA, M. C. C. **Crise familiar e Contexto social – São Paulo – 1890-1930.** Bragança Paulista: EDUSF, 1999.

D'ANGELO, M. **A modernidade pelo olhar de Walter Benjamin**. Estud. av. vol.20 no.56 São Paulo Jan./Apr. 2006. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142006000100016&script=sci_arttext>. Acesso em: abr. 2015.

ESTEVES, M. de A. **Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amo no Rio de Janeiro da Belle Époque**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FAUSTO, B. **História Concisa do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 2001.

FLORES, M. B. R. **Tecnologia e estética do racismo: ciência e arte na política da beleza**. Chapecó: Argos, 2007.

GAGNEBIN, J. M. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: Ed. 34, 2006.

GUIMARÃES, M. F. B. **O corpo e as sensibilidades modernas: Bragança (1900-1920)**. Tese (Doutorado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas (SP), 2007.

HAYAKAWA, T. A. **FACULDADES FRANCISCANAS: ENTRECruzando HISTÓRIAS E MEMÓRIAS DO ENSINO SUPERIOR NA REGIÃO BRAGANTINA (1970-1980)** – Itatiba, 2017. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação da Universidade São Francisco. Orientação de: Maria de Fátima Guimarães.

HOBSBAWM, E. RANGER, T. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

Instituto Geral de Perícias. Disponível em: < https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwjB28bLi-LYAhXFHpAKHZ0BBfIQFggnMAA&url=http%3A%2F%2Fwww.igp.sc.gov.br%2Findex.php%3Foption%3Dcom_docman%26task%3Ddoc_download%26gid%3D112%26Itemid%3D82&usq=AOvVaw1vkA7OqcHa8SgqQGEI8C9S>. Acesso em: jan. 2018.

KAMINSKI, R. **Gosto brejeiro: as revistas ilustradas e a formação de juízos estéticos em Curitiba (1900-1920)**. In: Sentimentos na História: linguagens, práticas, emoções.

BREPOHL, Marion; CAPRARO, André Mendes; GARRAFFONI, Renata Senna (Orgs). – Curitiba: Ed. UFPR, 2012.

KLEIMAN, A. (org.) **Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita**. Campinas: Mercado das Letras, 1995.

LARROSA, J. **Notas sobre a experiência e o saber de experiência**. Revista Brasileira de Educação n.19. Jan. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n19/n19a02.pdf>>. Acesso em mar. 2015.

LE GOFF, J. **História e memória** / Jacques Le Goff; tradução Bernardo Leitão... [et al.] -- Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990.

LIMA, M.B.; GRANDE, P. B. **Diferentes formas de ser mulher na hipermídia**. In:ROJO, R. (org).Escol@ conectada: os multiletramentos e as TICs. São Paulo, Parábola, 2013.

Léxico: Dicionário de Português. Disponível em: < <http://www.lexico.pt/memorial/>>. Acesso em: ago. 2015.

MACHADO, C. E. J. **Sonhos diurnos e geografia – sobre *O princípio esperança* de Ernst Bloch**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/trans/v31n1/v31n1a12>>. Acesso em: abr. 2015.

Mapa da Violência 2015: Homicídio de Mulheres no Brasil. Disponível em: <www.mapadaviolencia.org.br>. Acesso em: mar. 2016.

MATOS, M. I. **Santos: para além do porto do café**. In: Imagens na História. RAMOS, Alcides Freire; PATRIOTA, Rosangela; PESAVENTO, Sandra Jatthy (Orgs). – São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008.

MENESES, U. T. B. **A história, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais**. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, SP, 34:9-24, 1992.

MOULIN, A. M. **O corpo diante da medicina**. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges (org.). *História do Corpo: As mutações do olhar: O século XX*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

NEGRÃO, A. M. M. **Pernas cruzadas, meias rendadas: desvendando histórias de Campinas (1930-1970)**. Campinas, SP: UNICAMP/CMU, 2013.

OLIVEIRA, M. A. T. **Como é possível educar Sentidos e Sensibilidades**. In: *Sentidos e Sensibilidades: sua educação na história*. – Curitiba: Ed. UFPR, 2012.

Online Etymology Dictionary. Disponível em: <http://www.etymonline.com/index.php?allowed_in_frame=0&search=memory&searchmode=none>. Acesso em: ago. 2015.

ORLANDI, E. P. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 6ª ed. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

PEDRO, J. M. **Uma nova imagem de si: identidades em construção**. In: *Imagens na História*. RAMOS, Alcides Freire; PATRIOTA, Rosangela; PESAVENTO, Sandra Jatahy (Orgs). – São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008.

PESAVENTO, S. J. **História & História Cultural**. 2ª ed. Belo Horizonte (MG): Autêntica, 2008.

PESAVENTO, S. J. **Imagem, memória, sensibilidades: territórios do historiador**. In: *Imagens na História*. RAMOS, Alcides Freire; PATRIOTA, Rosangela; PESAVENTO, Sandra Jatahy (Orgs). – São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008.

PIRES, E. G. **Experiência e linguagem em Walter Benjamin**. *Educ. Pesqui.* vol.40 no.3 São Paulo Jul. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-97022014000300015&script=sci_arttext>. Acesso em: mar. 2015.

PRIORE, M. D. **O corpo feminino e o amor**. In: D'INCAO, M. A. (org.) *Amor e família no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1989.

RAGO, M. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____. **Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890 - 1930**. São Paulo: Paz e Terra. 2ed, 2008.

SENNET, R. **Carne e Pedra. O corpo e a cidade na civilização ocidental**. 2ª ed. – Rio de Janeiro: Record, 2001.

SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. **Brasil: uma biografia**. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

STREET, B. V. **Letramentos sociais: abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação**. São Paulo, Parábola, 2014.

_____. **Os novos estudos sobre o letramento: histórico e perspectivas**. In: MARINHO, M.; CARVALHO, G.T. (orgs.). *Cultura escrita e letramento*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TABORDA, M. A. **O pensamento de Edward Palmer Thompson como programa para a pesquisa em história da educação: culturas escolares, currículo e educação do corpo**. In: *Revista Brasileira de História*. SP, janeiro-abril, vol. 16, n.º 45, 2008, p. 147-170. Base Scielo.

THOMPSON, E. P. **Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial**. In: _____. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 267 - 304.

TORRES, M. E. A. C. **A leitura do professor em formação: o processo de engajamento em práticas ideológicas de letramento**. 2009. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada). Campinas, SP: UNICAMP.

TRIGO, M. H. B. **Amor e casamento no século XX**. In: D'INCAO, M. A. (org.) *Amor e família no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1989.

VIANA, L. V. **Partes no Processo Penal**. Disponível em: <<https://www.direito.ufmg.br/revista/index.php/revista/article/download/690/650>>. Acesso em: jan. 2018.

VIGOTSKI, L.S. **Imaginação e criação na infância**. Apresentação e comentários: Ana Luíza SMOLKA. São Paulo: Ática, 2009.

_____. **A construção do pensamento e da linguagem**; tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

ZAVALA, V. **Quem está dizendo isso? Letramento acadêmico, identidade e poder no ensino superior**. In: VOVIO, C; SITO, L.; GRANDE, P. Letramentos. Campinas: Mercado de Letras, 2010.